

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC

MARIAH RAUSCH PEREIRA

**A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NA ÁFRICA DO SUL E A
CONCESSÃO DE ANISTIA PELA COMISSÃO DA VERDADE E
RECONCILIAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA
DECOLONIALIDADE.**

Florianópolis
2016

MARIAH RAUSCH PEREIRA

**A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NA ÁFRICA DO SUL E A
CONCESSÃO DE ANISTIA PELA COMISSÃO DA VERDADE E
RECONCILIAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA
DECOLONIALIDADE.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Direito, na área de concentração Direito e Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Karine de Souza Silva.

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pereira, Mariah Rausch

A justiça de transição na África do Sul e a concessão de anistia pela comissão da verdade e reconciliação : uma análise a partir da decolonialidade. / Mariah Rausch Pereira ; orientadora, Prof.^a Dr.^a Karine de Souza Silva
Florianópolis, SC, 2016.
188 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito.

Inclui referências

1. Direito. 2. Justiça de Transição. África do Sul. 3. Comissão de Verdade e Reconciliação. 4. Colonialidade do poder. 5. Decolonialidade. I. Silva, Prof.^a Dr.^a Karine de Souza . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Direito. III. Título.

Mariah Rausch Pereira

**A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NA ÁFRICA DO SUL E A
CONCESSÃO DE ANISTIA PELA COMISSÃO DA VERDADE E
RECONCILIAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA
DECOLONIALIDADE.**

Essa dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Direito” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Florianópolis, 1º de abril de 2016.

Prof. Dr. Arno Dal Ri Junior
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Karine de Souza Silva
Universidade Federal de Santa Catarina – PPGD – UFSC

Membro: Prof.^a Dr.^a Lidia Patricia Castillo Amaya
Universidade Federal de Santa Catarina – PPGD – UFSC

Membro: Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt
Universidade Federal de Santa Catarina – PPGHISTÓRIA – UFSC

Membro: Prof. Dr. Ricardo Soares Stersi dos Santos
Universidade Federal de Santa Catarina – PPGD – UFSC

Suplente: Prof. Dr. José Cláudio Rocha
Universidade Estadual da Bahia - UNEB

Suplente: Prof.^a Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina – PPGD – UFSC

Dedico esse trabalho aos meus pais,
Alceu e Keila, meu refúgio, minha
fortaleza, meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me concedeu a benção da vida.

À minha mãe, que me consolou, me deu forças, me encorajou a continuar e foi meu porto seguro. A meu pai, por toda a sua compreensão e seu encorajamento para seguir em frente.

À minha vó, minha referência no Direito, por todos os incômodos, leituras, correções do trabalho. Por toda sabedoria transmitida nessa jornada.

À minha orientadora, Karine de Souza Silva, pela oportunidade de sua orientação, pela amizade, pela paciência e pelos ensinamentos durante esse um ano e meio de convívio.

Ao meu ex-orientador, professor Ricardo Soares Stersi dos Santos, por ter me selecionado para essa jornada acadêmica, por ter apresentado e repassado a minha orientação para a professora Karine.

À banca examinadora, pela disponibilidade em participar desse momento importante e pelas contribuições.

Aos colegas e professores do EIRENÊ: “Núcleo de Pesquisas e Extensão sobre as Organizações Internacionais e a promoção da Paz, dos Direitos Humanos e da Integração Regional”, pela convivência agradável e enriquecedora.

Amigos são fortalezas em nossas vidas. Meu especial agradecimento à Aline Boschi Moreira, Ana Caroline Oliveira Montalbano, Caroline Vargas, Camila Dabrowski de Araújo Mendonça, Jéssica Gonçalves, Lyza Anzanello de Azevedo, Paula Galbiatti Silveira e Rafael de Miranda Santos, “há amigos que são mais achegados que irmãos”.

Aos colegas da turma de Mestrado em Direito 2014 da UFSC.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC pelos conhecimentos repartidos.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC.

À UFSC, por todas as oportunidades que me disponibilizou neste período.

À CAPES/PROEX, pelo financiamento desta pesquisa.

Aos meus amigos e familiares que, mesmo na minha ausência, me apoiaram, incentivaram e se fizeram presentes com gestos tão preciosos de carinho e amor.

A todos que de alguma forma contribuíram para a execução desse trabalho.

RESUMO

A justiça de transição na África foi marcada pela revolução político-social. Ela aborda o modo como a sociedade em transição lidará com o seu passado, caracterizado por abusos de Direitos Humanos. A finalidade transicional é a reestruturação da sociedade de modo pacífico e reconciliador. Neste contexto, destaca-se a África do Sul pela escolha do modelo de justiça de transição – a Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR). O processo desenvolvido pela Comissão sul-africana foi pautado na busca pela verdade. Porém, o trabalho desempenhado pela Comissão requereu esforços demasiados, pois enfrentaria a matriz colonial do poder enraizada na sociedade. Assim, este trabalho versa sobre a justiça de transição na África do Sul e a forma como ocorreu a construção da verdade pela CVR diante da colonialidade do poder, a decolonização e a decolonialidade. Esse processo de transição não foi completo, pois não atingiu todos os seus objetivos, como, por exemplo, reconciliar a nação e pacificá-la. Mas serviu para iniciar o processo de decolonização do pensamento e de ruptura com a colonialidade do poder. O objetivo geral deste trabalho é analisar se a justiça de transição sul-africana, por meio da CVR, possibilitou a ruptura com a colonialidade do poder e implementou a decolonialidade pela construção da verdade. A hipótese central sugere que a justiça de transição sul-africana iniciou o processo de ruptura com a colonialidade de poder e iniciou a decolonização ao implementar a CVR. Ao desvendar a verdade, possibilitou-se romper com práticas segregacionistas coloniais. No entanto, não houve o esgotamento deste processo de construção da verdade sobre o passado e de rompimento com os elos da colônia, ao contrário: em alguns casos, o conhecimento da veracidade sobre os fatos praticados separou ainda mais as comunidades. A metodologia adotada neste trabalho foi o método hipotético-dedutivo, com elaboração de pergunta de pesquisa e de hipótese.

Palavras-chave: Justiça de Transição. África do Sul. Comissão de Verdade e Reconciliação. Colonialidade do poder. Decolonialidade.

ABSTRACT

The transitional justice in Africa was marked by political and social revolution. It addresses how society in transition will deal with the past, characterized by human rights abuses. The transitional justice purpose is to enable peace and reconciliation in the society. In this context, South Africa stands out by the choice of transitional justice model - the Truth and Reconciliation Commission (TRC). The process developed by the South African Commission was guided by the search for truth. However, the work done by the Commission required too many efforts, as faced the colonial matrix of power rooted in society. Thus, this work deals on transitional justice in South Africa and how was the construction of the truth by the TRC before the coloniality of power, decolonization and Decoloniality. This transition process was not complete, it has not reached all its objectives, for example, to reconcile the nation and pacify it. But it served to begin the decolonization process of thought and break with the coloniality of power. The aim of this study is to analyze whether the justice of South Africa's transition through the TCR, made it possible to break with the coloniality of power and implemented Decoloniality when construct the truth. The central hypothesis suggests that transitional justice in South Africa started the process of breaking with the coloniality of power and decolonization began when implement the TRC. To uncover the truth, allowed to break away from colonial segregationist practices. However, there was no depletion of the truth of this process of building on the past and break with the colony of links to the contrary, in some cases, knowledge of the truth about the facts practiced further separated communities. The methodology adopted in this work was the hypothetical-deductive technique, elaboration of research and hypothesis question.

Keywords: Transitional Justice. South Africa. Truth and Reconciliation Commission. Coloniality of Power. Decoloniality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os primórdios da Partilha: 1887.	80
Figura 2 - O mapa definido – 1902'.....	83
Figura 3 - Localização da África do Sul.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATJRN	African Transitional Justice Research Network
CNA	Congresso Nacional Africano
CVR	Comissão de Verdade e Reconciliação
ICTJ	International Center of Transitional Justice
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organizações das Nações Unidas
PN	Partido Nacional
TRC	True and Reconciliation Commission
TPI	Tribunal Penal Internacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO A PARTIR DA DÉCADA DE 1940 – DELIMITAÇÕES TEÓRICAS.....	27
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	27
1.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO	28
1.2.1 Primeira Fase – Pós-Segunda Guerra Mundial.....	29
1.2.2 Segunda Fase – Pós-Guerra Fria	32
1.2.3 Terceira Fase – Estado estável	41
1.3 CONCEITO DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO	44
1.4 FASES E MODALIDADES OU CONCEPÇÕES QUE Podem Ser Aplicadas no Âmbito da Justiça de Transição ...	51
1.4.1 Modalidades ou concepções de justiça de transição	51
1.4.2 A busca da verdade e seus mecanismos	59
1.5 OS AGENTES ENVOLVIDOS NO PROCESSO TRANSICIONAL	71
2 O PROCESSO DE TRANSIÇÃO SUL-AFRICANO: DA COLONIZAÇÃO À IMPLEMENTAÇÃO DA COMISSÃO DE VERDADE E RECONCILIAÇÃO.....	75
2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	75
2.2 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DA ÁFRICA	76
2.3 O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA	84
2.4 A ÁFRICA DO SUL – NOÇÕES HISTÓRICAS, COLONIZAÇÃO, DECOLONIZAÇÃO, JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E COMISSÃO DE VERDADE E RECONCILIAÇÃO.....	88
2.4.1 Histórico – da colonização, <i>apartheid</i> e descolonização.....	88
2.4.2 A transição do modelo segregacionista para o modelo democrático – A escolha pela justiça de transição restaurativa....	107
2.4.3 A Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR).....	114
2.4.4 Os agentes envolvidos no processo de transição	122
3 JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, COLONIALIDADE DO PODER, DECOLONIZAÇÃO E DECOLONIALIDADE – A CONSTRUÇÃO DA VERDADE PELA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO DA ÁFRICA DO SUL	127

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	127
3.2 A PERSPECTIVA DESCOLONIAL: DA COLONIALIDADE DO PODER À DESCOLONIZAÇÃO	127
3.3 A COLONIALIDADE DO PODER E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO.....	140
3.4 A CONSTRUÇÃO DA VERDADE SUL-AFRICANA E A DECOLONIALIDADE	149
3.5 CRÍTICAS À COMISSÃO DE VERDADE E RECONCILIAÇÃO – UM PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO INACABADO.....	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS.....	175

INTRODUÇÃO

A justiça de transição na África do Sul é herdeira do contexto marcado pelo colapso das ditaduras militares na América Latina, do regime totalitarista no Leste Europeu e da revolução político-social na África. A justiça de transição surge neste contexto, impulsionada pelas mudanças políticas-sociais dos países aos quais, ao romperem com seus antigos regimes, necessitavam de aparatos estatais pacificadores que viabilizassem a transição dos antigos modelos de governança para o Estado democrático de Direito.

A justiça de transição permeia o processo de mudança de uma sociedade no que diz respeito à transição do regime opressor para a democracia e toda a história vivenciada. Ela abrange aspectos como punição dos violadores de Direitos Humanos, reparação das vítimas, segregação racial, julgamentos, formulação da nova constituinte e tem como objetivo reestruturar a sociedade e possibilitar uma transição pacífica e reconciliadora.

No mundo, ocorreram várias modalidades de justiça de transição. O continente africano vivenciou essa variedade de modelos transicionais. A África do Sul destaca-se pela forma com que conduziu esse processo.

Para tanto, é necessário entender a colonização da África: ela foi marcada por desigualdades sociais e políticas, além de diversas violações aos Direitos Humanos. O país africano foi colonizado, primeiro pelos holandeses e, posteriormente, pelos ingleses e possuiu peculiaridades na sua colonização, como, por exemplo, uma segregação racial velada, imposta pelos colonizadores, que se consideravam superiores aos colonizados.

No entanto, com a independência sul-africana e a tomada do poder pelos africanos, se instala o *apartheid*. Nas décadas subsequentes, a segregação se intensifica e são desencadeadas diversas revoltas, como a de Soweto. Em 1980, o regime começa a demonstrar sinais de enfraquecimento, o que possibilitou a negociação entre as oposições, culminando na implementação da justiça de transição.

O processo de justiça transicional sul-africano pautou-se na busca pela verdade, um dos objetivos da Comissão de Verdade e Reconciliação (CRV), porém o trabalho desenvolvido pela Comissão necessitou de esforços demasiados, traduzidos pelo enfrentamento da matriz colonial do poder enraizada na sociedade.

Este trabalho analisa a justiça de transição na África do Sul e a forma como ocorreu a construção da verdade pela CVR diante da colonialidade do poder, da decolonização e da decolonialidade.

Nesta perspectiva, esta dissertação investiga se a justiça de transição auxiliou o processo de ruptura com a colonialidade do poder e a implementação da decolonialidade, por meio da construção da verdade pela CVR sul-africana.

O problema de pesquisa pode ser expresso na seguinte pergunta: “A atuação da Comissão de Verdade e Reconciliação na África do Sul, como mecanismo de justiça de transição, representou um início de um processo de ruptura com a colonialidade do poder e implementação da decolonialidade?”.

A hipótese central, colocada em discussão, assume que a justiça de transição sul-africana iniciou o processo de ruptura com a colonialidade de poder e iniciou a decolonização ao implementar a CVR. Ao desvendar a verdade, possibilitou romper com práticas segregacionistas coloniais, porém não houve o esgotamento deste processo de construção da verdade sobre o passado e de rompimento com os elos da colônia, ao contrário: em alguns casos, o conhecimento da veracidade sobre os fatos praticados separou ainda mais as comunidades.

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar se a atuação da Comissão de Verdade e Reconciliação na África do Sul, como mecanismo de justiça de transição, representou um início de um processo de ruptura com a colonialidade do poder e implementação da decolonialidade

Para complementar o objetivo geral da pesquisa, são fixados os seguintes objetivos específicos:

- 1 Apresentar as definições introdutórias sobre justiça de transição, a evolução histórica, as modalidades e os temas extrínsecos;
- 2 Entender as particularidades do contexto histórico/político/social sul-africano;
- 3 Compreender como a colonialidade do poder, a decolonialidade e a decolonização se relacionam com o processo transicional e, por consequência, com a construção da verdade pela CVR sul-africana.

Para entender a implementação do *apartheid*, suas repercussões na sociedade sul-africana e seu fim, serão utilizadas, como categorias de base, a colonialidade do poder, a decolonização e a decolonialidade. As

categorias elencadas neste trabalho foram as abordagens decolonial e pós-colonial. O embasamento teórico será fundamentado nas obras dos autores Boaventura de Souza Santos, Aníbal Quijano, Ramón Gosfoquel e Walter Mignolo.

A colonialidade do poder surge na Europa com a construção da visão de mundo moderno: a modernidade. Desde essa época os europeus visavam difundir sua superioridade em relação a outros povos, espalhando suas concepções sobre o mundo por critérios raciais de estratificação da população.

Existem, ainda, aspectos geográficos e de perpetuação do modelo colonialista. Durante a colonização percebeu-se o lado sombrio da colonialidade do poder: a supressão ou a destruição da cultura dos povos locais, impondo-lhes padrões de conhecimento e cultura. Assim, era impossibilitada qualquer forma de pensamento autônomo ou distinto dos colonizadores.

Na África foi utilizado o lado mais perverso da colonialidade do poder: a dominação fundamentada na ideia de raça. A partir disso, as relações sociais organizavam-se de forma hierárquica, tendo por base o sistema-mundo capitalista. Assim, passou-se a conviver com diversas formas de racismo e hierarquizações sociais baseadas no eurocentrismo.

A colonialidade do poder ainda pôde ser pautada em um modelo social, político e cultural. As práticas coloniais continuam a ser perpetuadas até os dias atuais, com as divisões de classes e do trabalho. Elas se baseavam na relação centro/periferia e em relações hierárquicas étnico-raciais que privilegiam o homem europeu.

Nessa perspectiva, a história sul-africana é um exemplo de colonialidade do poder. As práticas implementadas pelos colonizadores ingleses foram perpetuadas mesmo após a independência do país. A hierarquização étnica-racial foi a institucionalmente conhecida como *apartheid*.

A imposição globalizada da colonialidade do poder pôde ser rompida quando se iniciou o processo da decolonialidade ou a descolonização do pensar. A decolonização do poder significava um esforço epistemológico de formação do conhecimento superando as hierarquizações coloniais, sejam elas pautadas em critérios étnico-raciais, geográficos, políticos, sociais ou culturais.

Era romper com as imposições eurocêntricas de conhecimento abrindo espaço para novos saberes. A decolonização visava ressignificar a modernidade a partir das histórias locais. Para isso, era necessário a desconstrução do imaginário eurocentrista e se voltar para o local, ouvindo as vozes suprimidas por séculos de colonialidade do poder.

A descolonização do pensar envolve processos nacionais de equiparação da diferença ou de rompimento da hierarquia criada pelos colonizadores. Assim, a África do Sul, ao tentar ressignificar a história, inicia o processo de decolonização. Para tanto, era necessário garantir direitos iguais a toda a população. O modelo transicional escolhido teria que assegurar esse direito à igualdade, com a permissão de acesso de todos aos Comitês e a CVR.

Quanto à justiça de transição, o trabalho foi baseado nos autores Ruti G. Teitel, Paul Van Zyl, Edson Luís de Almeida Teles, Paige Arthur, Jon Elster, pesquisadores de importante atuação no campo da justiça transicional. Esses autores se reportam que a justiça de transição é uma ferramenta para auxiliar os países na transição de um regime opressor e na busca pelo Estado Democrático de Direito. Um dos mecanismos da justiça de transição é a Comissão de Verdade. Ela pode ser utilizada para redirecionar a história da nação.

A metodologia adotada neste trabalho foi a hipotético-dedutiva, com elaboração de pergunta de pesquisa e de hipótese, método de procedimento monográfico e técnica de pesquisa bibliográfica. Ele está estruturado em três partes principais entre a introdução e as considerações finais. Os três capítulos acomodam, respectivamente, os três objetivos específicos já elencados.

Ométodo de pesquisa utilizado foi o estudo de caso. Para tanto foi realizado um levantamento de informações em livros, artigos, reportagens, além de consulta a fontes diretas de pesquisa, como bases de dados governamentais e não governamentais da África do Sul, a qual disponibiliza uma útil compilação de documentos e legislação sul-africana.

O levantamento bibliográfico incluiu literaturas em idiomas estrangeiros, cujas traduções, em caráter não oficial, são de responsabilidade da autora deste trabalho. Os textos originais, para conferência do conteúdo, estão elencados nas notas de rodapé de cada capítulo.

O primeiro capítulo aborda os aspectos gerais da justiça de transição, sua evolução histórica, as modalidades e os temas diversos que de alguma maneira interferiram na justiça transicional. No segundo capítulo são apresentadas as particularidades do contexto histórico/político/social sul-africano, iniciando com uma perspectiva geral sobre a África até culminar no país de destaque, a África do Sul. O terceiro capítulo reporta a compreensão sobre a colonialidade do poder, a decolonização e a decolonização e como elas se relacionam com o

processo transicional e, por consequência, com a construção da verdade pela CVR sul-africana.

A contribuição desta pesquisa, para o Direito, é a compreensão da justiça de transição, seus modelos e mecanismos, bem como a sua adaptabilidade a diferentes contextos. No âmbito das Relações Internacionais, é a compreensão da decolonialidade, da colonialidade, do poder e da decolonização e a sua aplicabilidade no caso específico da África do Sul.

E, por fim, para o Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade Federal de Santa Catarina, a contribuição é evidenciada pelo pioneirismo do estudo do tema no curso e a possibilidade de proporcionar um futuro diálogo entre o caso sul-africano e o Brasil.

Esta pesquisa dará suporte a futuros estudos a serem desenvolvidos pelo “Núcleo de Pesquisas e Extensão sobre as Organizações Internacionais e a promoção da Paz, dos Direitos Humanos e da Integração Regional” – EIRENÊ, ao Programa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Centro Socioeconômico e do Programa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro de Ciência Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

1 JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO A PARTIR DA DÉCADA DE 1940 – DELIMITAÇÕES TEÓRICAS

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O final do século vinte foi marcado por diversas mudanças no contexto mundial, como o colapso das ditaduras militares na América Latina, dos regimes socialistas/comunistas do Leste Europeu e da revolução político-social na África. Com isso, os países romperam com seus antigos regimes e, por meio dos aparatos viabilizados pelos Estados democráticos de Direito, instauraram uma justiça de transição. Nessa toada, alguns países do continente africano iniciam o processo transicional e, neste contexto, destacou-se a África do Sul, devida ao modelo escolhido, à Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR) e aos resultados obtidos.

O objetivo deste capítulo é apresentar as definições introdutórias sobre justiça de transição, a evolução histórica, as modalidades e os temas extrínsecos. Visa-se, com isso, construir a base teórica a qual será utilizada nos capítulos subsequentes. A partir da justiça de transição, será analisado um contexto específico de sua aplicação: a África do Sul.

Para tanto, este primeiro momento foi dividido em quatro tópicos: o primeiro tópico a ser tratado no presente capítulo visa esclarecer, ainda que perfunctoriamente, a evolução histórica da justiça de transição, em especial as mudanças ocorridas no século vinte, a fim de demonstrar a imprescindibilidade de se conhecer o passado para se compreender os acontecimentos mais recentes.

A partir da construção histórica, o segundo tópico trará o conceito de justiça de transição de acordo com as pesquisas e atuações neste campo de diversos autores, tais como Ruti Teitel, Paul van Zyl, Edson Luís de Almeida Teles, Paige Arthur, Jon Elster. Será estabelecido um conceito, o qual servirá de guia para este trabalho.

Feita a análise histórica e conceitual, o terceiro tópico abrangerá as fases e modalidades que podem ser aplicadas no âmbito da justiça de transição. Será dada especial ênfase aos mecanismos de busca pela verdade, pois estes servirão de embasamento teórico para os capítulos subsequentes.

No último tópico deste capítulo, serão abordados temas extrínsecos à justiça de transição, porém que a afetam de forma substancial. O fator justiça enquadra-se em um desses fatores e ela pode ser compreendida de diversas formas, de acordo com o contexto da sociedade a qual está inserida, bem como as questões internacionais e

nacionais que afligem o país em processo transicional. E, por fim, estão faltando os agentes envolvidos na justiça de transição, que podem auxiliar ou dificultar esta passagem, como será visto.

1.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

A literatura clássica da justiça de transição remonta ao período das primeiras emergências de governos democráticos no Ocidente¹. Embora se reconheça que as origens da justiça transicional remontem à antiguidade, de insurgência da própria democracia², este trabalho se desenvolverá a partir do pós-Segunda Guerra Mundial.

Com o intuito de compreender o percurso da justiça de transição do século vinte, é necessário fazer três recortes históricos (fases)³: a primeira fase ocorre no pós-Segunda Guerra Mundial, devido ao intenso processo de internacionalização⁴. A questão primordial era se a justiça a ser instaurada deveria ser nacional ou internacional, coletiva ou individual. Após esta ser feita, considerou-se como fase inicial e de origem da justiça de transição moderna a pós-Segunda Guerra Mundial, pois dali foram desencadeadas respostas mais profundas aos questionamentos supramencionados.

O segundo ciclo se dá posteriormente ao fim da Guerra Fria. Ele se associa às transições democráticas iniciadas em 1989⁵, englobando o maior número de processos (inclusive o da África do Sul, objeto do presente estudo de caso).

Uma terceira e última fase se relaciona aos persistentes conflitos contemporâneos, como é o caso de Ruanda⁶. Ou seja, está associado ao

¹ CORRÊA, Murilo Duarte Costa. **Memória e justiça de transição**: um estudo à luz da filosofia de Henri Bergson. 288p. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

² ELSTER, Jon. **Rendición de cuentas**: la justicia transicional en perspectiva histórica. Tradução de Ezequiel Zaidenweg. Buenos Aires: Katz, 2006.

³ TEITEL, Ruti G. Human Rights in Transition: Transitional Justice Genealogy. In: _____. **Globalizin Transitional Justice**: Contemporary essays. Nova York: Oxford University Press, 2014. p. 49-79.

⁴ Ibidem, p. 52.

⁵ Ibidem, p. 50.

⁶ CORRÊA, op. cit.

Estado estável, ou *Steady State*⁷, a qual está combinada com as condições contemporâneas de perseverantes contendas⁸.

O estudo da evolução das fases da justiça de transição servirá de embasamento para o desenvolvimento conceitual. E isso consolidará o objetivo primordial deste capítulo: compreender o arcabouço teórico da justiça transicional. Assim, passa-se a análise de cada fase.

1.2.1 Primeira Fase – Pós-Segunda Guerra Mundial

A primeira fase da justiça de transição ocorre no pós-Segunda Guerra Mundial, isto é, entre 1945 até meados de 1970⁹. A distinção entre este período e o da pós-Primeira Guerra foi a desnecessidade de responsabilização coletiva, ou seja, punia-se individualmente os mandantes das ordens de violações de Direitos Humanos e não os executores e cúmplices das atrocidades¹⁰.

A grande inovação foi o consubstanciamento do Direito Penal Internacional e a extensão de sua aplicabilidade, transpassando a fronteira do Estado, atingindo o indivíduo. A mesma coisa ocorreu com o caráter punitivo da justiça transicional, em razão do afastamento da “[...] jurisdição nacional para se chegar [à] punição dos responsáveis pelas atrocidades perpetradas na Segunda Grande Guerra”¹¹.

Elster¹² considerada a primeira fase como “marco zero” da justiça de transição moderna. A saber:

A história moderna de justiça após transições para a democracia começa, essencialmente, com a derrota da Alemanha, Itália e Japão em 1945. Na Alemanha, os processos de justiça transicional

⁷ Nesse trabalho se adotará a nomenclatura em inglês, pois muito autores assim a adotam.

⁸ TEITEL, 2014. p. 50.

⁹ VIEGAS, Claudina Augusta Tavares. **Justiça de transição da Guiné -Bissau – o papel das operações de manutenção da paz**. 2013. 145p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

¹⁰ TEITEL, op. cit., p. 52.

¹¹ TORELLY, Marcelo. **Justiça de Transição e Estado Constitucional de Direito: Perspectiva Teórico-Comparativa e Análise do Caso Brasileiro**. São Paulo: Fórum, 2012. p. 86.

¹² ELSTER, 2006. p. 73.

começaram imediatamente depois da guerra e ainda continuam no presente¹³.

Identifica-se a primeira fase quando as bases da justiça de transição alicerçam-se no Direito Internacional¹⁴. O Tribunal de Nuremberg¹⁵ ocorrido na Alemanha foi o mais relevante por definir os crimes contra a humanidade, como aqueles que configuram graves violações de direitos fundamentais¹⁶.

Na primeira fase da justiça de transição, foram rompidos determinados paradigmas, afastando-se das respostas nacionalistas e visando a uma política internacional que garantisse o Estado de Direito¹⁷. Foi neste contexto histórico que se desenvolve o importante conceito de justiça retributiva. De acordo com Teles¹⁸:

[...] Segundo a justiça retributiva, base para o conceito de crimes contra a humanidade, a sanção da punição é devida primeiro à lei, com o intuito de restabelecer o direito; em segundo, às vítimas, reconhecidamente a parte ofendida e humilhada a

¹³ Texto original: “La historia moderna de la justicia luego de transiciones hacia la democracia comienza esencialmente con la derrota de Alemania, Italia y Japón en 1945. En Alemania, los procesos de justicia transicional comenzaron inmediatamente después de la guerra y aún continúan en el presente”.

¹⁴ Os exemplos de aplicação deste modelo foram os julgamentos na Alemanha, na Itália e no Japão. Para mais informações, consultar a obra: ELSTER, Jon. **Closing the books: transitional justice in historical perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

¹⁵ O Tribunal Internacional Militar em Nuremberg foi desenvolvido para julgar os crimes cometidos pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial (ELSTER, 2004).

¹⁶ Entende-se como graves violações de direitos fundamentais o assassinato, o extermínio, a escravidão, a deportação e outros atos desumanos cometidos contra a população civil. Também se enquadram aqui as perseguições por motivos políticos, raciais ou religiosos (VASCONCELOS, Daniela Mateus. Justiça de transição e direito internacional : o direito à verdade e o dever do estado de processar e punir graves violações aos direitos humanos. In: **Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH**. Belo Horizonte, v. VI, n. 2, dez. 2013. p. 9).

¹⁷ TEITEL, 2014. p. 52-53.

¹⁸ TELES, Edson Luís de Almeida. **Brasil e África do Sul: os paradoxos da democracia: memória política em democracias com heranças autoritárias**. 153p. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

quem se deve a reparação do mal sofrido; em terceiro, à opinião pública, para quem os atos de justiça se enquadram no processo de educação à igualdade e ao respeito pelo outro; e, por último, a punição é devida ao criminoso [...].

Ou seja, a justiça retributiva consiste na busca pela punição dos responsáveis por violações dos Direitos Humanos. Visa-se, assim, julgar os perpetradores para deslegitimar os regimes autoritários, reestabelecendo uma ordem democrática¹⁹.

Além disso, alberga-se a concepção de restituição, ou compensação, das vítimas pelos abusos de Direitos Humanos sofridos. O intuito é reparar o mal sofrido e apaziguar o sentimento de vingança existente nessas pessoas²⁰.

A justiça de transição retributiva pauta-se na obrigação de satisfazer as partes – lei, vítima, opinião pública, culpado –²¹ por meio de uma punição pela violação dos Direitos Humanos. Infere-se aqui o exemplo do Tribunal de Nuremberg²².

Os legados deixados por essa fase são o desenvolvimento do Direito Internacional, as possibilidades de responsabilização internacional “por abusos em tempo de guerra”²³, incorporados em diversas Convenções (como a Convenção sobre o Genocídio, de 1948), a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI) como instância permanente, dentre outros²⁴.

Assim, esse padrão de justiça transicional pós-Segunda Guerra não ocorrerá mais porque a situação política do mundo, à época do

¹⁹ JUNIOR, Luiz Magno Pinto Bastos; CAMPOS, Thiago Yukio Guenka. Entre a justiça retributiva e restaurativa : fragmentos em torno do debate da justiça de transição. In: **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, Ministério da Justiça, n. 2, jul./dez. 2009, p. 292-320.

²⁰ MEZAROBBA, Glenda. A justiça de transição e o ‘acerto de contas’. In: **Jornal da Unicamp**, Campinas, ano 23, n. 415, 3-9 nov. 2008, p. 9. Entrevista concedida a Paulo Cesar Nascimento.

²¹ TELES, 2007.

²² JUNIOR; CAMPOS, 2009.

²³ TEITEL, Ruti G. Genealogia da justiça transicional. In: REÁTEGUI, Félix. **Justiça de Transição: manual para a América Latina**. Brasília; Nova York: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p. 135-170.

²⁴ Ibidem, p. 135-170.

ocorrido, era muito *sui generis*²⁵. Seus reflexos, nas próximas fases, em especial na terceira, é que ²⁶ “o objeto e o âmbito da justiça transicional expandem-se e transcendem a sua ação operativa aos Estados, operando sobre os atores privados”.²⁷

Neste bojo, e para avançar na evolução histórica da justiça de transição, a seguir tem-se a segunda fase. Esta seção traz informações relevantes sobre os novos mecanismos de busca da justiça, em especial as Comissões de Verdade, e os contextos de sua aplicação, dando especial ênfase à África do Sul.

1.2.2 Segunda Fase – Pós-Guerra Fria

A segunda fase da justiça de transição é marcada pelo colapso da União Soviética (URSS). No final da década de 1970 e início de 1980, a URSS começa a demonstrar sinais de enfraquecimento. Essa fragilidade e posterior colapso ocasionam uma onda transicional em busca da democracia, a qual se espalha pela América do Sul, expandindo-se posteriormente para a Europa Oriental, América Central e África Meridional.²⁸

Importante frisar que entre a primeira e a segunda fase há um lapso temporal de quase 40 anos. Durante este período, a justiça de transição ficou interrompida devido à influência e ao domínio dos Estados Unidos e da URSS. Ela somente foi restabelecida, como supracitado, com o enfraquecimento da URSS²⁹.

De acordo com Ruti G. Teitel³⁰:

As duas últimas décadas do século XX foram caracterizadas como uma verdadeira onda de

²⁵ TEITEL, Ruti G. The Law and the Politics of Contemporary Transitional Justice. In: **Cornell International Law Journal**, v. 38, Nova York, 2005. p. 837.

²⁶ TEITEL, 2014. p. 53.

²⁷ Texto original: “The subject and scope of transitional justice have expanded to transcend its operative action upon states, and to operate upon private actors”.

²⁸ HUNTINGTON, Samuel P. Democracy's third wave. In: **Journal of Democracy**, Washington, v. 2, n. 2, 1991. p. 12-34.

²⁹ ARTHUR, Paige. Como as “transições” reconfiguraram os direitos humanos: uma história conceitual da justiça de transição. In: REÁTEGUI, F. **Justiça de Transição: manual para a América Latina**. Brasília; Nova York: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p. 99.

³⁰ TEITEL, 2014. p. 53.

transições políticas. O colapso da União Soviética, o fim do balanço bipolar de poder e a concomitante proliferação de processos de democratização política e modernização marcaram o começo da fase da justiça de transição pós-Guerra Fria³¹.

A expressão "justiça de transição" se consolida após o colapso da União Soviética³², ou seja, no pós-Guerra Fria, pois se vivencia, em especial na América Latina, uma onda de transições democráticas. Elas tinham como objetivo primordial averiguar as violações de Direitos Humanos e os abusos políticos ocorridos no passado a fim de (re)construir a sociedade³³.

Consubstanciando o explanado, Torrelly³⁴ pontua a distinção entre a primeira a segunda fase da justiça de transição:

Enquanto a primeira fase de consolidação da justiça de transição teve como panorama concreto um conjunto de estados desmantelados sendo reconstruídos sob a égide das potências nacionais que falavam em nome da comunidade internacional, as transições da segunda fase de consolidação, situadas entre meados de 1970 e 1989, encontram como cenário uma ordem mundial em plena mutação com o declínio da União Soviética e o surgimento de um mundo multipolar, sendo que na maior parte dos casos a própria experiência antidemocrática e a transição guardam relações em alguma medida com a própria disputa bipolar entre Estados Unidos e União Soviética que chegava ao fim. Mais ainda: se em 1945 uma ampla intervenção internacional foi possível para a reconstrução dos estados beligerantes, nas transições da terceira onda a maior parte dos processos será de iniciativa e execução nacional, de modo que o

³¹ Texto original: "The last two decades of the twentieth century have been characterized as a veritable wave of political transitions. The collapse of the Soviet Union, the end of the bipolar balance of power, and the attendant proliferations of political democratization and modernization ushered in the post-Cold War phase of transitional justice".

³² TEITEL, 2005. p. 885.

³³ VIEGAS, 2013. p. 15.

³⁴ TORELLY, 2012. p. 87.

restabelecimento do Estado de Direito pode contar com o direito internacional não para a promoção dos julgamentos, mas apenas como referência de parâmetros legais razoáveis a serem aplicados quando da retomada democrática. Nesta fase, as intervenções externas eram mal vistas pela própria comunidade internacional. Uma vez que as décadas da Guerra Fria tornaram comuns as intervenções externas de ordem ideológica, a política do momento era a de permitir que os próprios países em transição desenvolvessem seus caminhos para a democracia, evitando o ressurgimento de disputas locais que se ligassem as disputas da antiga ordem internacional em decomposição.

Ou seja, na segunda fase ocorre a consolidação da justiça de transição como um campo de estudo e passará a ser referida como tal³⁵. É com o final da Guerra Fria, com a queda dos governos socialistas e dos principais regimes socialistas/comunistas, que um expressivo número de países passam por “transições políticas radicais”³⁶ e almejam a democracia.

É nessa fase que a justiça de transição transcende a busca dos Direitos Humanos isoladamente, abordando outros valores, como a consolidação de um Estado de Direito³⁷. É neste ciclo, também, que se passa a incluir a sociedade no processo transicional, a qual vinha sendo excluída até então³⁸. Esta mudança está correlacionada com a profunda necessidade de se lidar com o passado para haver a possibilidade de se construir um Estado democrático³⁹⁴⁰.

³⁵ VIEGAS, 2013. p. 15.

³⁶ Ibidem.

³⁷ TEITEL, 2005. p. 896.

³⁸ Ibidem.

³⁹ Conceito de Estado Democrático: é o Estado legitimado pelo povo. Para se ter o Estado Democrático, é necessário a legitimação popular, ou seja, há uma conciliação entre Estado de direito e democracia. Desta forma, o princípio basilar do Estado Democrático e do Estado de Direito Democrático é a soberania popular, por meio da qual todo o poder vem do povo, assegurado e garantido o direito à igual participação na formação democrática da vontade popular. Para uma melhor definição sobre Estado Democrático, consultar a obra: CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. 7. reimp. Coimbra: Almedina, 2000, p. 87-98.

⁴⁰ TEITEL, op. cit., loc. cit.

São exemplos desta fase a Argentina, o Chile, o Brasil, a África do Sul, dentre outros. Esses países passam pela transição de regimes militares e regimes segregacionistas almejando consolidar a democracia. Inicia-se um questionamento da viabilidade dos julgamentos realizados na primeira fase da justiça de transição: “eles seriam o melhor modelo de justiça a ser implementado?”⁴¹. Isso foi primeiro colocado em prática pela Argentina, após a Guerra das Malvinas, optando-se em distinguir cada contexto, internacional e nacional, para averiguar quais indivíduos seriam julgados domesticamente⁴².

O caso da Argentina, de grande relevância no segundo ciclo, iniciou-se com o colapso do regime militar e a eleição, em 1983, de Raul Alfonsín. De acordo com Paige Arthur⁴³:

[...] houve um profundo debate público sobre quem deveria ser punido pelas violações de direitos humanos e o que se deveria fazer pelas vítimas dessas violações. No primeiro plano do debate, no entanto, estava sempre a ameaça que tais ações poderiam representar à estabilidade do novo regime. O governo de Alfonsín optou pela limitação dos processos judiciais e, num movimento dramático, levou a julgamento os antigos chefes das juntas militares. Também convocou uma Comissão de Inquérito para esclarecer o ocorrido com as pessoas que “desapareceram” sob os cuidados das forças de segurança do Estado⁴⁴.

É a partir do caso argentino que se começa a levantar questionamentos correlacionados não somente com a justiça de transição, mas abstratamente com o termo justiça⁴⁵. As perguntas suscitadas, de acordo com Paige, são⁴⁶ “[...] quem punir? Por meio de qual autoridade? Quais os fundamentos? O que fazer pelas vítimas e seus entes queridos?”.

⁴¹ VASCONCELOS, 2013.

⁴² TEITEL, 2014. p. 54.

⁴³ ARTHUR, 2011.

⁴⁴ Ibidem, p. 74-75.

⁴⁵ Ibidem, p. 75.

⁴⁶ Ibidem, loc. cit.

Pode-se, assim, começar a se traçar o principal legado da segunda fase⁴⁷:

enquanto a aplicação da justiça na Fase I simplesmente assumiu a legitimidade de punir os abusos aos direitos humanos, na Fase II a tensão entre punição e anistia se complicou com a admissão e reconhecimento dos dilemas inerentes aos períodos de mudanças políticas⁴⁸.

Ou seja, foi um ciclo marcado pelo afastamento dos julgamentos e pela implementação de meios alternativos de busca da verdade e responsabilização.

A anistia foi amplamente aplicada nesta fase. Na maioria dos casos, como ocorreu no Brasil, na Argentina e no Chile, ela foi concedida aos violadores de Direitos Humanos e não se exigia uma contrapartida. Nesses países, as transições foram negociadas para assegurar imunidades aos ex-governantes militares⁴⁹.

Porém, a África do Sul rompeu com essa concessão de anistia sem contrapartida ao desenvolver seu modelo de justiça transicional. Os sul-africanos optaram pelo afastamento da anistia generalizada e se pautaram na verdade e reconciliação da população⁵⁰. Essa ênfase sul-africana foi uma grande inovação e contribuição para a justiça de transição, como será abordado posteriormente.

A justiça restaurativa consubstancia-se no empenho para a reconstrução das relações entre os indivíduos e a comunidade, fortalecendo-os. Tem-se por medidas de justiça restaurativa as Comissões de Verdade, nas quais se busca a verdade sobre os acontecimentos pretéritos⁵¹. O desafio da justiça restaurativa “é

⁴⁷ Texto original: “Whereas the Phase I justice policy simply assumed the legitimacy of punishing human rights abuses, in Phase II the tension between punishment and amnesty was complicated by the recognition of dilemmas inherent in periods of political flux”.

⁴⁸ TEITEL, op. cit., p. 54.

⁴⁹ ELSTER, 2006.

⁵⁰ PINTO, Simone Martins Rodrigues. Justiça Transicional da África do Sul: restaurando o passado, construindo o futuro. In: **Contexto internacional**, v. 29, n. 2, Rio de Janeiro, jul.-dez. 2007. p. 393-421.

⁵¹ JUNIOR; CAMPOS, 2009.

encontrar formas de responsabilização que não enfatizem apenas a punição e o desejo de vingança⁵², como ocorre na justiça retributiva.

Este novo modelo transicional refletiu em um novo entendimento sobre justiça de transição, a qual passou a ser associada a um contexto político mais complexo, possibilitando a (re)construção do Estado. E isso somente foi possível com o afastamento dos julgamentos pautados, simplesmente, no Direito Internacional, voltando-se mais para a realidade interna do país envolvido⁵³.

Ou seja, a motivação desta fase era a busca pela justiça a qual possibilitasse a obtenção de verdade e a reconstrução da história⁵⁴. Nessa esteira, desenvolveram-se mecanismos que servissem de arcabouço para essa procura, tais quais as comissões de verdade e o processo de concessão de anistia.

Nas palavras de Ruti G. Teitel⁵⁵:

Nesta fase, o propósito principal da justiça transicional foi o de construir uma história alternativa para os abusos do passado. Surgiu, por consequência, uma dicotomia entre verdade e justiça. Assim, o paradigma da Fase II majoritariamente evitou julgamentos para, em troca, concentrar-se em um novo mecanismo institucional: as comissões de verdade. Uma comissão de verdade é um organismo oficial, normalmente criado por um governo nacional para investigar, documentar e divulgar abusos aos direitos humanos ocorridos em um país durante um período de tempo específico⁵⁶.

⁵² BASTOS, Lucia Elena Arante Ferreira. As reparações por violações de direitos humanos em regimes de transição. In: **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Brasília: Ministério da Justiça, n. 1, jan.-jun. 2009, p. 78.

⁵³ TEITEL, 2014. p. 55.

⁵⁴ ELSTER, 2006.

⁵⁵ TEITEL, op. cit., p. 56.

⁵⁶ Texto original: “In this phase, the main purpose of transitional justice was to construct an alternative history of past abuses. A dichotomy between truth and justice therefore emerged. Thus, the Phase II paradigm largely eschewed trials, to focus instead upon a new institutional mechanism: the truth commission. A truth commission is typically an official body, often created by a national government, to investigate, document, and report upon human-rights abuses occurring within a country over a specified period of time”.

O novo mecanismo supramencionado são as Comissões de Verdade. Elas foram implementadas, em primeiro lugar, na Argentina, sendo que, com o passar dos anos e do uso dos países, elas se aprimoraram. Na década de 1990, um novo modelo de comissão de verdade é criado: o investigativo, o qual passa a ser associado com a transição da África do Sul⁵⁷.

A Comissão de Verdade sul-africana é peculiar, pois englobou mecanismos de justiça e reconciliação. Com isso, almejou-se uma responsabilização individual e coletiva; não se excluiu a justiça retributiva, julgando os perpetradores pelos parâmetros estabelecidos pela Constituição Interina. Os testemunhos das vítimas possuíam por objetivo a construção da verdade, possibilitando o desenvolvimento de políticas reparatórias⁵⁸.

As Comissões de Verdade ofereceram uma perspectiva histórica maior do que os julgamentos de casos isolados, pois se procurou desvendar o passado acobertado pelo regime opressor. O objetivo principal das Comissões era a busca pela paz, perpassando pela justiça e pelas instituições que a utilizavam, e não simplesmente a justiça pela justiça⁵⁹.

Ademais, os países que utilizaram as Comissões de Verdade instauraram processos de julgamentos e concessão de anistia, e o processo de transição durava mais do que nos países da primeira fase. Exige-se um lapso temporal maior para se buscar a verdade dos atos passados e para a reconstrução da história⁶⁰.

Desta forma, afasta-se da universalidade dos julgamentos da fase I e se almeja a reconstrução de uma identidade política, por meio do Direito, da legitimidade do processo transicional, do diálogo entre vítimas e perpetradores, sendo a reconciliação seu último fim⁶¹.

Isso ainda tem grande implicação para o Direito Internacional, que passa a estabelecer padrões claros relativos às obrigações estatais, a forma de enfrentar as violações dos Direitos Humanos. Devido a essas novas práticas, a Organização das Nações Unidas (ONU), em outubro de 2000, apresentou ao Conselho de Segurança um relatório que expunha

⁵⁷ TEITEL, 2014, p. 56.

⁵⁸ VILLA-VICENCIO, Charles. Transitional justice and human rights in Africa. In: BOSL, Anton; DIESCHO, Joseph. **Human rights in Africa: legal perspectives on their protection and promotion**. Namibia, 2009.

⁵⁹ TEITEL, op. cit.

⁶⁰ ELSTER, 2006.

⁶¹ TEITEL, op. cit.

as questões da justiça transicional, os termos operativos e normativos a serem observados pelas Corte de Direitos Humanos e pelos países signatários⁶².

O grande dilema desta fase foi como seriam abordados os direitos das vítimas em saberem a verdade, contrapondo com o dever do Estatal de promover uma investigação para se revelar a fidedignidade, ou seja, formou-se um paradoxo entre verdade *versus* justiça⁶³.

Percebe-se, assim, que o problema da justiça de transição da primeira fase foi formular e traçar os paralelos entre justiça *versus* anistia. Nesta senda, generalizou-se, por demais, a anistia política objetivando cegamente a reconciliação nacional, incutindo valores desconhecidos para o direito e para o Estado de Direito⁶⁴.

Outra grande inovação desse ciclo é a participação de atores políticos com influência não só legal como na primeira fase, mas também moral diante da sociedade civil. Dentre esses atores, podem-se destacar as organizações não governamentais (ONGs), as igrejas e a sociedade civil, que implementavam diversos meios alternativos de resolução de conflitos⁶⁵.

O maior envolvimento de atores fortalece a democracia almejada nos países enquadrados nessa segunda fase. Esse engajamento possibilita a maior estruturação das instituições políticas e auxilia na formulação de políticas que se traduzam em ações para se confrontar o legado de violações dos Direitos Humanos⁶⁶.

Ainda que tenha feito grandes avanços nesta fase, bem como a primeira, ela apresenta uma “capacidade limitada de ser transferida a contextos políticos de soberanias radicalmente diferentes”⁶⁷, assim

⁶² ZYL, Paul van. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. In: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. n. 1, jan.-jun. 2009. Brasília: Ministério da Justiça.

⁶³ TEITEL, 2014.

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ HAMBER, B.; MOFOKENG, T; SIMPSON, G. Evaluating the Role and Function of Civil Society in a Changing South Africa: The Truth and Reconciliation Commission as a Case Study. Paper presented at **The Role of Southern Civil Organisations in the Promotion of Peace Seminar**, DHR Seminar. Hosted by the Catholic Institute for International Relations London, 10 November 1997.

⁶⁶ ZYL, op. cit.

⁶⁷ TEITEL, Ruti G. Genealogia da justiça transicional. In: REÁTEGUI, F. **Justiça de Transição: manual para a América Latina**. Brasília; Nova York: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p. 135-170.

como todos os países, tais quais Argentina, Chile, El Salvador, que utilizaram esse modelo e possuíam traços em comum, como a vinculação com a antiga URSS ou a forma de governo exercida⁶⁸.

A tabela 1 a seguir ilustra os modelos transicionais supramencionados de forma sucinta⁶⁹:

Tabela 1: Panorama das Comissões de Verdade⁷⁰

País	Nome da Comissão	Objetivos
Argentina	Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP)	Esclarecer os feitos relacionados com o desaparecimento de pessoas e, dentro das possibilidades, determinar o local de seus restos mortais.
Chile	Comissão Nacional para a Verdade e Reconciliação	Investigar a situação dos desaparecimentos dos detidos, executados e torturados com o resultado morte. Os crimes apurados necessitam ter vestígios da responsabilidade moral do Estado por atos de seus agentes ou de pessoas a seu serviço. Também perquiriu os sequestros e os atentados contra a vida de pessoas e que foram cometidos por particulares sobre o pretexto político.
El Salvador	Comissão de Verdade para El Salvador	Graves feitos de violência ocorridos desde 1980 cuja consequência sobre a sociedade enseja, urgentemente, o conhecimento público da verdade.

Da tabela supramencionada, percebe-se que essas Comissões possuem objetivos em comum, como a investigação de pessoas desaparecidas durante o regime opressor ou a apuração das violações de Direitos Humanos. Essas Comissões também, em maior ou menor grau, deram publicidade aos dados obtidos durante as investigações.

⁶⁸ Para mais esclarecimentos sobre as comissões de verdade existentes no mundo, consultar a obra: HAYNER, Priscilla B. **Comisiones de la verdad: resumen esquemático**. International Review of the Red Cross, n. 862, jun. 2006.

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ Ibidem.

E, por mais que essa fase tenha sua aplicabilidade limitada e não tenha utilizado tribunais para julgamentos internacionais, há a formulação de uma jurisprudência transicional que demonstra o impacto do Direito Internacional na construção de um Estado. Também serviu para demonstrar o frágil equilíbrio que se tem entre punição e anistia, reconhecendo dilemas inerentes a esses períodos de mudanças políticas⁷¹.

Um grande exemplo de aplicação dos mecanismos desenvolvidos nesta fase é a África do Sul. Os dilemas entre punição e anistia foram reconhecidos e deliberados por meio das decisões de renunciar o modelo penal favorecendo métodos alternativos para se buscar e estabelecer a verdade, bem como para haver a responsabilização dos abusos pretéritos⁷².

Pelo exposto, é primordial compreender nessa fase seu contexto, pois o objeto de estudo deste trabalho será a África do Sul. Optou-se por esse país, dentre o escopo albergado pela segunda fase, devido às suas peculiaridades e contribuições feitas para a justiça de transição.

Assim, a motivação pela busca da justiça (característica da segunda fase) durou até o final da década de 1990, sendo sucedida pelas transições dos *Steady State*, conforme segue.

1.2.3 Terceira Fase – Estado estável

A fase mais atual da justiça de transição é o do *Steady State*. Ela é uma adaptação do primeiro ciclo por ele estar associado a períodos pós-conflitos, porém são considerados tempos normais, sendo assim, o processo transicional deixa de ser algo excepcional e passa a ser algo usual, uma resposta corriqueira das sociedades⁷³.

A justiça de transição, neste ciclo, associa-se às guerras em tempo de paz, a fragmentações políticas e conflitos constantes. Passa-se a promover a justiça de transição na sociedade beligerante em vez de esperá-lo cessar para interpretá-la⁷⁴.

Neste período, a justiça de transição se vinculava ao posicionamento jurisprudencial. Esta é influenciada pelo fluxo político,

⁷¹ TEITEL, 2011.

⁷² ZYL, Paul Van. Dilemmas of Transitional Justice: the case of South Africa's Truth and Reconciliation Commission. **Journal of International Affairs**, 52, n. 2. Columbia University Press: Nova York, 1999.

⁷³ TEITEL, op. cit.

⁷⁴ ZYL, jan.-jun. 2009.

pelos compromissos do Estado de direito⁷⁵, bem pela “alta politização do direito”⁷⁶.

Essa normalização da jurisprudência tem como símbolo o TPI⁷⁷, instituição internacional que foi estabelecida no final do século vinte. O TPI foi precedido por outros tribunais penais internacionais *ad hoc* para Ruanda e dos Balcãs, convocados para responder às atrocidades genocidas cometidas nessas regiões⁷⁸.

De acordo com Teitel⁷⁹:

[...] o TPI simboliza a consolidação do modelo de Nuremberg: a criação de um tribunal internacional permanente designado para submeter a julgamentos os autores dos crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade, como uma matéria de rotina sob o Direito Internacional⁸⁰.

Isso é um retorno à justificativa do Estado de Guerra à responsabilização individual presente na primeira fase da justiça de transição. Porém, a grande diferença é que agora o Direito Internacional Humanitário é usado para mediar a relação entre indivíduo e Estado, permitindo à comunidade internacional, em especial o TPI e as Cortes de Direitos Humanos da Europa e da América Latina, fazer valer a responsabilização dos líderes do regime deposto⁸¹.

⁷⁵ TEITEL, 2014. p. 63.

⁷⁶ Texto original: “[...] to a higher politics of the law”.

⁷⁷ O Tribunal Internacional Penal pode ser compreendido, de acordo com a Lei nº 4.388/2002, Estatuto de Roma, como “Art. 1º. É criado, pelo presente instrumento, um Tribunal Penal Internacional (“O Tribunal”). O Tribunal será uma instituição permanente, com jurisdição sobre as pessoas responsáveis pelos crimes de maior gravidade com alcance internacional, de acordo com o presente Estatuto, e será complementar às jurisdições penais nacionais. A competência e o funcionamento do Tribunal reger-se-ão pelo presente Estatuto” (BRASIL. **Decreto nº 4.388**, de 25 de setembro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm>).

⁷⁸ TEITEL, 2011. p. 165.

⁷⁹ TEITEL, 2004. p. 63-64.

⁸⁰ Texto original: “[...], the ICC symbolizes the entrenchment of the Nuremberg Model: the reaction of a permanent international tribunal appointed to prosecute war crimes, genocides, and crimes against humanity as a routine matter under international law”.

⁸¹ TEITEL, 2004, loc. cit.

Como visto, o Direito Humanitário atua no processo transicional, porém essa intervenção nem sempre é vista como uma parceria benéfica. O discurso humanitário pode ser usado como uma forma de se conduzir a guerra, bem como pode ser utilizado para justificá-la e, até mesmo, legitimar a guerra contra o terrorismo⁸².

Ou seja, por incorporar a relação entre indivíduo e Estado, o Direito Humanitário permite à comunidade internacional responsabilizar os líderes de um regime e recriminar as políticas de perseguição, mesmo que essas ocorram fora do Estado em questão, como ocorreu em Ruanda⁸³.

O Direito Internacional Humanitário ainda pode servir para deslegitimar o regime, possibilitando a atuação da justiça internacional a estimular a transição. Nestes casos, a intervenção pode ser tida como ilegal, porém legítima para assegurar a paz⁸⁴.

A normalização da justiça transicional nesta fase ainda servirá para consolidar o Direito da Guerra legitimado pelo Direito Internacional Humanitário. De acordo com Ruti Teitel:

[...] O estabelecimento do Direito Humanitário como o Estado de Direito presente restringe não somente a maneira como se conduz a guerra, como também parece expandir o sistema humanitário para responder a aspectos mais amplos do Direito de Guerra, incluindo a justificativa de sua possível criação⁸⁵.

Porém cria-se uma tensão dentro do Estado que poderá alegar a autodefesa preventiva como embasamento para uma reação própria de intervenção internacional. Isso poderá acarretar uma nova guerra, agravar uma já existente ou, até mesmo, desencadear ataques contra os países interventores.

Essa tensão e a possível reação ainda podem ser utilizadas como discurso para legitimar a guerra (terrorismo). Explica-se: as guerras civis desencadeadas no Estado o qual sofreu a intervenção e suas possíveis reações podem ser interpretadas como ameaças aos Estados intervenientes.

⁸² Ibidem, p. 166-167.

⁸³ TEITEL, 2003.

⁸⁴ ARTHUR, 2011.

⁸⁵ TEITEL, op. cit., p. 166.

Essa dualidade criada na terceira fase, entre Direito Humanitário e Direito de Guerra, torna problemático o desenvolvimento da justiça de transição. Isso ocorre porque a justiça transicional “tende a olhar para o passado para responder ao último conflito e, como consequência, não se adapta facilmente para ser usada como modelo para garantir segurança no futuro”⁸⁶.

A característica primordial dessa fase é o esvaziamento da distinção entre guerra e paz, preceitos que a justiça transicional especificava e diferenciava. Também há a expansão e fusão dos ideais humanísticos no processo de transição. Ou seja, existe um alargamento dos conceitos construídos nas fases posteriores visando proteger, agora, os Direitos Humanos⁸⁷.

Outra característica desta fase é a impossibilidade de se haver uma justiça transicional pautada exclusivamente em mecanismos restaurativos. Existe a fragmentação entre justiça e verdade, história fundamentada no direito das vítimas, a responsabilização judicial dos violadores de Direitos Humanos. Assim, o uso das Comissões de Verdade, instrumentos utilizados para se alcançar a veracidade dos fatos pretéritos, necessitam ser procedidas pelo acompanhamento jurídico⁸⁸.

Desse modo, as Comissões de Verdade passam a ser instrumentos para revelar a verdade histórica e esclarecer os fatos transcorridos. Podem, também, definir as responsabilidades estatais e apresentar recomendações para se promover os Direitos Humanos. Porém elas não servem como marcos regulatórios criminais, necessitando existir processos penais para se definir e se responsabilizar os ilícitos cometidos⁸⁹.

Imprescindível nesta feita é compreender a evolução histórica da justiça de transição e, na sequência, o conceito, pois determinados mecanismos transicionais, bem como a consolidação do campo, desenvolveram-se em um contexto peculiar.

1.3 CONCEITO DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Antes de adentrar no conceito de justiça de transição, faz-se necessário entender sua terminologia, a razão deste campo de estudo ser assim denominado, o porquê da justiça e, em especial da transição,

⁸⁶ Ibidem, p. 168.

⁸⁷ TEITEL, 2011, p. 168.

⁸⁸ WEICHERT, 2012.

⁸⁹ Ibidem.

constante na nomenclatura. A parte da justiça será explorada e aprofundada no tópico 2.4 deste capítulo. Sobre a origem do termo justiça de transição, José Carlos Moreira da Silva Filho⁹⁰ descreve que:

Justiça de Transição é um termo recente, mas que pretende indicar aspectos que passaram a ser cruciais as partidas das grandes guerras mundiais deflagradas no século XX: o Direito à Verdade e à Memória, a Reparação, a Justiça e o Fortalecimento das Instituições Democráticas. O foco preferencial da Justiça de Transição recai sobre sociedades políticas que emergiram de um regime de força para um regime democrático⁹¹.

Assim, é imprescindível para a justiça transicional o desenvolvimento de uma democracia, bem como a possibilidade de se confrontar o passado de violações de Direitos Humanos e de repressão política com o intuito de se almejar uma nova direção ao país⁹².

Feito este breve apontamento sobre a origem do termo justiça de transição, passa-se a análise do termo propriamente dito. Em primeiro lugar, Paige Arthur discorre sobre o termo justiça de transição:

O termo foi inventado para sinalizar uma nova espécie de atividade no campo dos direitos humanos e como uma resposta aos dilemas políticos concretos enfrentados por ativistas de direitos humanos face ao que era entendido como contextos “transicionais”⁹³.

A utilização do termo abarca a busca de medidas associadas à justiça, ao esforço para obtenção da verdade, à reconstrução e à restituição da confiança das instituições estatais⁹⁴. Aqui se diz transição, pois se rompe com um regime e se passa a almejar um novo modelo estatal, ou seja, irrompe-se com o *status quo*, com o estado de violações, e aspira-se a um novo Estado, sendo o ideal: o Estado Democrático de Direito.

⁹⁰ SILVA FILHO, José Carlos da. O Julgamento da ADPF 153 pelo Supremo Tribunal Federal e a Inacabada Transição Democrática Brasileira. In: PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virginia Prado (Coord.). **Direito ao desenvolvimento**. São Paulo: Fórum, 2010.

⁹¹ Ibidem, p. 1-2.

⁹² Ibidem.

⁹³ ARTHUR, 2011. p. 79.

⁹⁴ Ibidem, p. 78.

Pode-se dizer, ainda, que a dualidade da justiça de transição é ser, ao mesmo tempo, contínua e descontínua⁹⁵, é olhar para o futuro⁹⁶ e tentar construí-lo sem marginalizar o passado⁹⁷. É a transição para uma estabilidade político-institucional quando o que há na sociedade é a instabilidade⁹⁸. E é nesta perspectiva de constante mudança, de rearranjo do país, que Ruti Teitel⁹⁹ afirma que “[...] a concepção de justiça em períodos de mudança política é extraordinária e construtivista: é alternadamente constituída pela constitutiva de transição”¹⁰⁰.

Assim, para que essas mudanças sejam possíveis para haver efetivamente a transição, faz-se necessário que as instituições, sejam elas políticas ou de Direito, passem por profundas transformações, pois, como visto na parte histórica, elas são ao mesmo tempo objeto e causa dessa necessidade. Elas é que operarão no seio “[...] de uma singular e contingente dinâmica transicional”¹⁰¹.

Nessa senda, Murilo Duarte Costa Corrêa salienta que:

O direito é constitutivo das instituições ao passo em que medeia a preservação de certo nível de continuidade formal e em que incorpora, ao mesmo tempo, uma genuína instância de descontinuidade transformativa (TEITEL, 2000, p. 220; GREADY, 2011, p. 151). Sua função é a de cesura e a de margem; sua qualidade, liminar: trata-se de um direito que está *entre* dois regimes, mais próximo de um poder constituinte que, no entanto, uma vez despojado de seus caracteres mais clássicos, não é onipotente, tampouco incondicionado, uma vez que se estrutura sobre os quadros legais transnacionais dos Direitos

⁹⁵ TEITEL, Ruti G. **Transitional Justice**. Oxford University Press: Nova York, 2000, p. 30.

⁹⁶ Ibidem, p. 113.

⁹⁷ TEITEL, Ruti G. Fazer justiça e pensar medidas de justiça num contexto de mudança política é olhar para o passado , mas também para o futuro : Ruti G. Teitel responde. In: **Revista Anistia Política e Justiça de Transição** , Brasília: Ministério da Justiça, n. 3, jan.-jun. 2010, p. 30.

⁹⁸ CORRÊA, 2013.

⁹⁹ TEITEL, 2000. p. 6.

¹⁰⁰ Texto original: “[...]the conception of justice in periods of political change is extraordinary and constructivist: It is alternately constituted by, and constitutive of, the transition”.

¹⁰¹ CORRÊA, 2013. p. 30.

Humanos, da Justiça de Transição e das variações que se verificam nos arranjos de poder locais¹⁰².

Feito esse breve apontamento do termo transição, passa-se a apreciação do conceito de justiça de transição. Paul van Zyl¹⁰³ enuncia que a justiça de transição é um “esforço para a construção da paz sustentável após um período de conflito, violência em massa ou violação sistemática dos direitos humanos”¹⁰⁴. O autor ainda descreve que “a justiça transicional olha tanto para o futuro quanto para o passado”.¹⁰⁵

Para Ruti Teitel¹⁰⁶, a justiça de transição, por toda a sua carga teórica, amplifica o papel do Direito nos tempos de mudanças políticas. Ela discorre, ainda, que a “[...] justiça transicional busca por um método interpretativo, histórico e comparativo, tirar conclusões sintéticas sobre o que essas práticas transmitem sobre a concepção de justiça em tais ocasiões”^{107,108}. Aqui, as práticas podem ser compreendidas como os mecanismos empregados no processo transicional, como o uso de tribunais ou de comissões de verdade¹⁰⁹.

Neste contexto, considera-se justiça de transição, conforme consolidado pelo Internacional Center for Transitional Justice, “como uma resposta a violações sistemáticas e generalizadas de direitos humanos, buscando reconhecimento às vítimas e procurando promover a paz e a democracia”¹¹⁰. Destaca-se que a justiça de transição não é uma forma especial de justiça, mas “uma justiça adaptada a sociedades que estão se transformando após um período de marcantes abusos aos direitos humanos”¹¹¹.

¹⁰² Ibidem. p. 31.

¹⁰³ ZYL, Paul van. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. In: REÁTEGUI, Félix. **Justiça de Transição**: manual para a América Latina. Brasília e Nova York: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011, p. 47-71.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 47.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 55.

¹⁰⁶ TEITEL, 2000. p. 3-283.

¹⁰⁷ Texto original: “[...] transitional justice pursues an interpretative, historical, and comparative method in order to draw synthetic conclusions concerning what these practices convey about the conception of justice at such times”.

¹⁰⁸ TEITEL, op. cit., p. 213.

¹⁰⁹ Ibidem.

¹¹⁰ INTERNATIONAL CENTER FOR TRANSITIONAL JUSTICE. **What is Transitional Justice?** 2009. p. 1.

¹¹¹ Ibidem.

Segundo Abrão e Genro, “a justiça de transição é uma resposta concreta ao legado de violência deixado por regimes autoritários e/ou conflitos civis em escala [...]”¹¹², ou seja, é uma justiça na qual as sociedades passam por uma transformação, um período de violações generalizadas dos Direitos Humanos.

Natália Centeno Rodrigues e Francisco Quintanilha Vêras Neto descrevem que o conceito de justiça de transição não é uniforme por ser um campo vasto de conteúdo ilimitado de estudo. Ressaltam, porém, que a justiça transicional pode ser entendida amplamente como

[...] um conjunto de práticas que devem ser pensadas em conformidade com o passado autoritário, visando eliminar fatos não esclarecidos e, assim, constituindo meios para fortalecer o regime democrático que vige esse país¹¹³.

Vislumbra-se, assim, que são novos arranjos para uma sociedade que está rompendo com um regime autoritário.

Assim, para que esta transição ocorra, surge a necessidade de se superar o passado e, nas palavras de Estaban Cuya, as “graves violações aos direitos humanos cometidas pelos regimes totalitários e a busca de políticas que assegurem paz e estabilidade social depois da transição democrática”¹¹⁴. Logo, se faz primordial desenvolver ou aperfeiçoar mecanismos para lidar com os abusos e as violações ocorridos, tais quais os genocídios, os desaparecimentos de pessoas, os estupros, os tratamentos médicos desnecessários e ilegais, dentre outros¹¹⁵.

Desta forma, a justiça de transição tem que superar a impunidades dos delitos de Direitos Humanos perpetrados e construir um futuro baseado na confiança entre o Estado e seus cidadãos¹¹⁶.

¹¹² ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. **Os direitos da transição e a democracia no Brasil**: estudos sobre Justiça de Transição e Teoria da Democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 33.

¹¹³ RODRIGUES, Natália Centeno; VÉRAS NETO, Francisco Quintanilha. Justiça de transição: um breve relato sobre a experiência brasileira. In: SILVA FILHO, José Carlos da. **Justiça de Transição no Brasil**: violência, justiça e segurança. Porto Alegre: PUC-RS, 2012.

¹¹⁴ CUYA, Esteban. Justiça de transição. In: **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 37-78, jan.-jun. 2011, p. 39.

¹¹⁵ VIEGAS, 2013.

¹¹⁶ CUYA, jan.-jun. 2011. p. 34.

Teitel¹¹⁷ ainda ensina que o processo transicional somente se consagra pela construção de uma identidade política, pois

a justiça de transição oferece uma forma de reconstituir o coletivo (através daqueles que seriam potencialmente seus aspectos de divisão, ou seja, os aspectos raciais, étnicos e religiosos) com base em uma identidade política que aflora de legados de medo e injustiça.

Desta forma, percebe-se que a justiça de transição enfatiza os direitos das vítimas, ou seja, daqueles que sofreram, direta ou indiretamente, as violações de Direitos Humanos devido ao regime autoritário, reparando-as do mal sofrido¹¹⁸.

Nesta mesma toada, Estaban Cuya¹¹⁹ conceitua justiça de transição como:

Denomina-se justiça transicional o conjunto de medidas direcionadas a superar os graves danos causados à sociedade por regimes totalitários e/ou ditatoriais que, em contextos de anomalia constitucional, cometem violações aos direitos humanos contra pessoas ou grupos de uma determinada nação. Essas medidas, ainda que na atualidade não estejam integradas em acordo ou tratado internacional específico algum, nutrem-se dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos¹²⁰.

Do excerto supramencionado, extraem-se os componentes básicos da justiça de transição: a) a busca pela verdade, de preferência de forma irrestrita; b) a responsabilização, por via judicial, dos perpetradores de Direitos Humanos; c) a prática de medidas de reparação, moral e material das vítimas; d) a reforma no aparato estatal e institucional¹²¹.

Corroborando com Estaban Cuya, Paul Van Zyl¹²² elenca cinco elementos estruturadores da justiça de transição: a) justiça (aqui, levam-se em consideração as mais diversas funções, como a penal, civil, até a

¹¹⁷ TEITEL, 2000.

¹¹⁸ VASCONCELOS, 2013.

¹¹⁹ CUYA, op. cit.

¹²⁰ Ibidem, p. 40.

¹²¹ Ibidem.

¹²² ZYL, jan.-jun. 2009. p. 34-39.

mesmo a justiça simbólica e afetiva); b) busca da verdade pelos mais diversos mecanismos transicionais; c) reparação às vítimas (em pecúnia ou pelo reconhecimento); d) reformas institucionais; e) reconciliação.

Percebem-se, assim, como fatores constantes que compõem a justiça de transição: a) a busca pela verdade, da maneira mais ampla e abrangente possível, com o intuito de ser revelar os fatos pretéritos e seus pormenores¹²³; b) a reparação às vítimas (aqui a reparação não é só o valor em pecúnia, mas também a moral); c) a reforma institucional, essencial para se transigir um modelo de Estado para outro¹²⁴; d) a reconciliação da população que, por muitas vezes, foi segregada pelo regime autoritário¹²⁵.

Neste contexto, para Siegel¹²⁶, a justiça de transição pode ser compreendida como a forma escolhida pelas “democracias emergentes” para passarem por uma mudança de regime e para emergirem do autoritarismo à democracia.

Passa-se a ter como preceito da justiça de transição a responsabilização, pela via processual, dos violadores de Direitos Humanos, a perquisição pela fidedignidade sobre o passado, a reparação (ainda que moral) das vítimas, a reformulação das instituições estatais e, por fim, a reconciliação da população¹²⁷.

Diante dos vários conceitos e autores expostos, este trabalho passará a adotar, como concepção norteadora, o elencado pelo *Internacional Center for Transitional Justice*: a justiça de transição será entendida como uma resposta às violações sistemáticas e generalizadas de Direitos Humanos, devendo reconhecer o *status* de vítima às pessoas que fazem jus, bem como pretender alcançar a paz e a democracia. Desse modo, será a justiça para a sociedade pós-violações de Direitos Humanos e em transformação para a democracia.

Destrinchado o conceito e seus vários elementos, é necessário compreender os componentes da justiça de transição: justiça penal, histórica, reparatoria, administrativa e constitucional.

¹²³ CORRÊA, 2013. p. 30-38.

¹²⁴ CUYA, 2011.

¹²⁵ ZYL, jan.-jun. 2009. p. 34-39.

¹²⁶ SIEGEL, Richard Lewis. Transitional Justice: a decade of debate and experience. 1998. In: **Book Review, Human Rights Quarterly**, v. 20, n. 2, Baltimore-EUA, 1998. p. 433-435.

¹²⁷ ZYL, 2011. p. 47.

1.4 FASES E MODALIDADES OU CONCEPÇÕES QUE PODEM SER APLICADAS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Ruti G. Teitel, Estaban Cuya e Paul van Zyl, como mencionados anteriormente, analisam as concepções de justiça associadas ao processo transicional.

De acordo com eles, será exposta na sequência que a transição possui vários componentes, além da punição penal a qual é comumente ligada: ela abrange também a justiça histórica, reparatoria, administrativa e constitucional¹²⁸.

Visa-se, com isso, salientar que a justiça de transição é multifacetada e que todos os elementos a tornam uma justiça complexa, porém com um único objetivo: reconstruir um Estado. Esses tópicos serão abordados na sequência.

1.4.1 Modalidades ou concepções de justiça de transição

Como mencionado no tópico 2.2, a justiça de transição não é composta somente pelo fator justiça, mas sim possui outros componentes.

O primeiro deles concerne à justiça criminal. Para Ruti G. Teitel¹²⁹, esta transcende à simples punição da justiça comum, pois “[...] nas sociedades que há o desvencilhamento dos legados opressivos, os julgamentos realizados pelo regime sucessor possuem um papel significativo de embasamento da nova ordem liberal”¹³⁰, ou seja, as medidas criminais adotadas durante o período transicional possuem um caráter muito peculiar, pois são uma “tentativa de fundamentar e consolidar mudanças normativas”¹³¹.

Paul van Zyl faz a seguinte ponderação sobre a justiça criminal e os julgamentos:

Os julgamentos podem servir para evitar futuros crimes, dar consolo às vítimas, pensar um novo grupo de normas e dar impulso ao processo de reformar as instituições governamentais,

¹²⁸ TEITEL, 2000. p. 27-28.

¹²⁹ Ibidem, p. 28.

¹³⁰ Texto original: “[...] in societies with evil legacies moving out of repressive rule, successor trials play a significant foundational role in laying the basis of a new liberal order”.

¹³¹ VIEGAS, 2013. p. 24.

agregando-lhes confiança. No entanto, é importante reconhecer que os sistemas da justiça penal estão desenhados para sociedades em que a violação da lei constitui a exceção e não a regra. Quando se trata de violações generalizadas e sistemáticas que envolvem dezenas ou centenas de crimes, os sistemas da justiça penal simplesmente não são suficientes, isso se deve ao fato de que o processo da justiça penal deve demonstrar um comprometimento minucioso com a equidade e o devido processo legal com a necessária implicação de uma designação significativa do tempo e recursos¹³².

Evidencia-se, assim, que a justiça penal deve ser muito bem ponderada quando aplicada ao contexto transicional para não interferir ou até prejudicar os demais componentes.

Ruti G. Teitel faz um alerta à justiça criminal aplicada à justiça transicional¹³³:

[...] o papel dos julgamentos pelos regimes sucessores em tais períodos é menos fundamental do que é transitório. Usando a justiça criminal para traçar a linha entre regimes levanta dilemas profundos, principalmente relacionados com a relação implícita de lei para a política. Enquanto julgamentos, nesses contextos políticos, são destinados a terem fins políticos - relacionados com a mensagem extraordinária de justiça de transição para estabelecer as bases da transição política, a repudiarem norma política predecessora, e construir uma nova ordem jurídica - esses recursos estão em tensão com a característica central da transição: o contexto político da mudança normativa. Este dilema central suscitado pela mudança política do iliberal ao regime liberal é indissolivelmente enredado no problema da retroatividade das normas relevantes durante a mudança de regime e exercício das novas regras normativas do regime sucessor

¹³² ZYL, 1999, p. 50.

¹³³ TEITEL, op. cit., p. 30.

aplicadas aos comportamentos do regime sucedido¹³⁴.

Desta forma, ao aplicar a justiça criminal à justiça de transição deve-se tomar cuidado para não afastar de seu ideal: a construção de um Estado liberal, de uma democracia.

Esta forma de justiça criminal, interligada à justiça transicional, como visto anteriormente, é associada à primeira fase, ao julgamento de Nuremberg. Este modelo ressurgirá também, na atualidade, na terceira fase, com os julgamentos¹³⁵. O segundo ciclo, porém, tentou se distanciar dos julgamentos, ainda que rara e esporadicamente houvesse crimes mais graves¹³⁶.

Voltando-se à aplicação da justiça criminal da segunda e terceira fase, tem-se como destaque na segunda fase o caso sul-africano. A justiça de transição implementada na África do Sul não descartou os julgamentos penais, por mais que fosse considerada uma justiça restaurativa. Isso ocorre porque se percebeu que não seria possível atingir os objetivos da justiça transicional se os crimes mais graves de violações de Direitos Humanos fossem anistiados, pondo em risco o processo como um todo.

No tocante à terceira fase, há uma retomada aos preceitos da primeira fase, porém com determinadas peculiaridades. Em Ruanda, por exemplo, utilizou-se um misto entre justiça internacional e justiça interna para processar e julgar violadores de Direitos Humanos.

Desta forma, ainda que prevalente da primeira fase, a justiça criminal se faz presente em todos os ciclos da justiça transicional, sofrendo adaptações para se enquadrar ao contexto do país.

¹³⁴ Texto original: “[...] successor trial’s role in such periods is less foundational than it is transitional. Using criminal justice to draw the line between regimes raises profound dilemmas chiefly relating to the implied relation of law to politics. While trials in these political contexts are intended to serve political purposes - relating to the extraordinary message of transitional justice to lay the foundation of the political transition, to disavow predecessor political norm, and to construct a new legal order - these features are in tension to the central feature of transitional: the political context of the normative shift. This core dilemma raised by the political shift from liberal to liberal rule is inextricably enmeshed in the problem of retroactivity in the relevant norms during the change of regime and the exercise of the successor regime’s new normative rules as applied to the past regime’s behavior”.

¹³⁵ ARTHUR, 2011. p. 99.

¹³⁶ TEITEL, 2000. p. 27-33.

O segundo componente da justiça é a investigação histórica. De acordo com Ruti G. Teitel¹³⁷, “[...] o papel da investigação histórica não é fundamental, mas transicional. A história está sempre presente na vida do sistema operativo do Estado, mas, no fluxo político, ajuda a construir a transformação”¹³⁸.

Assim, a investigação histórica, bem como a narrativa, possuem um papel central na transição, conectando o passado ao presente. Cabe ressaltar, porém, que a verdade revelada, resultante de uma investigação, tem certo grau de consenso democrático, mas, muitas vezes, não há esse liame com a prática. A verdade pode ser induzida pelas investigações, bem como pelos julgamentos, carecendo uma parcimônia quando analisadas e levadas em conta na contribuição para a elaboração da justiça¹³⁹.

Essa investigação histórica também é de suma importância pois dão “[...] amplo conhecimento ao fato de que ocorreram violações dos direitos humanos, mas também que os governos, os cidadãos e os perpetradores reconheçam a injustiça de tais abusos”¹⁴⁰. Ou seja, a verdade, de todos os lados, deve ser considerada e somente assim é possível chegar a um consenso comunitário¹⁴¹.

Essa investigação histórica é perceptível nos processos transicionais que utilizam as Comissões de Verdade. A África do Sul, por exemplo, ao se utilizar da Comissão de Verdade e reconciliação, tinha por objetivo unificar a sua história. Por meio dos depoimentos prestados, elaborou-se um documento, o relatório final da Comissão de Verdade de Reconciliação (TRC na sigla em inglês), o qual dá amplo conhecimento à sociedade dos fatos ocorridos durante o *apartheid*. Assim, a história é sistematizada pela própria população.

Pode-se, ainda, construir a história por meio dos julgamentos¹⁴², primordiais quando há uma resistência em se revelar a verdade. Em Nuremberg, por exemplo, lavravam-se os crimes cometidos, as pessoas envolvidas e os nomes das vítimas por meio de julgamento. Sem isso, os

¹³⁷ TEITEL, 2000. p. 115.

¹³⁸ Texto original: “[...] the role of historical inquiry is not foundational but transicional. History is ever present in the life of the state but, in political flux, it helps to construct transformational”.

¹³⁹ VIEGAS, 2013. p. 25.

¹⁴⁰ ZYL, jan.-jun. 2009. p. 51.

¹⁴¹ Ibidem, p. 53.

¹⁴² VIEGAS, 2013. p. 24-25.

fatos ocorridos antes do processo transicional seriam obscurecidos e não comporiam a história da Alemanha.

Por fim, no que tange a esse elemento, Ruti G. Teitel expõe que a investigação histórica tem o importante papel de contribuir para a preservação da identidade política do Estado, em especial durante o processo transicional, bem como serve de alicerce para construção estatal¹⁴³.

O terceiro elemento da justiça é a reparação. Para Teitel¹⁴⁴, “na contemporaneidade, a maioria dos regimes transitórios – provenientes de guerra, ditadura militar, ou o comunismo – comprometeram-se com a justiça reparadora”¹⁴⁵.

Encontra-se aqui um dilema enfrentado pela justiça de transição: o regime sucessor é obrigado a reparar as vítimas do Estado legatário? Isso ocorreu, pois há obrigação do Estado em reparar as vítimas, desde que violados seus deveres, e independentemente de ele ser precedido por um novo modelo político¹⁴⁶.

Ruti G. Teitel¹⁴⁷ assim discorre sobre esse dilema de reparação:

[...] a questão da justiça reparadora é um problema mais complicado, geralmente herdado pelo regime sucessor, aumentando os conflitos entre os efeitos retrospectivos de se compensar as vítimas de abusos praticados pelo Estado do passado e as perspectivas estatais de interesse político¹⁴⁸.

Mesmo em tempos normais, assim como o transicional, a justiça reparação enfrenta essa dicotomia entre o passado e o futuro, entre retificar ou gratificar os erros do antigo Estado¹⁴⁹.

Ressalva-se que não se está questionando somente a reparação pecuniária, e sim a justiça de transição. Isso vai muito além, englobando

¹⁴³ TEITEL, 2000. p. 117.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 119.

¹⁴⁵ Texto original: “In contemporary times, most transitional regimes - whether following war, military dictatorship, or communism - have undertaken some form of reparatory justice”.

¹⁴⁶ TEITEL, op. cit.

¹⁴⁷ Ibidem.

¹⁴⁸ Texto original: “[...] the question of reparatory justice is a more complicated problem generally inherited by the successor regime, raising conflicts between the backward-looking purposes of compensating victims of past state abuses and the state’s forward-looking political interests”.

¹⁴⁹ TEITEL, op. cit.

restituições, reparações, reconhecimento, compensação, reabilitação, tributo ou outra forma que o Estado propuser¹⁵⁰.

Para ser possível indenizar as pessoas que sofreram danos (materiais ou morais) durante o regime opressivo, faz-se necessário definir o *status* de vítima, bem como estabelecer uma “política de reparações justas e sustentáveis”¹⁵¹, a fim de que não se gere e nem se perpetua as “divisões entre as várias categorias de vítimas”¹⁵², podendo acarretar ou agravar um problema de segregação.

Pode-se sintetizar que a justiça reparatória possui uma concepção complexa, multifacetada, com fins múltiplos, porém com um único objetivo: construir o processo transicional¹⁵³.

Esse elemento da justiça de transição é de difícil implementação. A África do Sul, por exemplo, não possuía recursos suficientes para indenizar todas as vítimas do *apartheid* de forma justa. Desta forma, eles implementaram uma política pública que proporcionava algum tipo de compensação, dentro das possibilidades estatais, bem como o reconhecimento de que a pessoa foi desrespeitada pelo regime antecessor.

A penúltima forma de justiça é a administrativa, a qual é um segmento altamente politizado. A transformação e a transição políticas, nos casos da justiça administrativa, necessitam da força da lei para se sustentarem¹⁵⁴.

Como afirma Ruti G. Teitel¹⁵⁵, “o propósito do exercício politizado do Direito Administrativo é sempre nobre, de guardar a transição; no entanto, esse uso da lei, baseado no juízo categórico, assemelha-se à justiça política dos regimes totalitários”¹⁵⁶.

¹⁵⁰ Para outras forma de reparação, bem como o contexto histórico de cada uma, consultar a obra já citada: TEITEL, 2000, p. 119-147. Aqui, a autora aborda a reparação desde os tempos bíblicos, passando pelas grandes transições (pós-guerras, pós-regimes totalitários, pós-comunismo) e expõe aspectos relevantes deste instituto.

¹⁵¹ ZYL, jan.-jun. 2009. p. 52.

¹⁵² Ibidem, p. 53.

¹⁵³ TEITEL, op. cit.

¹⁵⁴ Ibidem.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 149.

¹⁵⁶ Texto original: “The asserted purpose of the politicized exercise of administrative law is always the noble one of guarding the transition; nevertheless, this use of the law, grounded as it is in categorical judgment, resembles the political justice of totalitarian regimes” (tradução nossa).

Percebe-se aqui o dilema da justiça administrativa: ela é o meio e o fim, há uma dualidade em sua composição, na aplicação da lei, que pode levá-la a uma interpretação errada devido à sua similitude com a política que quer se romper, isto é, o totalitarismo¹⁵⁷.

A justiça administrativa, quando aplicada, tem que observar a necessidade de se efetuar uma mudança não só no corpo na sociedade, mas também no alto escalão. Essa modificação tem que ser feita por medidas administrativas amplas e distribuídas, de forma mais igualitária possível, entre todas as classes de cidadãos. Aplicando, assim, as medidas à população, poderá dar início à transformação das instituições, pois elas também necessitam romper com os paradigmas do regime sucedido e incorporar novos preceitos¹⁵⁸.

As medidas administrativas representam a diretriz para a consolidação do fim pretendido: o Estado Democrático de Direito. De acordo com Viegas, “a justiça administrativa ilumina o potencial distintivo do Direito para reestruturar a relação entre o indivíduo e a comunidade política em transição”¹⁵⁹.

Assim, as medidas administrativas, tais quais como a reestruturação política, a reformulação do aparato estatal, a elaboração de diretrizes penais e constitucionais, em conjunto com o Direito Público, criam as condições para se assentar uma base política explícita. Desta forma, e por essa combinação de fatores, consegue-se lidar com os resquícios do regime passado e moldar a nova ordem jurídica¹⁶⁰.

Ressalva-se aqui que a aplicação das medidas administrativas, bem como a implementação dessa justiça, pode encontrar dificuldades, porquanto tem que reestruturar toda a sociedade e nivelá-la para proporcionar as condições políticas para a transição. Outra dificuldade é a constituição e a reforma das instituições políticas para desvencilhar o passado de opressão com as perspectivas futuras¹⁶¹.

Por fim, a última forma de justiça que compõe a justiça de transição é a constitucional, a qual possui uma relação de reciprocidade “na medida em que dão forma à transição e são moldadas por ela”¹⁶².

Durante o processo transicional, na sua maioria das vezes, as Constituições são provisórias e não permanentes, como no caso da

¹⁵⁷ TEITEL, 2000. p. 149-189.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 150.

¹⁵⁹ VIEGAS, 2013. p. 26.

¹⁶⁰ TEITEL, op. cit., p. 149-189.

¹⁶¹ VIEGAS, op. cit., loc. cit.

¹⁶² Ibidem, p. 27.

África do Sul. Devido a essa transitoriedade, ela possibilita a manutenção de uma ordem política, que proporciona a transição, bem como constitui essa mudança. O constitucionalismo precisa ter essas duas facetas: normativa e transformativa¹⁶³.

Como ensina Claudina Viegas¹⁶⁴:

[...] enquanto as instituições são concebidas como fundadoras voltadas para o futuro; em períodos de mudanças políticas radicais, Constituições são ao invés, textos mediadores, simultaneamente voltados para o passado e o futuro, compreendendo modalidades constitucionais e graus de incorporação variáveis.

Percebe-se, assim, que a justiça constitucional tem múltiplas funções: possui fim de uma constituição convencional, mas, conjuntamente, emprega uma política transformadora na sociedade. Aqui, ao se formular essa constituição de transição, deve-se observar o que o regime transposto impôs e, “por meio de princípio que refinem criticamente o sistema político”¹⁶⁵, proceda com a mudança política almejada¹⁶⁶.

Diante do exposto, apreende-se que a justiça de transição é composta por diferentes elementos de justiça, os quais se agregam e viabilizam o fim do último desejo, ou seja, o Estado Democrático de Direito. Desse modo, esses elementos somados não se esgotam nem se excluem, porquanto a adoção de um não implica, consequentemente, a supressão do outro¹⁶⁷.

Na mesma ideia, Claudina Viegas escreve: “estas modalidades procuram lidar com questões intrínsecas ao papel do Direito na transição política radical, na medida em que este deve garantir não apenas a justiça, mas também a ordem e a reconciliação”¹⁶⁸.

Nesta toada, exposto os elementos de composição da justiça de transição, será abordado um dos mecanismos difundidos: a busca da verdade. Este tópico tem suma importância, pois tem correlação com o estudo de caso realizado no próximo capítulo.

¹⁶³ TEITEL, 2000. p. 191-211.

¹⁶⁴ VIEGAS, 2013, p. 27.

¹⁶⁵ Texto original: “[...] through principles that critically refine the prevailing political system [...]”. (tradução nossa).

¹⁶⁶ TEITEL, op. cit., loc. cit.

¹⁶⁷ VIEGAS, op. cit., loc. cit.

¹⁶⁸ Ibidem, loc. cit.

1.4.2 A busca da verdade e seus mecanismos

A busca da verdade em tempos transicionais é essencial e fundamental para se possibilitar a reconciliação nacional. Paul van Zyl leciona sobre a necessidade de se buscar a verdade:

É importante não somente dar amplo conhecimento ao fato de que ocorreram violações dos direitos humanos, mas também que os governos, os cidadãos e os perpetradores reconheçam a injustiça de tais abusos. O estabelecimento de uma verdade oficial sobre um passado brutal pode ajudar a sensibilizar as futuras gerações contra o revisionismo e dar poder aos cidadãos para que reconheçam e oponham resistência a um retorno às práticas abusivas¹⁶⁹.

Neste mesmo entendimento, Yasmin Naqvi¹⁷⁰ discorre sobre o objetivo das verdades e seus efeitos para as vítimas e para a sociedade, no contexto transicional:

[...] Estes objetivos vão muito além da mera determinação de culpa ou inocência de alguns indivíduos e pode abarcar desde fins elevados, a contribuir para a "restauração e manutenção da paz" ou uma "reconciliação nacional" no combate à impunidade, impedir ou prevenir violações futuras sobre a satisfação das necessidades das vítimas e fazer valer os seus direitos, retirar da arena política os atores políticos perigosos, restaurar o Estado de direito e reafirmar o princípio da legalidade. Os objetivos incluem também o ritual e efeito simbólico que produz o julgamento criminal em comunidades divididas, e permitem deslocar a culpa da comunidade em direção à responsabilidade individual, reconstruindo identidades nacionais a partir de interpretações do passado através da análise e

¹⁶⁹ ZYL, jan.-jun. 2009, p. 51.

¹⁷⁰ NAQVI, Yasmin. El derecho a la verdad en el derecho internacional: ¿realidad o ficción? In: **International Review of the Red Cross**, n. 862, jun. 2006. p. 161-193.

processo jurídico penal e registrar os fatos históricos com um selo legal¹⁷¹.

A busca da verdade, como dito acima, possui implicações mais aprofundadas do que a simples obtenção de fatos. Ela serve como precursora da paz, como agregadora da sociedade, bem como reestruturadora do Direito e do Estado.

Corroborando com Paul van Zyl, Pierre Hazan¹⁷² preceitua a essencialidade da busca pela verdade, porém discorre que esta não é feita somente por um mecanismo, mas “[...] mesmo dentro de justiça transicional, percebe-se a necessidade de se ter tanto a justiça restaurativa como penal devido à sua complementaridade”¹⁷³.

Antes de se adentrar em qualquer mecanismo de busca pela verdade, faz-se necessário delimitar o que são vítimas. A Resolução nº 60/147¹⁷⁴ da Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁷⁵ assim as define:

¹⁷¹ Texto original: “[...] Esos objetivos van mucho más allá de la mera determinación de la culpabilidad o la inocencia de algunos individuos, y pueden abarcar desde fines elevados, como contribuir al “restablecimiento y mantenimiento de la paz” o al “proceso de reconciliación nacional”, hasta luchar contra la impunidad, disuadir o prevenir con respecto a violaciones futuras, satisfacer las necesidades de las víctimas y hacer valer sus derechos, eliminar del escenario político a actores políticos peligrosos, restablecer el estado de derecho y reafirmar el principio de la legalidad. Los objetivos también abarcan el efecto simbólico y ritual que produce el juicio penal en comunidades divididas, y permiten desplazarse de la culpa de la comunidad hacia la responsabilidad individual, reconstruir identidades nacionales a partir de interpretaciones del pasado a través del análisis y del proceso jurídicos penales, y dejar constancia de los hechos históricos con un sello jurídico” (tradução nossa).

¹⁷² HAZAN, Pierre. **Medir el impacto de las políticas de castigo y de perdón:** en favor de una evaluación de la justicia de transición. *International Review of the Red Cross*, n. 861, p. 1-30, mar. 2006.

¹⁷³ Texto original: “[...] incluso en el seno de la justicia de transición, se percibe la necesidad de contar con una justicia tanto reparadora como penal, a causa de su complementariedad” (tradução nossa).

¹⁷⁴ Desde 1985, por meio da Resolução nº 40/34, a Assembleia Geral da ONU estabeleceu que as vítimas, diretas ou indiretas, terão direito de acesso à justiça, a reparações por procedimentos rápidos, à privacidade protegida, à garantia de sua segurança, de seus familiares e de seus dependentes (ZYL, jan.-jun. 2009. p. 43).

¹⁷⁵ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Basic Principles and Guidelines on the Right to a Remedy and Reparation for Victims of Gross Violations of International Human Rights Law and Serious Violations of**

[...] pessoas que, individual ou coletivamente, tenham sofrido um dano físico ou mental, um sofrimento emocional, um prejuízo econômico ou um atentado importante aos seus direitos fundamentais, em resultado de atos ou omissões que constituam violações flagrantes das normas internacionais de direitos humanos ou [...] do direito internacional humanitário.

Complementando a ideia exposta, extrai-se dos 21 artigos da Resolução da Assembleia Geral nº 40/34, de 29 de novembro de 1985, que a expressão vítima é flexibilizada, englobando as vítimas diretas¹⁷⁶ das violações de Direitos Humanos e as vítimas indiretas – compreendidas como sendo os familiares, os dependentes, os responsáveis “que tenham relação imediata com a vítima direta”¹⁷⁷, ou pessoas próximas¹⁷⁸ “que tenham sofrido danos ao intervir para ajudar a vítima em perigo ou para prevenir a vitimização”¹⁷⁹.

Rodrigo Andrés González -Fuentes Rubilar¹⁸⁰ elenca quatro categorias de vítimas ao discorrer sobre a Resolução nº 60/147: a primeira é a individual, ou seja, a pessoa que diretamente sofreu o dano ou violações de direitos humanos; a segunda são as coletivas, que são “aquelas que sofrem um dano em virtude de pertencerem a uma comunidade ou grupo específico (podendo esse grupo existir antes ou depois do dano)”¹⁸¹; a terceira são as indiretas, que são aquelas que não sofrem o dano, mas suportam as consequências dele. Como exemplos desta categoria podem ser citados os familiares e os dependentes da vítima direta; a quarta e última são “as pessoas que sofreram danos ao

International Humanitarian Law. Resolução 60/147. Nova York, 16 de dez. 2005.

¹⁷⁶ Vítima direta é a pessoa que sofre a violação de Direito Humanos, que experimenta o sofrimento.

¹⁷⁷ ZYL, op. cit., p. 43.

¹⁷⁸ VASCONCELOS, 2013.

¹⁷⁹ ZYL, op. cit., loc. cit.

¹⁸⁰ RUBILAR, Rodrigo Andrés González -Fuentes. Los derechos de la víctima como límite a las medidas adoptadas en el marco de la Justicia Transicional : en especial el caso de la amnistía chilena . In: SILVA FILHO, José Carlos da. **Justiça de Transição no Brasil: violência, justiça e segurança.** Porto Alegre: PUC-RS, 2012.

¹⁸¹ RUBILAR, 2012. p. 18.

prestar assistência a uma vítima ou por terem evitado o cometimento de um crime”¹⁸².

No entanto, com base na disposição citada anteriormente, os Estados somente têm o dever de reconhecer as vítimas diretas e as coletivas. As demais categorias são legitimadas a critério de cada país, conforme as considerações estabelecidas pelo Direito nacional. Essas vítimas possuem o direito de saber a verdade sobre os abusos sofridos, verem sua história revelada e documentada.

Daniela Mateus Vasconcelos corrobora com esse entendimento:

O direito à verdade é considerado um direito de cunho individual e coletivo por configurar-se como um direito das vítimas diretas e indiretas, fatais e sobreviventes de graves violações de direitos humanos de terem reconhecida sua dignidade e de obter a devida reparação por parte do Estado; é um direito de toda a sociedade de conhecer a verdade sobre os eventos traumáticos do passado e ter acesso a informações históricas que compõem sua memória coletiva¹⁸³.

Neste sentido, são os ensinamentos de Rubilar¹⁸⁴:

O direito à verdade é a obrigação do Estado de investigar e de fornecer informações às vítimas, seus familiares e toda a sociedade sobre as circunstâncias de violações de direitos humanos.

[...]

Além do objetivo principal o direito da verdade, de informações relativas às circunstâncias que envolvam as violações dos direitos humanos, dentre outras finalidades. Em primeiro lugar, a verdade é um meio de evitar a repetição de violações dos direitos humanos no futuro, pois conhecendo as causas de sua produção pode-se tomar medidas para que tais incidentes não se repitam. Em segundo lugar, a verdade representa um instrumento de reparação para as vítimas, especialmente quando promulgada a lei de anistia. Em terceiro lugar, a obtenção de verdade pode legitimar as decisões políticos durante a transição,

¹⁸² Ibidem, loc. cit.

¹⁸³ VASCONCELOS, 2013. p. 13.

¹⁸⁴ RUBILAR, op. cit., p. 20-22.

no sentido que aquelas não podem limitar o direito à verdade.

A obtenção da verdade é, portanto, um fator chave de sucesso para considerar uma transição. A verdade não admite qualquer limitação, nem mesmo a consolidação urgente da paz; deve ser considerado um direito obrigatório, para todos, inalienável e autônomo. A verdade é também essencial para a reconciliação, a e sendo o objetivo final prosseguido pela JT, deve ser compreendida que a verdade também é essencial para JT¹⁸⁵.

Para se consolidar o direito à verdade, construir a história e documentar a memória das vítimas, dentre os mecanismos supracitados, o mais utilizado, devido ao seu amplo alcance, são as Comissões de Verdade. De acordo com Rubilar, “o estabelecimento de uma Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR) é uma manifestação de que o Estado considera a verdade como uma garantia primordial”¹⁸⁶.

As Comissões são os mecanismos mais usuais, embora não sejam únicos, bem como podem ser aliados a outros, de concretização do

¹⁸⁵ Texto original: “El derecho a la verdad consiste en la obligación del Estado de investigar y de dar información a las víctimas, a sus familiares y a toda la sociedad sobre las circunstancias relativas a violaciones a los derechos humanos. [...] Además del objetivo principal del derecho la verdad, de obtener la información relativa a las circunstancias que rodearon las violaciones a los derechos humanos, se pueden mencionar otras finalidades. En primer lugar, la verdad constituye un medio para evitar la repetición de violaciones a los derechos humanos en el futuro, pues conociendo las causas que originaron su producción es posible tomar las medidas necesarias para que tales hechos no vuelvan a producirse. En segundo lugar, la verdad representa un instrumento de reparación para las víctimas, especialmente cuando se ha promulgado una ley de amnistía. En tercer lugar, la obtención de verdad permite legitimar las decisiones de carácter político adoptadas durante la transición, en el sentido de que aquellas no pueden limitar el derecho a la verdad. La obtención de verdad representa, por tanto, un factor primordial para considerar exitosa a una transición. La verdad no admite ningún tipo de limitación, ni siquiera la urgente consolidación de la paz; debe considerarse un derecho imperativo, absoluto, inalienable y autónomo. La verdad es también esencial para obtener la reconciliación, y siendo esta la finalidad última que persigue la JT, se debe entender que la verdad es también esencial para la JT”.

¹⁸⁶ RUBILAR, 2012. p. 21.

direito à verdade, “[...] seja em sociedades que viveram sob um regime autoritário ou naquelas envolvidas em um conflito civil armado”¹⁸⁷.

O direito à verdade está fortemente conectado ao direito à memória. Nos ensinamentos de Rodrigues e Vêras Neto, a “memória é composta do aprendido e do vivenciado, é a partir dela que construímos referências, nossas identidades e elaboramos nossos projetos”¹⁸⁸. Ou seja, para se consolidar aspectos históricos e para se efetivar o direito à memória, faz-se necessário facilitar o acesso a documentos públicos que revelem os fatos cometidos à época.

Além de consubstanciar a efetivação histórica, o direito à verdade motiva a reconciliação, pois proporciona o reestabelecimento de vínculos entre vítimas, sociedade e Estado. Com a depuração da veracidade dos fatos, espera-se que os cidadãos dos quais tenham sofrido violações de direitos tornem a confiar no “compromisso do Estado de promover o bem comum e, sobretudo, os direitos fundamentais”¹⁸⁹.

De acordo com o relatório geral do secretário da ONU¹⁹⁰, entende-se como Comissão de Verdade:

Outro mecanismo importante para enfrentar os abusos contra direitos humanos cometidos no passado são as Comissões de Verdade. Estas Comissões são órgãos oficiais, temporários e de constatação de fatos que não tem caráter judicial e se ocupam de investigar abusos dos direitos humanos ou do direito humanitário que tenham sido cometidos durante vários anos. Se ocupam, em particular das vítimas, e finalizam seu trabalho com a apresentação de um relatório com as conclusões de sua investigação e suas recomendações¹⁹¹.

¹⁸⁷ VASCONCELOS, 2013. p. 14.

¹⁸⁸ RODRIGUES; VÉRAS NETO, 2012. p. 262.

¹⁸⁹ WEICHERT, 2012. p. 7.

¹⁹⁰ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. O Estado de Direito e a justiça de transição em sociedades em conflito ou pós -conflito. Relatório do Secretário Geral. In: **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília: Ministério da Justiça, n. 1, jan.-jun. 2009, p. 320-351.

¹⁹¹ Ibidem, p. 343.

Nesse mesmo pensamento, Esteban Cuya¹⁹² conceitua Comissões de Verdade como sendo:

[...] órgãos de investigação criados para ajudar as sociedades que têm enfrentado graves situações de violência política ou guerra interna a confrontar criticamente seu passado, a fim de superar as profundas crises e traumas gerados pela violência e evitar que tais atos se repitam em um futuro próximo. Por meio das comissões de verdade, busca-se conhecer as causas da violência aos direitos humanos e estabelecer as responsabilidades jurídicas correspondentes.

Corroborando com os entendimentos expostos, Marlon Alberto Weichert¹⁹³ dispõe que:

As Comissões de Verdade são mecanismos oficiais de apuração de graves violações aos direitos humanos, normalmente aplicados em países emergentes de períodos de exceção ou de guerras civis. O propósito é saber o que ocorreu, para satisfazer o direito das vítimas e da sociedade ao conhecimento da verdade e, por outro lado, aperfeiçoar o funcionamento das instituições públicas e contribuir com o objetivo da não repetição. O pressuposto é que a exposição pública dos acontecimentos, suas circunstâncias, causas e consequências, permitirá compreender o ocorrido e adotar posturas de prevenção. Fortalece-se o princípio da transparência com ganhos significativos para a democracia. O produto final é um relatório que, além de relatar os fatos apurados, deve apresentar recomendações para o aprimoramento dos organismos públicos e outras medidas pertinentes¹⁹⁴.

Desta forma, as Comissões de Verdade são o órgão responsável, durante o processo transicional, em “investigar, elucidar e divulgar” as histórias das vítimas, diretas e indiretas, por meio da verdade histórica ou narrativa oficial, das violações e atrocidades de Direitos Humanos

¹⁹² CUYA, 2011. p. 47.

¹⁹³ WEICHERT, op. cit.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 5.

cometidas pelos agentes públicos ou perpetradores durante o período de repressão no país¹⁹⁵.

Pode-se, assim, identificar três finalidades das Comissões de Verdade: a) promover o direito à memória; b) consolidar a verdade histórica; c) amparar a reconciliação nacional. Essas finalidades se integram ao rol de medidas de justiça de transição, assim como os julgamentos penais e a concessão de anistia¹⁹⁶.

Rodrigo Lentz dispõe que para alcançar as finalidades das Comissões de Verdade são necessárias cinco estratégias: a) investigação e elucidação do passado e das violências cometidas; b) julgamentos em um tribunal dos responsáveis pelos crimes; c) reparação material e moral das vítimas; d) reformas das instituições estatais e afastamento dos funcionários que tenham violado os Direitos Humanos; e) consolidação de uma memória das atrocidades cometidas¹⁹⁷.

A primeira estratégia traçada consolida o objetivo primordial das Comissões de Verdade: reconhecer a realidade passada. E, para que ela seja alcançada, Lentz salienta a necessidade de se ter acesso "à pluralidade de versões sobre esses fatos pretéritos para possibilitar um julgamento ético jurídico [destas] no presente", ou seja, a veracidade sobre a história é elemento primordial a ser compreendido pela justiça de transição e pelas Comissões de Verdade¹⁹⁸.

Salienta-se que o direito de se saber a verdade não é somente das vítimas diretas e indiretas, mas de toda a sociedade. O direito de saber enseja o conhecimento dos fatos, como eles ocorreram, para se construir uma história unificada¹⁹⁹.

Ademais, foi por meio do trabalho da Comissão de Verdade que se possibilitou identificar toda a ramificação do terror cometido durante o regime deposto, bem como a sua ramificação dentro da sociedade, das

¹⁹⁵ VASCONCELOS, 2013. p. 14.

¹⁹⁶ WEICHERT, 2012.

¹⁹⁷ LENTZ, Rodrigo. A justiça transicional entre o institucionalismo dos direitos humanos e a cultura política: uma comparação do Brasil com o Chile e a Argentina 1995-2006). In: SILVA FILHO, José Carlos da. **Justiça de Transição no Brasil: violência, justiça e segurança**. Porto Alegre: PUC-RS, 2012.

¹⁹⁸ Ibidem.

¹⁹⁹ SALMÓN, Elizabeth G. Algunas reflexiones sobre DIH y justicia transicional: lecciones de la experiencia latino-americana. In: **International Review of the Red Cross**, n. 862, jun. 2006. p. 213-241. Disponível em: <http://www.icrc.org/spa/assets/files/other/ricr_862_salmon.pdf>. Acesso em 7 set. 2015.

forças armadas, das instituições estatais, da política, das entidades religiosas, dentre outras²⁰⁰.

Ainda salienta-se que, para haver a busca da verdade, por meio das Comissões, deve haver um extenso processo de consulta à população averiguando se realmente há condições e desejo da implementação deste mecanismo²⁰¹.

As Comissões de Verdade somente são efetivas se a sociedade, de um modo geral, estiver disposta a enfrentar o passado visando à construção de um futuro pacífico²⁰².

Pode-se resumir que a missão primordial das Comissões de Verdade, como foi visto, é a de buscar e estabelecer a verdade. Mas não é somente isso: elas também têm por objetivo iniciar a reconciliação dos inimigos, possibilitando a reestruturação da sociedade²⁰³.

Hayner aponta quatro aspectos fundamentais sobre as Comissões de Verdade: devem enfatizar o passado; investigam violações de Direitos Humanos padronizadas e delimitadas temporalmente; seu funcionamento é temporário; são órgãos oficiais extrajudiciais, instituídas pelo Estado, com acesso a todo tipo de informação, para viabilizar a realização do trabalho de investigação²⁰⁴.

As Comissões são criadas em períodos de transição política ou posteriormente à implementação da democracia, como é o caso do Brasil, com a instauração da justiça transicional.

Como visto nesse trabalho, visa-se, com o processo transicional e seus mecanismos de busca da verdade, romper com um passado de violações e promover a reconciliação nacional por meio de uma mudança concreta de atuação do novo governo estatal, seja no campo dos Direitos Humanos, seja no compromisso de estruturar um Estado de Direito²⁰⁵.

Cumprе ressaltar que, por mais que sejam criadas em tempos de transição, as comissões não devem ser feitas para contrariar as decisões já tomadas, bem como para se conceder ampla anistia. Ela possui um grau de aprofundamento que não permite uma aceitabilidade superficial, investigações rasas e, o mais importante, não pretende “soterrar o

²⁰⁰ CUYA, 2011. p. 48.

²⁰¹ ZYL, jan.-jun. 2009. p. 65.

²⁰² Ibidem, loc. cit.

²⁰³ CUYA, op. cit., p. 45.

²⁰⁴ HAYNER, Priscilla B. **Fifteen trth comission – 1974 to 1994: a comparative study**. Quartely Human Rights, v. 16, n. 4, 1994. p. 597-655.

²⁰⁵ VASCONCELOS, 2013. p. 15.

passado e negar às vítimas seu direito à justiça, à verdade e à reparação”.²⁰⁶

Como bem elucida Vasconcelos:

A função primordial das comissões de verdade é, além de “buscar os fatos” (*fact finding*), “reconhecer a verdade” (*acknowledgement the truth*), no sentido de que o Estado admita as ofensas cometidas e reconheça os fatos revelados pela comissão (HAYNER, 1994, p. 607). Outra atribuição, mais controversa nos meios jurídicos, é a de “mencionar os nomes” (*naming names*), ou seja, a divulgação dos nomes dos indivíduos envolvidos em crimes contra os direitos humanos e que podem ser responsabilizados judicialmente: se, por um lado, isso pode representar uma violação do devido processo legal, por outro lado, apontar os responsáveis pelos abusos, quando há absoluta evidência de sua culpa, é parte do processo de apuração completa da verdade.

Ou seja, é por meio das Comissões de Verdade que se dará voz, no espaço público, às vítimas e aos seus testemunhos, contestando a história até então imposta, por meio das mentiras oficiais e dos mitos relacionados às violações dos Direitos Humanos²⁰⁷.

Assim, o trabalho das Comissões de Verdade tem que “examinar e identificar as instituições perpetradoras de abuso de poder”²⁰⁸. Somente com esse levantamento é possível romper com as práticas do passado e, ao mesmo tempo, consolidar o processo transicional. A não observância disso nas instituições pode gerar desconfiança e desapontamento na população em geral.

Quanto ao funcionamento das Comissões de Verdade, é essencial, para o seu correto funcionamento, estabelecer o lapso temporal em que elas atuarão. Frisa-se que o espaço de tempo não deve ser longo. Também deve se fixar o período de alvo das investigações, com o intuito de tornar o processo plausível²⁰⁹.

²⁰⁶ ZYL, jan.-jun. 2009. p. 67.

²⁰⁷ Ibidem.

²⁰⁸ Ibidem, p. 51.

²⁰⁹ HAYNER, jun. 2006.

Como elucida Hayner²¹⁰ sobre o funcionamento das Comissões de Verdade:

[...] E pode empregar centenas de pessoas para coletar testemunhos individuais, realizar audiências públicas e realizar investigações de casos e estudos temáticos. Alguns têm sido atribuídos poder de intimação ou o direito de acesso a escritórios e documentos oficiais sem aviso prévio. Outros tiveram que contar com a cooperação voluntária, não apenas de funcionários de alto nível, mas também os autores materiais, por sua vez, às vezes promessas de confidencialidade. As Comissões de Verdade quase sempre recebem informações abundantes e detalhadas sobre as vítimas, os sobreviventes e outras testemunhas, e recolhidos vários milhares de declarações detalhadas. Alguns desses elementos podem ser apresentados em audiências públicas, para que o público participa do processo muito antes de o relatório final for publicado²¹¹.

Nesta senda, Salmón²¹² discorre o que é necessário para o bom funcionamento das Comissões, a saber:

As comissões devem gozar de um regime de garantia que, entre outros, inclui:

- As garantias de independência e imparcialidade;
- A definição clara do mandato, excluindo expressamente a comissões, destina-se a substituir a justiça;

²¹⁰ Ibidem, p. 2.

²¹¹ Texto original: “[...] y pueden emplear a cientos de personas para recoger testimonios individuales, organizar audiencias públicas y efectuar investigaciones de casos y estudios temáticos. A algunas se les ha atribuido el poder de citación o el derecho a acceder a oficinas y documentos oficiales sin previo aviso. Otras han tenido que depender de la cooperación voluntaria, no sólo de los funcionarios de alto nivel, sino también de los perpetradores directos, a cambio, a veces, de promesas de confidencialidad. Las comisiones de la verdad casi siempre reciben información abundante y detallada de las víctimas, los sobrevivientes y otros testigos, y recogen varios miles de declaraciones detalladas. Algunos de esos testimonios pueden presentarse en audiencias públicas, de tal modo que la opinión pública participa en el proceso mucho tiempo antes de que se publique el informe final” (Tradução nossa).

²¹² SALMÓN, 2006. p. 18.

- Garantias relativas aos acusados, vítimas e testemunhas de testemunhar em seu nome;
- Voluntariado de declarações e proteção e assistência às pessoas que prestam testemunho;
- A conservação dos arquivos relativos a violações de direitos humanos;
- A publicidade do relatório²¹³.

Cabe ainda ressaltar que as Comissões de Verdade não possuem o poder para ajuizar ações criminais contra os violadores de Direitos Humanos, nem devem substituir a justiça por meio de acordos de conveniência entre responsabilidade e impunidade²¹⁴, porém elas podem fazer recomendações para que o órgão competente assim o faça²¹⁵.

Além das Comissões – cujas investigações proporcionam a reinvidicação da memória das vítimas –, pode-se, ainda, propor “uma política de reparação do dano e de impedir que aqueles que participaram nas violações dos direitos humanos continuem cumprindo com suas funções públicas”²¹⁶, o que acarretaria um enfraquecimento na construção do Estado de Direito.

Ressalva-se que o mecanismo de busca pela verdade da justiça de transição é complementar. Desta forma, as Comissões de Verdade não excluem a possibilidade de se processar, criminalmente, os violadores de Direitos Humanos, bem como não impedem uma política de reparação as vítimas e pessoas afins. São mecanismos que convivem e reforçam o objetivo transicional²¹⁷.

Assim, diante do exposto, percebe-se que os mecanismos, atuando conjuntamente, visam ao fortalecimento do mandato da justiça de transição. Como escreve Paul van Zyl,

²¹³ Texto original: “Estas comisiones deben gozar de un régimen de garantía que, entre otras, incluye: - las garantías de independencia e imparcialidad; - la clara delimitación del mandato, excluyendo expresamente que las comisiones tengan como finalidad reemplazar a la justicia;- las garantías relativas a las personas acusadas, a las víctimas y a los testigos que declaran a su favor; - la voluntariedad de las declaraciones y la protección y asistencia a las personas que presten testimonios; - la preservación de los archivos relacionados con violaciones de derechos humanos; - la publicidad del informe” (Tradução nossa).

²¹⁴ ZYL, jan.-jun. 2009. p. 65.

²¹⁵ HAYNER, jun. 2006. p. 2.

²¹⁶ CUYA, 2011. p. 48.

²¹⁷ VASCONCELOS, 2013. p. 16.

as estratégias da justiça transicional devem ter a maior abrangência possível e não se centrar somente em uma das partes da justiça transicional como a verdade, a justiça, a reparação, a reforma institucional ou a reparação²¹⁸.

1.5 OS AGENTES ENVOLVIDOS NO PROCESSO TRANSICIONAL

Como visto, a justiça de transição, principalmente a partir da segunda fase, deixa de ser um campo de atuação exclusiva do Estado, passando a ser um processo internacionalizado. Os novos agentes atuam nos mais diversos níveis transicionais, auxiliam com a reforma institucional, com a formação estatal, com a responsabilização criminal e, principalmente, com os indivíduos envolvidos²¹⁹.

Essa nova preocupação da justiça de transição com os agentes envolvidos no processo decorre do contexto internacional mais amplo. Passa-se, assim, a ter uma nova dimensão da justiça de transição. O processo deixa de ser algo localizado e passa a contar com a ajuda de agentes especializados em justiça transicional²²⁰. Esse envolvimento permite que a transição seja mais abrangente e menos limitada.

Nesse contexto, “as organizações de direitos humanos transnacionais, tribunais estrangeiros, tribunais internacionais e missões da ONU desempenharam um papel-chave em vários processos de justiça transicional”. Em determinados países, como Ruanda, se não fosse essa a dimensão internacional ou transnacional assumida pela justiça de transição, teria havido um processo transicional muito mais limitado ou até mesmo inexistente²²¹.

Antes de adentrar nos agentes envolvidos no processo, faz-se necessário compreender a razão de seu interesse na transição. Brito nos ensina que:

Uma questão central é a relação de forças e poder que se estabelece entre os agentes favoráveis e contrários à implementação de medidas transicionais. Em termos gerais, quanto mais uma

²¹⁸ ZYL, op. cit., p. 65.

²¹⁹ CORRÊA, 2013. p. 31.

²²⁰ BRITO, Alexandra Barahona de. Justiça transicional e a política da memória: uma visão global. In: **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Brasília: Ministério da Justiça, n. 1, jan.-jun. 2009, p. 56-83.

²²¹ BRITO, 2009. p. 70-71.

transição ocorre com a derrota da velha elite autoritária e dos agentes da repressão, maior é a margem de manobra para o desenvolvimento de políticas de verdade e justiça. As transições por *ruptura* oferecem maior âmbito de ação, particularmente quando há derrotas em guerras, tanto por forças nacionais como estrangeiras. Em contraste, as transições *negociadas* ou “pactuadas”, ou transições “por libertação”, normalmente oferecem menor margem de ação, pelo fato das forças dos regimes autoritários ainda vigorarem, de modo que a elite democratizadora tenha de se esforçar habilmente para reverter a balança de poder em seu favor. Contudo, é importante ter em mente que raramente transições seguem modelos teóricos, e que haverá um espectro muito variado de situações transicionais entre os dois extremos, que podem incluir elementos de ambos²²².

Desta forma, muitos dos envolvidos servirão para manter esse equilíbrio de forças, a fim de que a balança de poder, em maior ou menor grau, possibilite a efetivação da justiça de transição²²³.

Um dos envolvidos nos processos transicionais mais atuais, em especial a partir da terceira fase, são os tribunais internacionais *ad hoc*, para Ruanda. Esses órgãos não representam os vencedores da disputa, mas atuam em nome da própria comunidade internacional e da proteção dos Direitos Humanos²²⁴.

Corrêa compreende que:

[...] a comunidade internacional pode colaborar com a construção de processos de reconciliação após eventos conflitivos como fonte potencial de informações, experiência e educação, mas também com o lento, porém inexorável, processo de desenvolvimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos, capaz de sustentar a forma de uma ordem jurídica internacional²²⁵.

²²² Ibidem, p. 64, grifos da autora.

²²³ Ibidem, loc. cit.

²²⁴ ZYL, jan.-jun. 2009. p. 32-33.

²²⁵ CORRÊA, 2013. p. 34.

Nesta senda, há evidências que as organizações internacionais podem “intervir como aparatos auxiliares da transição em contextos pós-conflituais, especialmente pelo uso de relatórios, dentre outros mecanismos de monitoramento internacionais”.²²⁶

Destacam-se, dentre os organismos, a ONU, bem como organismos internacionais não governamentais, tais quais o International Center of Transitional Justice (ICTJ), o Centre for the Study of Violence and Reconciliation (CSV), o Transitional Justice Institute (TJI), a Cruz Vermelha, o African Transitional Justice Research Network (ATJRN), dentre outros.²²⁷

Todos esses agentes permitem a construção de um Estado Democrático de Direito durante o processo transicional. Diz-se isso, pois o posicionamento das instituições, por meio da aplicação dos seus conhecimentos adquiridos, auxilia na consecução da transição.²²⁸

Registram-se ainda que neste processo de concretização da justiça de transição organismos não estatais não podem ser deixados de lado. As organizações sociais, os partidos políticos, as igrejas, as empresas, as entidades sindicais, dentre outras, foram alvos das atrocidades do regime sucedido, necessitando de auxílio para transigir para o novo regime, bem como podem ajudar a própria população a compreender e lidar melhor com a transição. Eles são um elo entre organismos e população, o que se torna vital para uma justiça transicional pacífica.²²⁹

Outra forma de os agentes internacionais cooperarem com os países em processo transicional é implementando uma estratégia de fortalecimento das instituições e dos atores locais. Esse reforço, na maioria dos casos, como o de Ruanda, ocorre por meio de financiamentos e fornecimento de recursos adicionais direcionados aos julgamentos, a proteção do devido processo legal ou, até mesmo, para a estruturação das instituições estatais.²³⁰

Salienta-se que o processo transicional é uma apropriação local, na qual os agentes internacionais auxiliam nessa transição. De acordo com Zyl,

o risco mais óbvio é que o estabelecimento dessas instituições seja visto como um esforço operacional e tecnocrático, separado de um

²²⁶ CORRÊA, 2013. p. 34.

²²⁷ BRITO, 2009.

²²⁸ CORRÊA, op. cit., p. 31-36.

²²⁹ Ibidem, p. 31-34.

²³⁰ ZYL, jan.-jun. 2009. p. 68.

cuidadoso processo de avaliação do clima político e de consulta às partes interessadas²³¹.

Assim, as concepções devem ser nacionais de justiça. Para que a justiça equitativa funcione, esta não poderá ser considerada uma imposição externa. A justiça de transição deve ser um processo interno do Estado contando, é claro, com a ajuda externa, desde que essa respeite a vontade da população e a sua prospecção estatal a ser alcançada²³².

Os agentes, ainda, precisam tomar cuidado com as hostilidades governamentais. Em determinados casos, como o de Camboja, o governo considerava ultrajante a intervenção externa. Desta forma, e nestes casos, “[...] é preferível procurar apoio e a legitimidade em outras fontes, tais como as organizações da sociedade civil ou os grupos de vítimas”²³³.

Enfatiza-se que, antes de se adentrar na análise teórica entre o modelo de justiça de transição implementado pelos sul-africanos, atores envolvidos e a repercussão para a desconstrução do imaginário colonial, faz-se necessário compreender o contexto geral.

No próximo capítulo, portanto, serão objetos de abordagem as peculiaridades da colonização e descolonização, primeiramente da África e depois da África do Sul. Serão consideradas as especificidades sul-africanas as quais moldaram o processo de justiça de transição, como o trabalho das Comissões de Verdade e Reconciliação.

²³¹ ZYL, jan.-jun. 2009. p. 66.

²³² Ibidem, p.66-67.

²³³ Ibidem, loc. cit.

2 O PROCESSO DE TRANSIÇÃO SUL-AFRICANO: DA COLONIZAÇÃO À IMPLEMENTAÇÃO DA COMISSÃO DE VERDADE E RECONCILIAÇÃO

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A colonização da África foi marcada pela acentuação de desigualdades sociais e políticas, pois com a independência das colônias americanas e com a Revolução Industrial, urgia a necessidade de novos mercados fornecedores de matérias-primas, bem como consumidores. Assim, franceses, alemães, belgas e ingleses aventuraram-se pelo continente africano em busca de novas terras a serem exploradas. Essa exploração foi marcada por diversas atrocidades, como as diversas violações de Direitos Humanos à instituição de regimes segregacionistas.

A África do Sul, país colonizado, primeiramente por holandês e, posteriormente, por ingleses, vivenciou situações peculiares do contexto de colonização africano. Os sul-africanos, durante o período colonial, vivenciaram uma segregação racial velada, imposta pelos colonizadores ao se determinarem superiores que os colonizados. Porém, com a sua independência e a tomada do poder pelos africanos, instaurou-se o *apartheid*.

Nas décadas seguintes, a segregação sul-africana se intensificou, desencadeando em algumas revoltas, como a de Soweto. Em 1980, o regime demonstra sinais de enfraquecimento, possibilitando a negociação entre oposições, o que culminaria na implementação da justiça de transição.

Assim, o presente capítulo terá como ênfase o processo de justiça da transição da África do Sul. Desta forma, objetiva-se entender as particularidades do contexto histórico/político/social sul-africano. Porém, antes de adentrar propriamente no objetivo, será feita uma abordagem, perfunctoriamente, da evolução histórica do continente africano a partir da expansão marítima do século quinze. Isso se justifica pela necessidade de compreensão do contexto no qual a África do Sul encontrava-se inserida, como foi consolidada a superioridade europeia na formação do Estado sul-africano, bem como de que maneira os colonizados foram perifерizados na história do seu próprio país.

A partir da construção histórica, o segundo tópico trará o processo de colonização da África. Durante o desenvolvimento deste tópico, bem como do capítulo como um todo, serão utilizados autores pós-coloniais, críticos ao colonialismo e decoloniais, como Geoffrey

Cronjé, Amílcar Cabral, Muanomosi Matumona, Achile Mbembe, Aimé Césaire e Eduardo Devés Valdés.

Feita a análise histórica e do processo de colonização, passará a se delinear a descolonização africana e as suas implicações. Serão traçadas as primeiras delimitações sobre os assuntos.

Por fim, será abordado o contexto específico da África do Sul: na mesma linha do início do capítulo, será feita uma contextualização histórica da colonização. Após serão analisados a descolonização e o início do processo de justiça de transição, ou seja, a ruptura do modelo segregacionista para o modelo democrático. E, para finalizar o capítulo, será feita a explanação das características primordiais da justiça da transição sul-africana, suas distinções e suas inovações. Para tanto, serão explicadas a adoção do modelo restaurativo e a importância das Comissões de Verdade, bem como expostos os envolvidos neste processo.

2.2 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DA ÁFRICA

A África é formada por 54 países, sendo o mais recente criado em 2011, o Sudão do Sul²³⁴. Devido às suas dimensões (é o terceiro maior continente do globo terrestre) e à sua costa oceânica (servindo de portos e arpoadores de descanso para a Ásia e Índia), desencadeou a atração de colonizadores europeus.

O continente africano enfrentou diversas e rápidas mudanças no período de 1880 a 1935. De acordo com Albert Adu Boahen²³⁵:

Na história da África jamais se sucederam tantas e tão rápidas mudanças como durante o período entre 1880 e 1935. Na verdade, as mudanças mais importantes, mais espetaculares – e também mais trágicas – ocorreram num lapso de tempo bem mais curto, de 1880 a 1910, marcado pela conquista e ocupação de quase todo o continente africano pelas potências imperialistas e, depois, pela instauração do sistema colonial. A fase

²³⁴ DIARRA, S. Geografia Histórica: aspectos físicos. In: KI-JERBO, J. **História Geral da África I: metodologia e pré-história da África**. 2 ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

²³⁵ BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: _____. (ed). **História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

posterior a 1910 [se] caracterizou essencialmente pela consolidação e exploração do sistema²³⁶.

Percebe-se, assim, que a colonização de África teve início no século dezenove, porém não foi a primeira tentativa das metrópoles europeias de ter, sob o seu domínio, territórios africanos. A primeira onda de colonização ocorreu durante a expansão marítima do século quinze²³⁷. Nesta época, apenas as terras próximas ao mar foram exploradas e colonizadas²³⁸.

Porém, no início do século dezenove as, até então, colônias americanas começavam a se independizar incentivando as potências europeias a procurarem novos territórios para exploração²³⁹²⁴⁰.

É devido à Revolução Industrial e suas novas exigências que França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Inglaterra e Estados Unidos desencadearam a corrida às colônias na África e Ásia. De acordo com Mesgravis²⁴¹, “[...] esse processo de expansão e conquista, que assumiu formas diversificadas conforme a região e a potência dominadora, é chamada de colonialismo²⁴² ou imperialismo”²⁴³.

²³⁶ Ibidem, p. 1.

²³⁷ Este primeiro contato foi feito, especialmente, por portugueses e espanhóis. A principal característica foi a conquista de pontos estratégicos de comércio de especiarias, escravos e outros produtos de luxo. Desta forma não havia interesse maior em fixar uma colônia nos territórios africanos, bem como de adentrar pelo continente e explorá-lo (MESGRAVIS, Laima. **A colonização da África e da Ásia: a expansão do imperialismo europeu no século XIX**. 4 ed. São Paulo: Atual, 1994).

²³⁸ Ibidem.

²³⁹ THORNTON, Jonh Kelly. **A África e os africanos: na formação do mundo Atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

²⁴⁰ Outro fator propulsor da busca de novas colônias foi a Revolução Industrial inglesa. Rapidamente ela se propagou para a França, Alemanha, Bélgica, Holanda e Estados Unidos, evidenciando a necessidade de ampliação dos mercados consumidores e produtores de matéria-prima.

²⁴¹ MESGRAVIS, op. cit., p. 4.

²⁴² Conjuntamente com o colonialismo, pode-se dizer que os interesses europeus pela África podem ser evidenciados a três acontecimentos entre 1876 e 1880: 1- o súbito interesse do rei belga pela África e, em decorrência disso, a criação da Associação Internacional Africana; 2- as expedições portuguesas ao continente; 3- a política expansionista francesa em parceria com o Reino Unido, com a qual obtiveram o domínio do Egito (M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações**. São Paulo: UFBA; Casa das Áfricas, 2009).

Havia, assim, a necessidade de se partilhar a África para se apaziguar as disputas territoriais, o que, mais tarde, seria consubstanciada pela Conferência de Berlim²⁴⁴. A partilha pode ser resumida como “[...] à necessidade econômica de aumentar o fornecimento de matérias-primas e de víveres para saciar as necessidades das nações insatisfeitas da Europa”²⁴⁵.

A Conferência de Berlim teve como principal objetivo apaziguar o repentino interesse dos Estados europeus pelos territórios africanos, bem como discutir o futuro da África ocidental. “A proposta consistia, ostensivamente, em restringir o expansionismo e não estimulá-lo”²⁴⁶.

Essas eram as propostas teóricas, porquanto a Conferência não tinha por objetivo discutir a efetiva divisão da África²⁴⁷. Porém, na prática, a ação mais significativa da Conferência foi, justamente, a distribuição e a ocupação dos territórios e o reconhecimento do domínio belga na bacia do Congo. Os participantes também legitimaram as quatro imensas áreas sob o domínio alemão²⁴⁸.

De acordo com Oliver, “[...] a Conferência de Berlim foi corretamente encarada como o primeiro sinal público de que a África

²⁴³ Para alguns pensadores, há uma grande distinção entre imperialismo e colonialismo. De modo sintético, o imperialismo refere-se à fase final do colonialismo, quando há a exportação de capitais sob a forma de empréstimos financeiros. Ou seja, o imperialismo é a dominação política e econômica, direta ou indireta, da nação mais rica e poderosa sobre a mais fraca e pobre. Essa dissertação não abarcará mais detalhes sobre essa diferenciação por não ser seu foco.

²⁴⁴ Em razão da disputa de territórios no início da década de 1880, Portugal, que temia sair prejudicado, devido à expansão territorial do rei belga Leopoldo II, e a Alemanha de Bismarck, a qual buscava colônias para as trocas comerciais, propõem uma conferência internacional para “resolver os litígios territoriais na África Central”, a qual ficaria conhecida como a Conferência de Berlim (BRUNSCHWIG, Henri. **A patilha da África negra**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013).

²⁴⁵ CANÊDO, Letícia Bicalho. **A descolonização da Ásia e da África**: processo de ocupação colonial, transformações sociais nas colônias, os movimentos de libertação. São Paulo: Atual, 1985. p. 13-14.

²⁴⁶ OLIVER, Roland. **A experiência Africana**. Da Pré-História aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 200.

²⁴⁷ BRUNSCHWIG, 2013.

²⁴⁸ HERNANDES, Leila Leite. **A África na sala de aula**. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Summus, 2008.

tropical estava a leilão ou simplesmente disponível a quem chegasse primeiro²⁴⁹, sendo esse o principal foco de tal Conferência.

Consubstancia tal afirmação o artigo 34 do Ato de Berlim, o qual discorre que “[...] toda nação europeia que, daí em diante, tomasse posse de um território nas costas africanas ou assumisse aí um ‘protetorado’, deveria informá-lo aos membros signatários do Ato, para que suas pretensões fossem ratificadas”²⁵⁰.

Nessa mesma senda, o escritor africano Muanomosi Matunona²⁵¹ assim escreve sobre as consequências da Conferência de Berlim e a formação de “mundos” dentro do continente africano:

Daí, a formação de “África portuguesa”, “África francesa”, “África inglesa”... Este “desenho” não considerou as fronteiras naturais baseadas em critérios também “naturais”: línguas, cultura, etnias. Após a assinatura do documento produzido na referida conferência, a teoria da “inumanidade dos negros” impôs-se, e permitiu ao europeu conquistar, colonizar e explorar o “novo mundo”. Com esta proeza, as potências europeias beneficiaram das riquezas no interior do continente africano. Multiplicaram as suas intenções em relação à exploração do africano e da sua terra.

Para a África, o principal resultado da Conferência de Berlim foi o reconhecimento do Estado Livre do Congo²⁵², sendo-lhe permitido participar das negociações territoriais, bem como estabelecer as regras e as modalidades de apropriação dos territórios africanos²⁵³.

Observa-se, no mapa abaixo, o início da divisão da África entre as potências europeias:

²⁴⁹ OLIVER, op. cit., loc. cit.

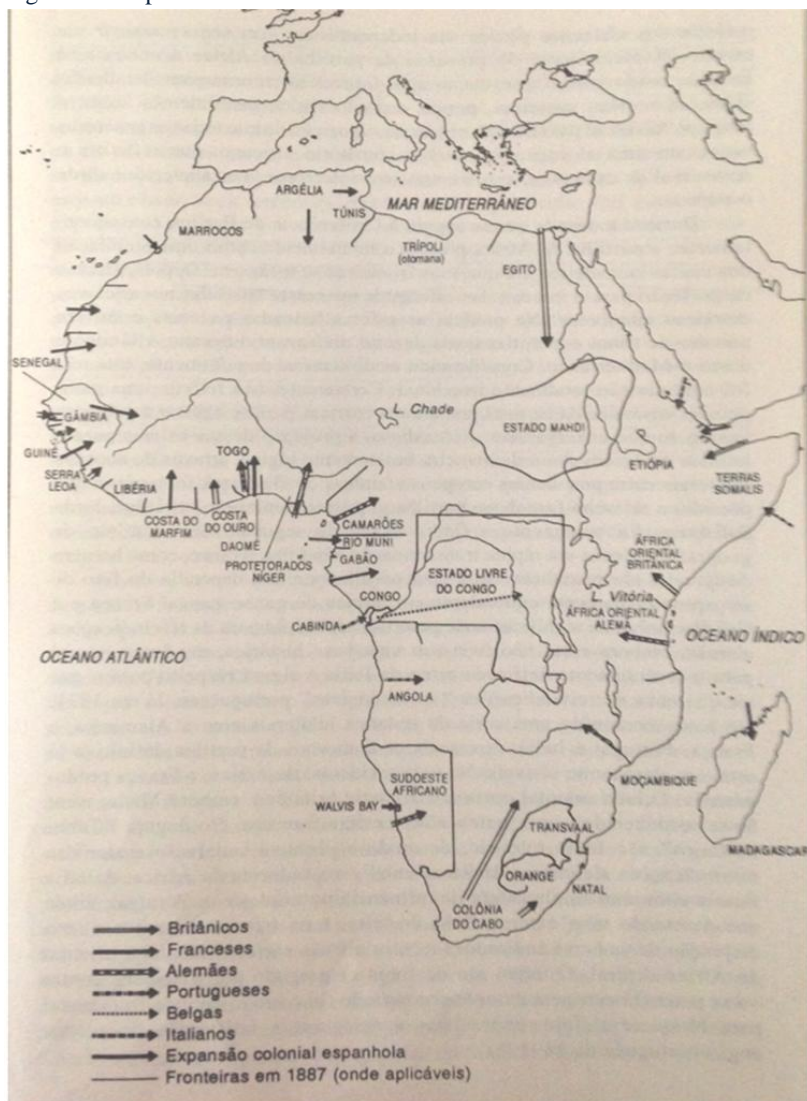
²⁵⁰ BOAHEN, 2010.

²⁵¹ MATUMONA, Muanomosi. **A ideia de nação em África**: etnia ou estado moderno? Disponível em: < <http://estudosculturais.com/congressos/europe-nations/pdf/0088.pdf> > Acesso em 15 jan. 2016.

²⁵² THORNTON, 2004.

²⁵³ Outro resultado de suma importância foi a arrogância de um continente, o europeu, sobre outro, o africano, tendo em vista que os europeus decidiram como e de que maneira seriam divididos os territórios africanos, desconsiderando toda e qualquer forma de gerência da população afetada (BRUNSCHWIG, 2013).

Figura 1 - Os primórdios da Partilha: 1887²⁵⁴.



O mapa da página anterior reforça que a colonização da África, inicialmente, era das áreas costeiras, mas com as novas necessidades foi

²⁵⁴ OLIVER, 1994.

necessário interiorizar e buscar novas colônias. Assim, a Conferência de Berlim delimitaria quais regiões pertenceriam a cada potência europeia.

A Conferência, de início, foi pouco colocada em prática: somente a França e o Reino Unido exploraram os territórios que ficaram sob os seus domínios. Em 1888, os demais países europeus em posse de terras africanas iniciaram as expedições de reivindicação e permanência de domínio²⁵⁵. Com isso, houve o desencadeamento de violências e rebeliões²⁵⁶.

E essas revoltas foram instigadas pela consolidação do colonialismo, pois houve a alteração, substancial, da situação dos territórios colonizados. Os colonizadores, ainda, usavam do subterfúgio da “[...] negação do direito de um povo possuir a própria história”²⁵⁷ para justificar a imposição de condições miseráveis, de ignorância e medo para a população africana.

Sobre o processo de colonização e suas consequências, Letícia Bicalho Canêdo²⁵⁸ assim descreve:

Foi, portanto, numa África carregada de história que os europeus chegaram como colonizadores, como dominadores, uma história construída ao longo de milênios, de que resultaram modos de vida e mentalidades bem complexas, dentro de uma diversidade étnica e cultural que os colonizadores não respeitaram²⁵⁹.

Assim, percebe-se que a atitude dos colonizadores europeus foi a dominação colonial africana, transformando todo o processo em um

²⁵⁵ M`BOKOLO, 2009.

²⁵⁶ No primeiro estágio de desbravamento da África as rebeliões eram, essencialmente, dos árabes que ocupavam os territórios orientais e centrais. Com a interiorização dos exércitos europeus novas disputas surgiram com os povos africanos eclodindo diversas guerras (OLIVER, 1994). A disputa que terminou com a divisão da África foi a guerra sul-africana. Embora algumas fronteiras continuassem sem definição restavam apenas detalhes, os quais seriam resolvidos por meio de contatos de comissões e tratados firmados entre os europeus. Esses domínios e territórios seriam somente alterados com o fim da Primeira Guerra Mundial (CANÊDO, 1985).

²⁵⁷ VILLEN, Patricia. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 133.

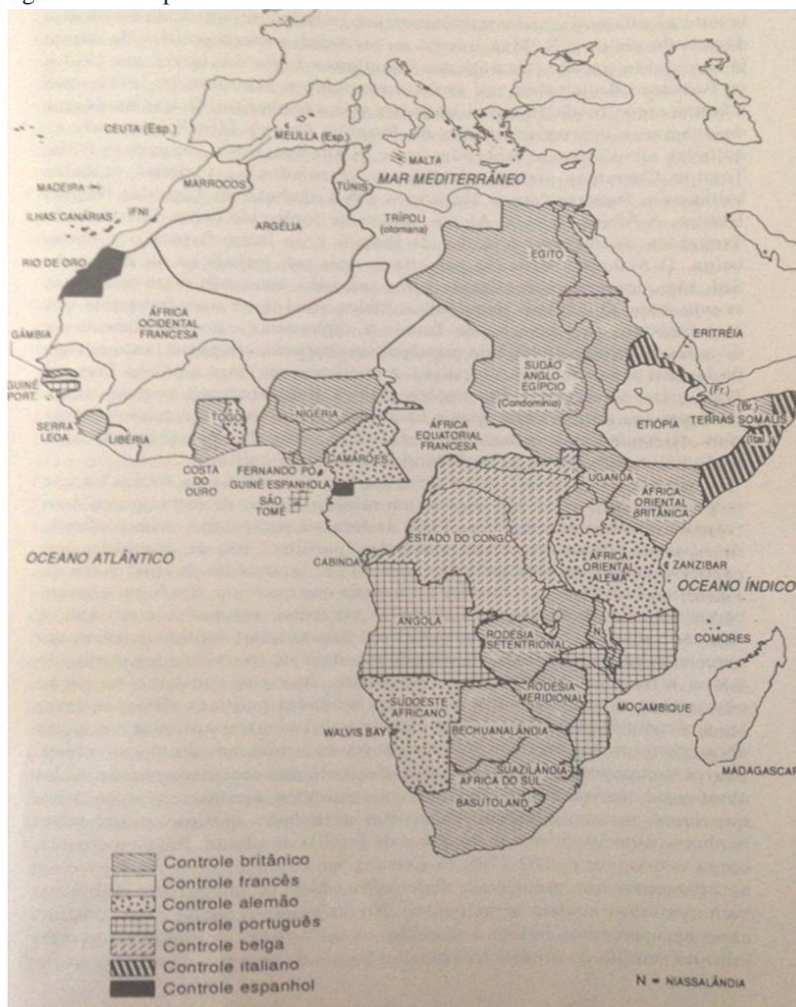
²⁵⁸ CANÊDO, 1985.

²⁵⁹ Ibidem, p. 4.

evento traumático para a população e com repercussões vivenciadas ainda hoje, como será visto posteriormente.

A figura a seguir demonstra como ficou a divisão da África em 1902, após a definição dos territórios entre as metrópoles europeias:

Figura 2 - O mapa definido – 1902^{260,261}.



²⁶⁰ OLIVER, 1994. p. 207.

²⁶¹ É possível visualizar no mapa que, após “três décadas de fracionamento sistemático e de ocupação militar” (BOAHEN, 2010. p. 46), as potências europeias dividiram o continente em cerca de quarenta unidades políticas, as quais não respeitavam qualquer fronteira étnica ou linguística, era uma divisão puramente pactuada e forçada (OLIVER, 1980).

Observa-se que determinadas regiões ficaram sob o domínio das potências europeias, porém os territórios ficaram não contíguos, agravando e às vezes acentuando disputas já pré-existentes.

A colonização europeia da África ocorreu com certa facilidade, excetuando os territórios resistentes, pois a balança do poder pedia a seu favor em todos os aspectos. Esse domínio foi assegurado pelas atividades missionárias, as quais possibilitaram o conhecimento das populações interioranas africanas aos europeus. Também serviu de facilitador a descoberta de vacinas e meios de prevenções a doenças tropicais, como a malária²⁶².

Mas o desencadeador e o facilitador de toda a conquista e divisão da África foram a superioridade armamentista e monetária da Europa. Era praticamente impossível as colônias africanas sustentarem um conflito armado com as potências europeias e manterem as trocas comerciais²⁶³.

Porém, a superioridade armamentista europeia começava a declinar com os conflitos dentro da própria Europa. Albert Adu Boahen alega que “[...] embora a conquista da África [tenha] sido relativamente fácil, o mesmo não se pode dizer da ocupação e instalação da administração europeia”²⁶⁴. Assim, desencadeiam-se os primeiros conflitos entre os colonizados e os colonizadores, os quais possibilitaram os processos de independência e o (re)surgimento da África.

No próximo tópico será versado o processo de descolonização.

2.3 O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA

A dominação europeia duraria até a Primeira Guerra Mundial, quando iniciava uma crise agravada na década de 1960. De acordo com Letícia Bicalho Canêdo²⁶⁵:

A corrida dos burgueses europeus – ingleses, franceses, holandeses e belgas – para adquirir colônias e formar grandes impérios coloniais teve início ao longo do século XIX. Na véspera da Primeira Grande Guerra (1914), o mundo estava, em sua quase totalidade, dominado, animado e

²⁶² BRUNSCHWIG, 2013.

²⁶³ M'BOKOLO, 2009.

²⁶⁴ BOAHEN, 2010. p. 49.

²⁶⁵ CANÊDO, 1985. p. 5.

organizado pela Europa. No entanto, 30 anos depois, no fim da Segunda Guerra, já se podia escutar o sopro ardente dos continentes colonizados varrendo os dominadores e forçando a entrada no palco das relações internacionais daqueles que antes, como colônias, só figuravam no cenário como objetos. No final da década de 60, centenas de milhões de seres humanos, como resultado de uma ação coletiva e determinada de mudar o sistema de dominação, já haviam se tornado atores no processo de decisão de poder. E a história das relações internacionais passou a ser influenciada pela emancipação dos povos colonizados²⁶⁶.

A luta pela independência da dominação europeia fez surgir um novo sujeito histórico no cenário político: o Estado Nacional. De acordo com Canêdo²⁶⁷, “[...] resposta radical à colonização, forma de se atingir a identidade nacional (que é o conceito comum da tradição, da religião e da cultura), o Estado Nacional hoje se tornou uma questão”.

Contribuiu também para o processo de descolonização africana o fato das potências europeias terem saído em muitos casos enfraquecidas da Segunda Guerra Mundial²⁶⁸: a França foi derrotada pelos alemães, quebrando seu estigma de invencibilidade imperial e a Grã-Bretanha terminou a guerra empobrecida e esgotada, perdendo seu interesse em conservar um vasto império. De acordo com Mazrui e Wondji, “[...] cada qual à sua maneira, as novas superpotências iniciaram uma pressão junto aos primeiros colonizadores, os europeus, com o intuito de

²⁶⁶ A esse movimento de surgimento, ou ressurgimento, dos povos que constituíam os Estados antes da dominação europeia costuma-se dar o nome de descolonização. Ou seja, o fim dos impérios coloniais europeus e a (re) ascensão dos povos africanos (OLIVER, 1980). Porém, o processo de descolonização não é tão simples como o de colonização, nem o seu contrário, é algo muito mais profundo e enraizado, de modo que fica impossível separar a colonização da descolonização.

²⁶⁷ CANÊDO, op. cit., loc. cit.

²⁶⁸ Aqui cabe uma pertinente distinção sobre a primeira onda de descolonização vivenciada no mundo. O primeiro movimento de descolonização ocorreu no século dezoito na América. Este foi realizado pela própria população advinda da Europa e busca autonomia mercantil para a colônia. Já a descolonização do século vinte foi promovida pelos povos autóctones, os quais já estavam fixados naqueles territórios há milênios. Eles buscam enaltecer a cultura, as tradições e as crenças suprimidas pelos europeus (Ibidem).

conduzi-los a dismantelar os seus impérios”²⁶⁹. Isso porque as novas superpotências, isto é, os Estados Unidos e a União Soviética, possuíam seus próprios objetivos imperialistas para o pós-guerra^{270,271}.

As próprias razões da Segunda Guerra Mundial possuíam reflexo e serviam de fundamento para a descolonização: a luta contra a tirania. Isso, com a organização dos africanos em oposição ao colonialismo e os resgaste de algumas práticas, como a guerrilha, marcaram o processo de independência dos países da África²⁷².

De acordo com Muanamosi Matumona²⁷³:

As aventuras europeias em África não deixaram este continente e os seus povos intactos, pois, estes contactos [sic] tiveram um impacto significativo, tendo alterado profundamente a filosofia, a organização social, a religiosidade e a identidade do africano. Até hoje, as consequências deste encontro bem salientes. Entre estes factos [sic] protagonizados pelos europeus no espaço africano, destaca-se o colonialismo [...].

Ou seja, o colonialismo forçou o africano a ter uma ideia *sui generis* sobre a sua nacionalidade e a sua cultura negro-africana. A implementação de ideais europeus suprimiu o mundo tradicional africano acarretando confrontos e consequências perceptíveis na atualidade. Por mais que se tivesse o movimento de descolonização e combate à tirania, o colonialismo ainda desafiava o estabelecimento de

²⁶⁹ MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Cristophe. (ed.). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 133.

²⁷⁰ M'BOKOLO, 2009.

²⁷¹ Outro fator que contribuiu para o processo de descolonização do mundo foi a fundação da ONU, em 1945. Nas palavras de Mazrui e Wondji (Op. cit., loc. cit.): “À medida que a organização internacional se tornava mais autenticamente representativa de toda a humanidade, o colonialismo perdia pouco a pouco a sua legitimidade. Praticamente cada um dos Estados que se tornaram membros das Nações Unidas após a independência da Índia veio trazer a sua voz junto àquelas que protestavam contra os velhos sistemas imperiais. O Conselho Tutelar da ONU tornou-se, assim, um dos principais grupos de pressão contra o colonialismo em geral”.

²⁷² MWEWA, Muleka. **África e suas diásporas: olhares interdisciplinares**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2008.

²⁷³ MATUMONA.

determinadas concepções, sendo a mais relevante a ideia de nação e reconciliação²⁷⁴.

Nesta senda, Ramón Grosfoguel²⁷⁵ salienta que o mundo, em especial a África, não foi completamente descolonizado, pois limitou a independência política e jurídica dos países, sem haver a libertação dos ideais de superioridade raciais implementados pelos colonizadores. Assim, faz-se necessário uma segunda descolonização que se aproxime da decolonialidade, abordando a heterarquia das multiplicidades raciais, étnicas, sexuais, epistêmicas, econômicas e de gênero que foram excluídas da primeira tentativa de descolonização.

Boaventura de Souza Santos corrobora com a obra de Grosfoguel e evidencia que, para haver a decolonialização, é necessário não só descolonizar o país, independê-lo política e juridicamente, mas vai além disso: tem que existir a emancipação dos campos não materiais, do pensamento dos colonizadores, para se romper com a relação de dominação colonial²⁷⁶.

Anibal Quijano²⁷⁷ elucida a distinção entre colonialidade e colonialismo:

A colonialidade é um conceito diferente, ainda que vinculado ao conceito de colonialismo. Este último se refere estritamente a uma estrutura de dominação e exploração, onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e trabalho de uma determinada população é realizado por sujeitos com identidade diferente e cuja sede também estão em outra jurisdição territorial. Mas, nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de

²⁷⁴ MATUMONA.

²⁷⁵ GROSFOGUEL, Ramón. **Descolonizando Los Universalismos Occidentales**: El Pluri-Versalismo Transmoderno Decolonial Desde Aimé Césaire Hasta Los Zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Ed.). *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. 21. ed. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 63-78.

²⁷⁶ SANTOS, Boaventura de Souza. **Refundación del Estado en América Latina** – Perspectivas desde una epistemología del Sur. 2010a.

²⁷⁷ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder e clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (ed.). **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. 21. ed. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-126.

poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, embora nos últimos 500 anos a colonialidade provou[-se] ser mais profunda e duradoura. Todavia, a colonialidade foi certamente engendrada dentro do colonialismo, e, além disso, sem ele não teria sido imposta na intersubjetividade do mundo de modo tão enraizado e prolongado.²⁷⁸

Consubstancia os pensamentos expostos os ensinamentos de Walter Mignolo²⁷⁹, quem enfatiza que a descolonização tem que abarcar o nível imaterial, visto que, para se romper com a colonialidade, tem que se eliminar quaisquer vestígios da colonialidade do poder. Desta forma, a colonização e a descolonização da África ocorreram em um contexto conflituoso em muitos casos. Porém, como será abordado a seguir, o contexto sul-africano foi muito peculiar, necessitando uma análise mais detalhada.

2.4 A ÁFRICA DO SUL – NOÇÕES HISTÓRICAS, COLONIZAÇÃO, DECOLONIZAÇÃO, JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E COMISSÃO DE VERDADE E RECONCILIAÇÃO

2.4.1 Histórico – da colonização, *apartheid* e descolonização²⁸⁰

A história da África do Sul está permeada de conflitos entre as comunidades negra e branca, existentes desde a época da colonização, como reporta Daniel Whitaker²⁸¹. Os primeiros colonizadores a chegarem à África do Sul foram os portugueses, os quais buscavam um caminho marítimo para as Índias. Porém, o efetivo processo de

²⁷⁸ QUIJANO, 2007. p. 93.

²⁷⁹ MIGNOLO, Walter D. El Pensamiento Decolonial: Desprendimiento y Apertura – un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Ed.). **El giro decolonial**: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. 21. ed. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 25-46.

²⁸⁰ É pertinente deixar claro que não se visa esgotar o tema, mas abordar os principais elementos para a compreensão do contexto em que foi instaurada a justiça de transição na África do Sul.

²⁸¹ WHITAKER, Daniel. **Conflict and reconciliation in the contemporary world**. London: Routledge (Making of the Contemporary World), 1999.

colonização se iniciaria em 1662 com os colonos holandeses, devido aos empreendimentos da Companhia Holandesa das Índias Orientais²⁸².

A África do Sul, conforme mapa a seguir, por ser banhada pelos Oceanos Atlântico e Índico, tornou-se um país estratégico para as rotas comerciais europeias e para o Oriente. Como salienta Pinto²⁸³, “a colonização holandesa começou com a chegada da Companhia das Índias Orientais, que a princípio intencionava apenas estabelecer um entreposto de abastecimento dos navios em trânsito para a Ásia”. Com o sucesso das exportações os holandeses estabeleceram-se na Cidade do Cabo, tornando-se os novos colonos da terra²⁸⁴.

Figura 3 - Localização da África do Sul²⁸⁵.



A colonização da África do Sul era disputada pois, além de sua localização geográfica privilegiada, o colonialismo era visto como um feito. As populações brancas europeias, em razão do seu poder, riqueza e tecnologia, criaram o conceito de raça, subjugando outros povos. Assim, essas nações, ao se sujeitarem ao domínio branco, seriam

²⁸² PEREIRA, Francisco José. *Apartheid: o horror branco na África do Sul*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

²⁸³ PINTO, jul.-dez. 2007, p. 2.

²⁸⁴ JONGE, Klaas de. *África do Sul , apartheid e resistência*. São Paulo: Cortez, 1991.

²⁸⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Mapa da África do Sul**. Disponível em: <<https://zoomafrica.files.wordpress.com/2011/06/mapa1.png>>. Acesso em: 5 out. 2015.

consideradas civilizadas, oprimindo qualquer forma de cultura não ocidental, como a poligamia, paganismo e bruxaria²⁸⁶.

Desta feita, via-se a colonização dos povos africanos como a única alternativa de torná-los civilizados e proporcioná-los o desfrute da superioridade europeia. Por meio da colonização também era possível “agraciar” as populações subalternas com a civilização, educação, cultura e religião²⁸⁷.

De acordo com Pereira, a colonização sul-africana foi inicialmente consolidada pelos “[...] primeiros colonos holandeses” que “desembarcaram na Cidade do Cabo, no extremo sul do país”²⁸⁸. Esse primeiro contato não ocorreu de forma amistosa, especialmente com os bosquímanos, população nômade que vivia naquela região e se viu obrigada a se tornar sedentária pelos holandeses – ou *boers*²⁸⁹, como eram denominados²⁹⁰.

Ainda durante a expansão colonial holandesa, ao adentrarem na região norte da África do Sul, depararam-se com uma população nativa resistente: os *xhosas*. “Os *xhosas*, agricultores, conheciam e praticavam também a pecuária e, nesse caso, suas excelentes terras e grandes rebanhos logo se constituíram em verdadeiros troféus e estímulos à crescente expansão colonial”²⁹¹. A resistência durou até 1819 quando, finalmente, os *boers* prevaleceram sobre os *xhosas*²⁹².

O domínio dos *boers* manteve-se até o final do século dezoito. De acordo com Pereira:

Em 1795, a Companhia Holandesa das Índias Orientais, que após a Revolução Francesa temia por seu tráfego marítimo, pediu a proteção britânica. Nesse mesmo ano, os ingleses desembarcaram no Cabo e, mais bem preparados

²⁸⁶ DEVÉS VALDÉS, Eduardo. **O pensamento africano Sul-Saariano**. Conexões e paralelos com o pensamento Latino-Americano e o Asiático (um esquema). São Paulo: CLASCO – EDUCAM, 2008.

²⁸⁷ Ibidem.

²⁸⁸ PEREIRA, 1994. p. 10.

²⁸⁹ Conceito de *boer*: sul-africano branco, de origem colonial, no tempo holandês, ou seja, antes de 1880. RIBEIRO, Fernando Rosa. A construção da nação (pós-) colonial: África do Sul e Suriname. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 24, n. 3, 2002, p. 483-512.

²⁹⁰ PINTO, jul.-dez. 2007.

²⁹¹ PEREIRA, 1994. p. 11.

²⁹² ROSS, Robert. **A concise history of South Africa**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

técnica, financeira e militarmente que os *boers* pré-industriais, impuseram seu projeto próprio de desenvolvimento e colonização, assumindo, em consequência [sic], o governo local. Em 1806, quando se agravam as hostilidades entre a França de Napoleão e a Inglaterra, esta reforça suas posições para a definitiva consolidação inglesa na região. Em 1815, os *boers* se tornam súditos da Coroa Inglesa e, em 1828, o idioma inglês passa a ser a língua oficial na África do Sul²⁹³.

Assim, fica evidente que somente no século dezenove se consolidava a colonização inglesa em terras sul-africanas. Destaca-se, porém, que os holandeses, ou *boers*, mantiveram-se no território após algumas rebeliões, pautadas especialmente no modelo governamental inglês²⁹⁴.

Destaca-se que a maior rebelião dos holandeses e dos ingleses ocorreu em 1867 e durou até 1902. Essas revoltas possuíam como fundamento a descoberta de jazidas de ouro e diamante nos territórios ocupados pelos *boers*²⁹⁵. Ela somente teve fim com a assinatura do Tratado de Veeringing, pelo qual os *boers* conservavam suas terras, porém as minas passariam a ser ocupadas pelos ingleses²⁹⁶.

Percebe-se, assim, que o processo de colonização sul-africana foi marcado pelo conflito entre ex-colonizadores, os *boers*, e atuais colonizadores, os ingleses. Porém, essa divergência não afetava o interesse de ambos em abusar e explorar da mão de obra nativa, a qual era negra²⁹⁷.

Nessa perspectiva, e de acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino²⁹⁸, a administração britânica pode ser assim compreendida:

²⁹³ PEREIRA, op. cit., p. 12.

²⁹⁴ ROSS, op. cit.

²⁹⁵ Os territórios ocupados pelos *boers* de 1852 a 1867 possuíam independência da Inglaterra, inclusive os *boers* deixaram de ser considerados súditos da coroa inglesa: eram territórios na porção norte da África do Sul, denominados República do Transvaal e Estado Livre do Orange. Porém essa independência durou até o momento da descoberta das jazidas de ouro e diamantes nos territórios que os *boers* possuíam (PEREIRA, op. cit.).

²⁹⁶ ROSS, 2008.

²⁹⁷ PEREIRA, 1994.

²⁹⁸ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 8. ed., 2. v. Brasília: UNB, 1985.

A administração britânica era mais liberal . Em 1828, decretou direitos iguais entre os habitantes da colônia e, mais tarde, aboliu a escravidão. Para os africânderes, a libertação dos escravos constituiu uma abominação . Uma forte ideologia , baseada em distorções da Bíblia , mantinha os africânderes contrários à igualdade com os negros. Estas medidas , aliadas à escassez de terras , levaram a população africânder²⁹⁹ a migrar para o interior, onde fundaram duas repúblicas independentes, o Transvaal e o Estado Livre de Orange. Estas repúblicas praticavam uma política racial rígida e os não brancos eram considerados estrangeiros e tolerados somente como força de trabalho subordinada.³⁰⁰

Ademais, durante todo o processo colonial, os ingleses utilizaram uma política de segregação racial sob a prerrogativa de se manter uma ordem social, porém o que se pretendia, nas palavras de Whitaker³⁰¹, era a “submissão da mão de obra negra” para ser utilizada nas explorações mineiras. Ou seja, era explorar sob o pretexto colonial³⁰². Com isso, lançavam-se as bases de um sistema crescente de desigualdades sociais e econômicas entre a população.

O domínio colonial sul-africano pode assim ser resumido:

A África do Sul viveu uma relação peculiar entre poder, terra e trabalho. O poder colonial no país se deu basicamente de três maneiras. Primeiramente, criou estruturas políticas e econômicas que permitiam a superioridade dos colonizadores em relação às populações nativas. Em segundo lugar, os colonizadores restringiram os acessos desses grupos à terra, à água e ao gado. Por fim, os diversos grupos nativos e, posteriormente,

²⁹⁹ Conceito de africânder: população branca, nascida e criada na África do Sul, na qual o seu ancestral é holandês. A grande maioria dos africânderes é descendente dos *boers*. Essa nova nomenclatura é assumida para fugir dos campos de concentração ingleses, o qual estavam dizimando os boers por não mais se sujeitarem às imposições da coroa inglesa. Após a independência da África do Sul, os africânderes assumem o poder governamental e estabelecem o *apartheid*.

³⁰⁰ BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, op. cit.

³⁰¹ WHITAKER, 1999, p. 21.

³⁰² DEVÉS VALDÉS, 2008.

também os estrangeiros, foram transformados em força de trabalho. Esses fatores regeram o colonialismo na África do Sul da metade do século XVII até o fim do século XX. Assim, o poder político, econômico e militar da minoria branca determinou o destino da sociedade sul-africana por quase 350 anos³⁰³.

Percebe-se, pela forma em que o domínio colonial foi exercido pelos ingleses, a evidente segregação entre a população. A diferenciação de raças³⁰⁴ servia para impulsionar economicamente a sociedade sul-africana em diversas maneiras, bem como seriam impostas leis que garantissem o controle social³⁰⁵.

Uma das medidas econômicas tomadas pelos ingleses, após a abolição da escravidão e para manter a mão de obra, foi a apropriação

³⁰³ PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A África do Sul independente: segregação, *apartheid* e transição pactuada (1910-1994). In: VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz (org.). **África do Sul: história, Estado e sociedades**. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010. p. 35-36.

³⁰⁴ De acordo com Quijano (2005) e outros autores decoloniais, como Santos (SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010b), Mignolo (MIGNOLO, 2007), Walsh (WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgências política-epistémicas de refundar el Estado. **Tábula Rasa**. Bogotá, Colômbia, n. 9, jul.-dez. 2008, p. 131-152), o conceito de raça é forçado e serve para sustentar a dominação colonial. Os colonizadores forjam uma hierarquização social, a qual os povos europeus, brancos, cristãos, heterossexuais e raciais são considerados superiores em relação aos colonizados (indígenas, negros, pardos etc.). O enquadramento em uma raça serve para explicar as assimetrias sociais e as inferiorizar as populações subalternizadas, ou seja, colonizadas. A superioridade da raça branca, assim considerada pelos colonizadores, e a inferioridade das demais raças os permitem e justificam a divisão racial do trabalho, as distinções salariais, a servidão e a própria escravidão. Nessa mesma toada, Achille Mbembe (MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 23, n. 1, 2001) conceitua raça como: “[...] o conjunto de propriedade fisiológica visível e de características morais discerníveis”, e essas características morais permitiam, mesmo dentro de uma mesma raça, criar *status* de inferiorização e hierarquização. Para mais esclarecimentos sobre o conceito de raça e como foi forjada, consulte as obras supramencionadas.

³⁰⁵ VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz (org.). **África do Sul: história, Estado e sociedades**. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010.

das terras dos povos nativos e instituição de altos impostos, obrigando a população negra a procurar fonte de renda para pagá-los³⁰⁶.

Outra medida tomada foi a implementação da Lei do Passe. Essa dificultava a inserção dos negros no mercado de trabalho, pois, conforme Pinto³⁰⁷, “compeliram os negros a conseguirem emprego em no máximo seis dias a partir de sua chegada em uma área de trabalho, sob pena de multa, prisão ou expulsão, caso o prazo não fosse cumprido”.

Em 1913 foi elaborada a Lei da Terra, a qual impedia que os negros possuísem mais de 13% (treze por cento) das terras do país³⁰⁸. Essa porcentagem foi estabelecida observando-se a área já ocupada pelos bantustões. Em consequência, houve superlotações desses locais de modo a impedir qualquer forma de agricultura e pastoreio. Restava, assim, somente uma alternativa aos negros: venderem sua mão de obra para sobreviverem³⁰⁹.

A concentração das terras, em sua maioria cultivável, pela população branca era justificada pelo colonialismo, bem como pelo “[...] desprezo do governo colonial pela população local”³¹⁰. Assim, impedi-los de manter as suas plantações era uma forma de evidenciar o domínio e a soberania branca sobre as demais parcelas dos cidadãos.

Houve, ainda, a restrição da circulação da população negra fora das reservas tribais, sendo permitida somente para o deslocamento destinado ao trabalho essencial à economia branca. Todas essas medidas empregadas pelos ingleses serviram de base para o regime de *apartheid* e corroboram com a dominação colonial³¹¹.

Essa dominação colonial era um reflexo direto da ideologia da superioridade branca, servindo de base para a discriminação e exploração dos povos autóctones. Essa discriminação ainda era reforçada em virtude de os nativos utilizarem técnicas muito rudimentares de agricultura. Desta forma, restava aos ingleses, que objetivavam manter um mercado consumista, estabelecer regras rígidas

³⁰⁶ PINTO, jul.-dez. 2007.

³⁰⁷ Ibidem, p. 396.

³⁰⁸ Ibidem.

³⁰⁹ ROSS, 2008.

³¹⁰ VILLEN, 2013, p. 136.

³¹¹ RIBEIRO, Luiz Dário Teixeira . Da Conquista Europeia à Descolonização . In: VISENTINI, Paulo G. Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dário Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevitz (org.). **Breve História da África** . Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

como as supramencionadas, para barrarem a ascensão social e econômica dos negros, considerados inferiores e menos desenvolvidos³¹².

A Constituição da União Sul-Africana, aprovada no início da década de 1910, agregou as províncias do Cabo, Natal, Orange e Transvaal, e concedeu um grau de independência política administrativa à África do Sul. Essa Constituição previa, em seu corpo de normas, restrições à população negra. O direito de voto e à propriedade da terra, por exemplo, poderiam ser exercidos somente pela população branca³¹³.

Como resposta direta a essas imposições governamentais, em 1912 nasceu o Congresso Nacional Africano (CNA). Foi a primeira organização política de negros sul-africanos na luta antissegregacionista, a qual mais tarde se converteria em *antiapartheid*, com a instituição oficial da política de segregação racial³¹⁴. Analúcia Danilevicz Pereira³¹⁵ assim ensina sobre a formação e composição do CNA:

[...] Em 1912, foi fundado o Congresso Nacional Africano (CNA), primeira organização política dos negros sul-africanos. Seus criadores, egressos das escolas mantidas por missionários europeus, muitos deles com estudos e títulos obtidos em universidades norte-americanas e européas [sic] estabeleceram um programa inicialmente conciliador. Os primeiros líderes do CNA acreditavam que poderiam discutir com os *afrikaners* o conteúdo injusto das leis de segregação racial e pensavam também convencer os liberais britânicos a admitir a coparticipação dos negros nas questões políticas.

Em contrapartida, em 1914 surgia o Partido Nacional (PN), o qual, de acordo com Fernandes³¹⁶, “propagava um racismo radical” e seria, posteriormente, com a chegada ao poder, responsável pela implementação do *apartheid*. Em 1918, fundava-se a Liga Africânder

³¹² PEREIRA, 2010.

³¹³ Ibidem.

³¹⁴ ROSS, 2008.

³¹⁵ PEREIRA, op. cit., p. 47.

³¹⁶ FERNANDES, Camila Vicenci. **Justiça de Transição e as Comissões de Verdade: uma análise das experiências Sul-Africana e Brasileira.** In: EILBAUM, Lucia; LEAL, Rogério Gesta; MEYER, Samantha Ribeiro. *Justiça de Transição: verdade, memória e justiça.* Florianópolis: FUNJAB, 2012, p. 188.

dos Irmãos, “uma organização semirreligiosa que mais tarde se tornou secreta”, como salienta Jonge³¹⁷.

Ainda de acordo com Jonge³¹⁸:

A Liga penetrou rapidamente em todas as esferas da sociedade, em associações culturais, igrejas, sindicatos e partidos. Seu papel foi fundamental na construção de um pensamento conservador e na reafirmação da obsessão por uma pureza racial.

Ou seja, a segregação era justificável e permeava por todos os setores da sociedade.

Assim, o problema de segregação racial enfrentado pelos sul-africanos era, e ainda é, um problema histórico. De acordo com a teoria desenvolvida por Amílcar Cabral, a realidade colonial, de indireta dominação, expropriação e exploração era justificável pelo fardo de se manter uma colônia subdesenvolvida. Desta forma, a África do Sul, ao experimentar o racismo e a opressão desde a chegada dos primeiros colonizadores, era uma consequência direta do colonialismo inglês. Porém, tornou-se mais institucionalizada essa dominação quando, em 1948, oficializa-se o *apartheid*³¹⁹.

Como evidenciado, o racismo correu em paralelo à expansão colonial, devido ao crescimento do pensamento da superioridade da raça branca. Esse paralelismo se desenvolveu, pois os colonizadores europeus acreditavam que os colonizados eram “raças inferiores”³²⁰. A inferiorização se difundiu amplamente no território africano, porém, na África do Sul, foi denominada *apartheid*.

O *apartheid* estava correlacionado com o exacerbado racismo, dominação militar e econômica, além da dominação branca³²¹, como será desenvolvido subsequentemente. Ele foi institucionalizado em 1948, quando o Partido Nacional toma o poder, tornando legal “um sistema totalitário, de descriminação racial, espacial, jurídico, político, econômico, social e cultural”³²², o qual já existia veladamente.

Ribeiro conceitua o *apartheid* como:

³¹⁷ JONGE, 1991. p. 42.

³¹⁸ Ibidem, loc. cit.

³¹⁹ VILLEN, Patrícia. Cultura, resistência e transformação na teoria de Amílcar Cabral. In: **Capoeira Revista de Humanidades e Letras**, v. 1, n. 1, 2014. p. 30-44.

³²⁰ PEREIRA, 1994, p. 9.

³²¹ Ibidem.

³²² PINTO, jul.-dez. 2007. p. 394.

[...] uma resposta à situação criada com o boom econômico do período da Segunda Guerra Mundial, que levava centenas de milhares de negros a estabelecer-se nas cidades para suprir as demandas de mão de obra. Com a redução do crescimento após 1945, os operários brancos desejavam monopolizar os empregos e a elite optou por “retribalizar” os negros urbanos. Daí a lógica do *apartheid*³²³.

Ainda, segundo Chris Ama Onwuzurike,

[...] isso significa uma política oficial da África do Sul, com vista a promover e manter a ascendência branca, motivo pela qual se criou um distanciamento entre brancos e negros. Ao manter essa lacuna, a minoria que estava no governo da África do Sul deu, de fato, início a uma síndrome de ódio, e assim fazendo, suprimiu significativamente o crescimento econômico e psicológico dos nativos negros sul-africanos. Em geral, a política do *apartheid* faz gerar um conglomerado de outras condições socialmente inaceitáveis que não têm efeito menos significativo sobre o bem-estar, autoestima e conceitos de auto-negros sul-africanos. Concomitantemente à ideologia do *apartheid*, destacam-se as variáveis de genocídio, estereótipo, a segregação, o racismo, o preconceito e a discriminação³²⁴³²⁵.

³²³ RIBEIRO, 2007. p. 80.

³²⁴ Texto original: “It means an official policy of South Africa with a view to promoting and maintaining white ascendancy, the motive of which is to create an apartness between whites and blacks. By maintaining such a gap, the minority government of South Africa has, indeed, initiated a hate syndrome, and by so doing has significantly suppressed the economic and psychological growth of the native black South Africans. In general, *apartheid* policy does generate a conglomeration of other socially unacceptable conditions that have no less significant effect on the well-being, self-esteem, and self- concepts of black South Africans. Prominent among the concomitants of *apartheid* ideology are the variables of genocide, stereotype, segregation, racism or racialism, prejudice, and discrimination” (tradução nossa).

³²⁵ ONWUZURIKE, Chris Ama. Black People and Apartheid. In: **Journal of Black Studies**, v. 18, n. 2, dec. 1987, p. 215-216.

Desta forma, percebe-se que o regime objetivava impedir que a maior parte da população, os negros, tivesse acesso à propriedade e à participação política. Obrigava-os a viver em zonas residenciais segregadas, geralmente afastadas do centro urbano e com espaço delimitado, denominados, mais tarde, de bantustões³²⁶.

Ou seja, o corpo do *apartheid* é o desenvolvimento separado das raças, sob o rigoroso domínio da raça branca – que *a priori* era considerada superior. Essa superioridade era utilizada como embasamento ideológico para a segregação³²⁷. Justificava-se, assim, a discriminação racial declarada de modo direito no funcionamento da sociedade colonial³²⁸.

Como resultado dessa institucionalização da segregação racial, a população perde o seu potencial de reconhecer o outro como seu compatriota. Por causa dessa perda de familiaridade entre os indivíduos, o outro acaba se tornando um estranho, o qual não carece uma identidade e pode, facilmente, ser tratado como um objeto³²⁹.

O *apartheid*, ainda, dissociava o poder político e o poder econômico, pois os africanos passaram a deter poder político. Isso serviu de base para a institucionalização dos novos pilares de desenvolvimento da África do Sul, ocasionando um surto de desenvolvimento³³⁰.

Com previsão constitucional, o Estado da África do Sul passou a ser o único país no qual o racismo estava expressamente previsto na Carta Magna³³¹. Essa previsão levaria, anos mais tarde, ao repúdio do Comitê Especial da ONU contra o *apartheid* e ao início de barreiras internacionais de comércio³³².

Ainda é pertinente destacar que a institucionalização do *apartheid* possuía como subterfúgio as constantes rebeliões dos povos autóctones durante todo o processo de colonização: além das disputas entre os próprios colonizadores – ingleses e holandeses –, houve diversas

³²⁶ BAPTISTA, Artur Fernandes. **Guia do Mundo 2000-2001**. Lisboa: Trinova, 2001.

³²⁷ PEREIRA, 1994.

³²⁸ VILLEN, 2014.

³²⁹ MBEMBE, 2001.

³³⁰ PEREIRA, 2010.

³³¹ PEREIRA, 1994.

³³² TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION. Volume One – **Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report**. South Africa, 1998.

batalhas com povos que habitavam a África do Sul, pois estes não aceitavam a imposição de domínio dos europeus³³³.

A resistência ao colonialismo e a sua institucionalização, o *apartheid*, foram uma consequência direta da luta pela liberdade e dominação estrangeira desde a sua instauração. A resistência africana ao sistema de dominação colonial foi uma constante na tradição histórica sul-africana, porém sempre foram severamente oprimidas. Essa repressão ainda encorajou o genocídio de populações por representarem a negação à repressão europeia³³⁴.

De acordo com Geoffrey Cronjé, o *apartheid* foi baseado em duas premissas: da naturalização da diferença racial e cultural e o perigo do contato dessas variedades. Diante disso, a proibição da miscigenação impediu a consolidação de uma nação com uma única identidade. Ao contrário, ao se separar os indivíduos por raças, acentuavam-se as diferenças culturais existentes, dificultando ou impossibilitando o reconhecimento do outro como semelhante, como seu nacional³³⁵.

A segregação proposta pelo *apartheid* era extensiva a toda a sociedade, consubstanciando que a população sul-africana (brancos, negros, *coloreds*, *boers*, africânderes, mestiços) deve se desenvolver em separado³³⁶. Desta forma, a África do Sul incentiva a manutenção de identidades raciais ou étnicas distintas, o que aconteceu mais tarde, durante a implementação da justiça de transição.

Ainda justifica a implementação do *apartheid*, de acordo com Aimé Césaire³³⁷, a fragilização que se encontrava a sociedade sul-africana. Os constantes conflitos e as revoltas facilitaram a institucionalização da segregação, pois a ideia central era que “[...] ninguém coloniza inocentemente, nem ninguém coloniza impunemente; que uma nação que coloniza, que uma civilização que justifica a

³³³ RIBEIRO, Luiz Dário Teixeira; VISENTINI, Paulo Fagundes. O sul da África: das origens à “descolonização branca” (até 1910). In: VISENTINI, Paulo G. Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dário Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevitz (orgs). **África do Sul: história, Estado e sociedades**. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010.

³³⁴ VILLEN, 2014.

³³⁵ CRONJÉ, Geoffrey. The mind of *apartheid*. In: **Social Dynamics Journal**, v. 17, issue 1, june 1991. Disponível em: <<http://www.freepaperdownload.us/1506/Article1319023.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

³³⁶ Ibidem.

³³⁷ CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

colonização – portanto, a força, é já uma civilização doente, uma civilização moralmente ferida [...]”³³⁸.

Assim, a própria segregação da população, a não miscigenação racial, propiciou, primeiro, a colonização inglesa e posteriormente a institucionalização das suas práticas. A falta de coesão entre as etnias que compunham a África do Sul proporcionou a negação pura e simplesmente de uma nação³³⁹.

Essa rebelião entre colonizadores holandeses e ingleses consubstancia a exclusão dos povos autóctones sobre a gerência do seu território. Césaire Aimé descreve a forma em que se consolidava a colonização da seguinte maneira:

[...] Provam que a colonização desumaniza, repito, mesmo o homem mais civilizado; que a acção [*sic*] colonial, a conquista colonial, fundada sobre o desprezo pelo homem indígena e justificada por esse desprezo, tende, inevitavelmente, a modificar quem a empreende; que o colonizador, para se dar boa consciência se habitua a ver o outro o animal, se exercita a tratá-lo como animal, tende objectivamente [*sic*] a transforma-se, ele próprio, em animal [...]”³⁴⁰.

Por essas razões, a população branca, a qual controlava o Estado e era descendente dos colonizadores, não percebia as demais etnias sul-africanas como cidadãs, mas sim como um ser que habitava aquele território e aceitava a dominação da raça superior.

Essa nova política de governo fez com que a África do Sul fosse percebida de forma diferente no cenário internacional da Guerra Fria. Passou-se a identificá-la como um “país europeu estabelecido na África”, pois a elite branca mantinha vínculo com os Estados Unidos e com a Europa Ocidental. Sua posição estratégica, como já espalhado, e seu rico subsolo fizeram com que o país recebesse atenção externa³⁴¹.

A política de segregação, agora denominada *apartheid*, implementou e reforçou legislações de separação racial. Em 1950, foi promulgada a Lei do Registro Populacional, a qual garantiu a rígida hierarquização racial, conferindo direitos políticos, econômicos e sociais desiguais para cada uma das consideradas categorias raciais elencadas

³³⁸ Ibidem, p. 21.

³³⁹ CÉSAIRE, 1978.

³⁴⁰ Ibidem, p. 23-24.

³⁴¹ PEREIRA, 2010.

(branco, mestiço, asiático e negro)³⁴². No mesmo ano, foi promulgada a Lei das Áreas de Grupo, que determinava onde as pessoas podiam fixar suas residências, existindo diversas outras leis, como, por exemplo, a Lei da Conservação de Diversões Separadas, a Lei do Passe, a Lei dos Assentamentos Negros, acentuando ainda mais a desigualdade entre as categorias raciais³⁴³.

Essas e outras leis, em especial a Lei de Registro da População, classificavam as pessoas em três grupos, os quais somente poderiam ser alterados por determinação judicial. O primeiro grupo era o branco, o qual incluía “toda pessoa que por seu aspecto seja evidentemente branca ou aceita geralmente como tal”³⁴⁴. Para ser enquadrada neste critério, bastava que a pessoa tivesse essa cor da pele, bem como fosse essa também a dos seus progenitores³⁴⁵.

O segundo grupo era o que abrangia a maior parte da população sul-africana e era denominado grupo africano. Nele estavam incluídas todas as pessoas que fossem membro de uma raça ou tribo da África ou aceito como tal. Esse era o grupo segregado pelo *apartheid*³⁴⁶.

Por fim, o terceiro grupo era composto pelas pessoas não enquadradas nos grupos supramencionados, isto é, os mestiços, os indianos e os estrangeiros. Eram denominados *coloreds* e possuíam alguns privilégios sobre os africanos, porém não eram tratados como os brancos. Havia um tratamento preferencial, mas ainda entranhado de discriminação. Essa segregação, ainda que mais branda, fez com que esse grupo se aliasse ao grupo africano³⁴⁷.

Diante desse quadro de leis segregacionistas, pode-se dizer que o colonialismo implementado na África do Sul foi interno. Ou seja, ele reproduzia as características primárias e já mencionadas do colonialismo tradicional africano. Sua particularidade mais notável, de acordo com Pereira, estava:

[...] no fato de que a nação colonizadora não se situa geograficamente distante; o domínio colonial na África do Sul é praticado pela nação branca dominante, de origem européia [sic], porém local. Isso, contudo, não parece desnaturar o

³⁴² PINTO, jul./dez. 2007.

³⁴³ Ibidem.

³⁴⁴ PEREIRA, 1994. p. 26.

³⁴⁵ ROSS, 2008.

³⁴⁶ PEREIRA, op. cit.

³⁴⁷ Ibidem.

colonialismo que ali se aplica. Com efeito, uma análise das formas históricas de opressão e domínio da nação africana não revelaria maiores diferenças de exploração, martírio e sofrimento entre o período em que a África do Sul era uma colônia inglesa, daquela em que esse contingente de brancos, através da independência, adquire direitos formais de domínio direito sobre a população e o solo africano³⁴⁸.

Para os neocoloniais clássicos, a solução é parecida. Para essa teoria, o Estado colonizador, ao se retirar do território até então colonizado, deixava vestígios perceptíveis na administração do novo Estado. A nova classe dominante era composta por pessoas da elite local, porém mantinha relação com a antiga classe dominante colonial³⁴⁹. Essa separação da elite seria consubstanciada pela formação dos bantustões³⁵⁰.

Com essa opressão segregacionista e com a instituição desse conjunto de leis separatistas, consolidou-se, na década de 1950, o Congresso Nacional Africano (CNA) como forte oposição ao *apartheid*. O CNA lançou campanhas contra a política de segregação que, por muitas vezes, eram reprimidas com violência³⁵¹ em razão da perpetuação do colonialismo, o qual condenava “[...] qualquer organização de caráter político dos africanos”³⁵² à clandestinidade.

Dentre as campanhas lançadas pelo CNA, destacou-se a manifestação que ficou conhecida como “Massacre de Shaperville”, em 1960. O CNA realizou uma manifestação pacífica, em frente à delegacia de política de Sharperville, contra a política de passe³⁵³. A manifestação foi violentamente reprimida, acarretando o massacre de dezenas de

³⁴⁸ Ibidem, p. 33.

³⁴⁹ Os bantustões, de acordo com Pereira (1994, p. 36), são “localmente denominados territórios negros autônomos [e] foram instituídos em 1951, através da Lei das Autoridades Negras, que criou um sistema próprio de administração local nos territórios autônomos reservados à população negra”.

³⁵⁰ ROSS, 2008.

³⁵¹ FILIPE, Angela Marques. O Processo de Reconciliação na África do Sul. In: **Publicação do Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais – CIARI**, 2004.

³⁵² VILLEN, 2013, p. 140.

³⁵³ Livro de mais de cem páginas que os negros deveriam portá-lo a qualquer lugar que fossem. O negro que fosse pego sem este livro era preso.

pessoas, a prisão do líder do CNA, Nelson Mandela, bem como a declaração de ilegalidade do CNA³⁵⁴.

Este marco histórico, o “Massacre de Shaperville”, serviu de propulsor para a transnacionalização do ativismo anti*apartheid*, o qual estabeleceu uma agenda de trabalhos e desencadeou uma série de medidas para reprimir o *apartheid*³⁵⁵.

Foi também a partir deste episódio que a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou a Resolução 1598 que, nas palavras de Braga, “recomendou que Estados rompessem relações diplomáticas com a África do Sul e boicotassem seus produtos”³⁵⁶.

Foi neste momento histórico que a sociedade internacional agigantava o ativismo anti*apartheid*, culminando em um arranjo transnacional, com diversas ramificações, sejam elas locais, regionais, internacionais e intergovernamentais. As medidas de boicote econômico à África do Sul, já vigentes antes do massacre, revigoraram-se, proporcionando o surgimento de uma consciência internacional, como salienta Braga, “para a defesa da igualdade e da liberdade de todas as pessoas”³⁵⁷.

Com isso, a comunidade internacional fortaleceu as respostas ao avanço da legislação segregacionista do governo sul-africano, reavivando os preceitos de igualdade racial e garantia dos Direitos Humanos. Devido a essas pressões, a Assembleia Geral da ONU criou o Comitê Especial Contra o *Apartheid*, marco institucional que foi vital para que os governos e as ONGs pudessem praticar ações anti*apartheid*³⁵⁸.

Em 31 de maio de 1961, a República da África do Sul tornou-se independente da coroa inglesa. Porém, mesmo com a independência, a recém-formada República mantinha as práticas e a legislação segregacionista implementadas pelos ingleses –

passando, também, a regular outras áreas não abrangidas até então, como as atividades da sociedade em si e, mais profundamente, a economia³⁵⁹.

³⁵⁴ PINTO, jul.-dez. 2007.

³⁵⁵ BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. **A rede de ativismo transnacional contra o *apartheid* na África do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

³⁵⁶ Ibidem, p. 106.

³⁵⁷ Ibidem, p. 102.

³⁵⁸ BRAGA, 2011.

³⁵⁹ RIBEIRO; VISENTINI, 2010.

A atuação do CNA fortaleceu-se com a ONU e a sociedade internacional, que condenavam o regime separatista e impunham sanções econômicas à África do Sul³⁶⁰. Ou seja, a independência fora alcançada, porém problemas antigos persistiam, como a segregação racial, bem como surgiam novos: a instabilidade econômica e o bloqueio internacional às exportações sul-africanas em detrimento da manutenção do apartheid³⁶¹.

Desta forma, a década de 1960 ficou marcada, de um lado, pelo sentimento de conquista – o triunfo da independência – e, por outro lado, pelas novas batalhas “[...] em prol do desenvolvimento, da justiça, da inserção internacional”³⁶² que a África do Sul teria que enfrentar ante a manutenção política do regime colonial.

Na década seguinte, 1970, o governo africânder começou a se desestabilizar. A estagnação econômica, o bloqueio internacional e as suas repercussões, as reviravoltas políticas na região sul da África afloraram e impulsionaram as tensões internas entre os segregacionistas e os antiapartheid³⁶³.

Nos anos seguintes, surgiram outros movimentos contrários ao *apartheid*, como o Movimento da Consciência Negra, que se aliaram ao CNA. Com o aparecimento desses novos movimentos, os governantes endureceram, cada vez mais, as políticas segregacionistas³⁶⁴.

Ainda na década de 1970, com o fim do império colonial português da África, o *apartheid* começou a entrar em crise. Conforme explica Simone Pinto:

Com o fim do império colonial português na África (1975) e a queda do governo de minoria branca na Rodésia, atual Zimbábue, o domínio branco na África do Sul entrou em crise. A militância negra cresceu cada vez mais e os problemas econômicos agravaram a situação. A queda do preço do ouro, principal produto de exportação, o custo das incursões na Namíbia e Angola, o custo do sistema de repressão interno e,

³⁶⁰ FILIPE, 2004.

³⁶¹ DEVÉS VALDÉS, 2008.

³⁶² Ibidem, p. 141.

³⁶³ BRAGA, op. cit.

³⁶⁴ FERNANDES, 2012.

principalmente, a reação estrangeira são fatores que contribuíram para a crise do regime³⁶⁵.

Diante desse início de crise do sistema segregacionista, o governo de Botha, até então no poder, percebeu a necessidade de se reformar o *apartheid* para a sua própria sobrevivência. Essas reformas foram precedidas por movimentos juvenis sul-africanos, que impulsionaram várias rebeliões³⁶⁶, sendo a mais conhecida a Revolta do Soweto³⁶⁷.

Essa revolta foi potencializada com as significativas mudanças regionais. O cordão sanitário existente na África austral, a qual mantinha o domínio da região sob o controle dos brancos, começava a se desestruturar com a expansão do nacionalismo africano e com a queda da ditadura do salazarista em Portugal e a independência de suas colônias, como mencionado anteriormente³⁶⁸.

O regime que até então havia perpetuado a supremacia branca começava a ameaçá-la. O próprio presidente da época, Botha, percebe essa fragilidade do *apartheid* e afirma à população branca sul-africana que “o sistema de *apartheid* era a receita para a revolução e o governo deveria se adequar ou morrer”³⁶⁹.

A década de 1980 foi marcada por revoltas mais coesas e organizadas do que Sharpeville e Soweto, mas também foram mais violentas que os movimentos anteriores. A ingovernabilidade, a estagnação da economia e as transformações no continente africano impulsionaram o Partido Nacional a estabelecer contato com líderes desses movimentos, como Nelson Mandela³⁷⁰.

Em 1985, foi declarado o estado de emergência parcial em algumas regiões do país devido à violência e à eminência de uma guerra civil. No ano seguinte, foi instaurado o estado de emergência nacional, o que agravou a recessão econômica sul-africana³⁷¹.

³⁶⁵ PINTO, jul./dez. 2007.

³⁶⁶ BRAGA, 2011.

³⁶⁷ Revolta do Soweto: revolta liderada por estudantes da cidade negra de Soweto. A causa da revolta foi a introdução da língua africânder nas escolas negras. Ao iniciarem uma greve para protestar contra essa imposição educacional, militares reprimiram de forma violenta esses jovens e crianças, acarretando muitas mortes. A repercussão interna e externa foi ampla, causando mais revoltas e repressões internacionais (PINTO, jul./dez. 2007).

³⁶⁸ BRAGA, op. cit.

³⁶⁹ Ibidem, p. 89.

³⁷⁰ BRAGA, op. cit.

³⁷¹ ROSS, 2008.

Com a crise instaurada e com o aumento das pressões internacionais, Frederik W. De Klerk chegou à presidência da África do Sul no final da década de 1980 e começou a alterar as políticas implementadas pelo *apartheid*. O CNA e outros grupos de oposição foram legalizados e os líderes políticos, presos durante o regime segregacionistas, foram soltos, dentre eles Nelson Mandela. Neste período, também, muitas das leis raciais começaram a ser revogadas³⁷².

Em 1993, para legitimar as ações sul-africanas no cenário internacional, foi aprovada, pelo antigo parlamento do *apartheid*, a *Transitional Executive Concil Bill*. A partir desse ato, as sanções internacionais foram retiradas, já que havia o comprometimento da África do Sul em promover eleições livres e direitos, nos moldes dos preceitos democráticos³⁷³.

Com a ascensão de Nelson Mandela ao poder, houve grandes reorganizações institucionais. Isso ocorreu, pois sua política pautava-se na transformação social e política do país e também visava recompor as relações externas, projetando externamente a África do Sul. A nova política empregada proporcionou e impulsionou a implementação da justiça transicional³⁷⁴.

Essa mudança política e social, as redefinições internas, as relações regionais e o papel da África do Sul no cenário internacional não evoluíram tranquilamente, isto é, houve alguns problemas neste percurso como será mais bem explorado no capítulo subsequente³⁷⁵.

Observa-se que, para pelo menos 3,5 milhões de sul-africanos negros, o *apartheid* teve severo impacto em suas vidas, pois, nas palavras de Fernandes “significou expulsões coletivas, migrações forçadas, demolições ou apreensões de seus lares, o uso obrigatório do livro de passe, retiradas forçadas para os guetos rurais e o aumento da pobreza e do desespero”³⁷⁶.

Percebe-se, assim, que durante o regime do *apartheid* não somente houve como vítimas ativistas políticos, mas também a população de um modo geral, pois bastava ser negro para sofrer as limitações impostas pelo regime. É neste contexto que a África do Sul se

³⁷² RIBEIRO, 2007.

³⁷³ PEREIRA, 2010.

³⁷⁴ Ibidem.

³⁷⁵ Ibidem.

³⁷⁶ FERNANDES, 2012. p. 189.

desafiou a reconstruir e a unir um país separado por séculos de violência e segregação³⁷⁷.

Para alcançar a reconstrução e a unificação do país, a África do Sul necessitaria optar por um modelo de justiça de transição que possibilitasse a instauração de um Estado democrático. Isso foi alcançado pelo modelo transicional restaurativo, discutido na sequência.

2.4.2 A transição do modelo segregacionista para o modelo democrático – A escolha pela justiça de transição restaurativa

Com De Klerk no poder, as políticas interna e externa da África do Sul começavam a ser alteradas. Externamente procurava-se empregar uma estratégia de cooperação entre o governo sul-africano e seus vizinhos, bem como com a Ásia, Oriente Médio e América Latina. Assim, seria possível, de acordo com Pereira, “que a transição viesse a ocorrer”³⁷⁸.

Ao assumir a presidência em 1989, De Klerk somente pôde fazer as alterações políticas supramencionadas após declarar, ao Parlamento Nacional, que o *apartheid*, regime vigente até então, havia fracassado. Era necessário, então, tomar medidas que abolissem as normas racistas vigentes, promulgar uma constituição coerente com a nova realidade, realizar a transição do regime opressor à democracia e libertar exilados do regime como Nelson Mandela³⁷⁹.

As medidas também teriam que perpassar pelas políticas públicas e questões morais para possibilitar a descolonização da África do Sul. Haveria a necessidade de democratização do acesso ao espaço público, bem como dos cargos governamentais e estatais³⁸⁰. Essas medidas eram urgentes e teriam que ser abarcadas na nova constituinte.

Para tanto, foi criado um comitê encarregado de elaborar a nova Carta Magna, acompanhar o processo transicional, bem como supervisionar as primeiras eleições livres, multipartidárias e

³⁷⁷ Ibidem.

³⁷⁸ PEREIRA, 2010. p. 58.

³⁷⁹ PAUMGARTTEN, Michele Pedrosa. Constitucionalismo transformador: o caso sul-africano. In: **Rev. SJRJ**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 34, ago. 2012, p. 147-161.

³⁸⁰ MBEMBE, Achille. **Decolonizand knowledge and the question of the archive.**

multirraciais realizadas no país. Nelson Mandela saiu vencedor das eleições e tornou-se o primeiro presidente negro da África do Sul³⁸¹.

Essa postura externa corroborava à nova estratégia interna: enfrentar as dificuldades impostas pela segregação racial, isto é, a pobreza e a desigualdade. Nessa conjuntura buscava-se, conforme Pereira, “a estabilidade democrática e a definição de políticas sociais”³⁸², que passariam a integrar a agenda política doméstica, repercutindo nas ações e parcerias internacionais sul-africanas. Essa preocupação com as desigualdades integrou o processo transicional que se iniciaria nesta tentativa de integração populacional.

Assim, iniciou-se a transição do *apartheid* à democracia. Pereira assim escreve sobre esse momento:

A resolução dos conflitos regionais, a liberdade concedida a Nelson Mandela e o fim do banimento dos movimentos de libertação foram, sem dúvida, eventos muito importantes que marcaram o fim do *apartheid* e o reingresso da África do Sul na comunidade internacional. Entretanto, a participação sul-africana na arena internacional não seria legitimada antes do antigo parlamento do *apartheid* aprovar a *Transitional Executive Concil Bill*, em setembro de 1993, das sanções que restaram serem retiradas, bem como da histórica eleição de abril de 1994. A ascensão de Mandela no poder certamente alterou a reorganização interna, a partir de sua política de transformação social e política e também auxiliou na recomposição das relações externas do país³⁸³.

Durante esse processo de elaboração da nova constituinte, a vigência da Constituição Interina proporcionou uma transição, na medida do possível, não violenta do antigo regime repressivo para uma democracia não racial. Essa alternância somente foi possível devido às grandes negociações entre os líderes dos partidos políticos, dos movimentos de libertação, da sociedade internacional e da população³⁸⁴.

Essa negociação, todavia, não implicou a concessão da anistia de modo amplo e indiscriminado como acontecera no Chile. As negociações,

³⁸¹ PAUMGARTTEN, 2012.

³⁸² PEREIRA, 2010. p. 59.

³⁸³ Ibidem, loc. cit.

³⁸⁴ PAUMGARTTEN, op. cit.

ainda, impossibilitaram que a justiça implementada ocorresse nos moldes de Nuremberg, ou seja, grandes julgamentos e punições sem sentido. O modelo que os sul-africanos desenvolveriam seria a ênfase da verdade e a responsabilização dos envolvidos para possibilitar a restauração social³⁸⁵.

Desta feita, o processo transicional empregado na África do Sul teria que levar em consideração a necessidade de se derrubar as barreiras sociais e culturais construídas ao longo de todo o processo de colonização e intensificadas durante o *apartheid*. De acordo com Pinto, isso era necessário, pois se buscava “afear e alterar a cosmovisão de toda uma nação”³⁸⁶.

Nessa toada, nos ensinamentos de Filipe:

Nas sociedades de transição democrática ou pós-conflito, as principais opções que se colocam ao regime sucessor para lidar com o legado de violência e o passado dependem, então, das condições em que se encontra e do valor que coloca em cada uma daquelas energias sociais³⁸⁷.

Esses pressupostos e essas necessidades verificadas pela África do Sul puderam ser identificados como requisitos básicos da justiça de transição restaurativa, ou seja, evitava-se punir para possibilitar a reconciliação/restauração social da população³⁸⁸.

Pormenorizando, no momento em que a África do Sul decidiu implementar a justiça restaurativa, ela precisava lidar com dois paradigmas: ou esquecia totalmente o passado e iniciava uma nova memória ou reconhecia os fatos pretéritos, dando-lhes a devida legitimidade e, a partir dele, construía-se o futuro³⁸⁹.

Assim, os sul-africanos escolheram o paradigma do discernimento e tomaram as devidas diretrizes transicionais para tanto. Desta forma, houve a implementação da justiça restaurativa, tendo como ênfase a preservação da paz e promoção da reconciliação nacional. De acordo com Vasconcelos, “[...] privilegia-se a reconstrução da verdade

³⁸⁵ FERNANDES, 2012.

³⁸⁶ PINTO, jul.-dez. 2007. p. 396.

³⁸⁷ FILIPE, 2004, p. 6.

³⁸⁸ PINTO, op. cit.

³⁸⁹ FILIPE, op. cit.

histórica dos fatos, a restauração da dignidade das vítimas, as audiências públicas, os pedidos de desculpas, a aplicação de anistias”³⁹⁰.

O equilíbrio de forças e as negociações em que possibilitaram a implementação da justiça de transição restaurativa, inviabilizaram os julgamentos em ampla escala (eles ocorreram, contudo em casos pontuais), porém possibilitaram a instauração da Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR) ³⁹¹. Elas se tornariam essenciais para o incontornável acordo de paz como se auferiu no preâmbulo da Constituição Interina³⁹² da África do Sul³⁹³.

A implementação da transição somente foi possível porque a Corte Constitucional teve um papel crucial e decisivo: assegurar o respeito dos direitos fundamentais, implementar uma democracia sem segregação racial e finalizar o texto constitucional³⁹⁴.

Esse equilíbrio de forças e engajamento era necessário, já que a maioria do país encontrava-se dividido em linhas étnicas. Desta forma, a transição almejada somente seria possível se fosse evitada a manipulação de ideologias nacionalistas e sectárias³⁹⁵.

Outra grande preocupação durante e após a justiça de transição foi a criação de uma identidade nacional, uma unificação do país em torno do não racismo, multiculturalismo e da democracia. Assim,

³⁹⁰ VASCONCELOS, Daniela Mateus . Justiça de transição e direito internacional: o direito à verdade e o dever do estado de processar e punir graves violações aos direitos humanos . In: **Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas , Políticas e Gerenciais do UNI -BH**. Belo Horizonte, v. VI, n. 2, dezembro de 2013, p. 11.

³⁹¹ HAMBER, B.; KIBBLE, S. From Truth to Transformation: The Truth and Reconciliation Commission in South Africa. In: **Catholic Institute for International Relations Report**, February 1999.

³⁹² Preâmbulo da Constituição Interina da África do Sul: “In humble submission to Almighty God, We, the people of South Africa declare that - WHEREAS there is a need to create a new order in which all South Africans will be entitled to a common South African citizenship in a sovereign and democratic constitutional state in which there is equality between men and women and people of all races so that all citizens shall be able to enjoy and exercise their fundamental rights and freedoms; AND WHEREAS in order to secure the achievement of this goal, elected representatives of all the people of South Africa should be mandated to adopt a new Constitution in accordance with a solemn pact recorded as Constitutional Principles”.

³⁹³ REPUBLIC OF SOUTH AFRICA. **Constitution of the Republic of South Africa**, 1996.

³⁹⁴ PAUMGARTTEN, 2012.

³⁹⁵ PINTO, jul./dez. 2007.

utilizou-se o arco-íris como símbolo desta nova nação, a qual serviria, na promulgação da Carta Marta, como um dos ideais igualitários³⁹⁶.

Em 1995, é aprovado pelo Parlamento da África do Sul o Ato de Promoção da Unidade de Reconciliação Nacional³⁹⁷, o qual cria, efetivamente, a CVR. Por ser um mecanismo da justiça de transição restaurativa, a Comissão teve como finalidade a promoção de uma unidade nacional e a reconciliação da população³⁹⁸, como explanado no capítulo anterior, almejando a transcendência das segregações do passado³⁹⁹.

Para que o processo de transição fosse viabilizado, era necessário superar os traços marcantes do regime segregacionista que dividia a nação entre brancos e negros desde o início do século vinte⁴⁰⁰. Dessa forma, a Carta Magna, para ser elaborada, precisava proporcionar uma transição não violenta do *apartheid* à democracia não racial em razão das negociações⁴⁰¹.

Assim, em 1995, após a Constituição Transicional, o Ato de Promoção da Unidade de Reconciliação Nacional e todo o processo de

³⁹⁶ Ibidem.

³⁹⁷ Em seu texto, o Ato afirma ser sua finalidade: “To provide for the investigation and the establishment of as complete a picture as possible of the nature, causes and extent of gross violations of human rights committed during the period from 1 March 1960 to the cut-off date contemplated in the Constitution, within or outside the Republic, emanating from the conflicts of the past, and the fate or whereabouts of the victims of such violations; the granting of amnesty to persons who make full disclosure of all the relevant facts relating to acts associated with a political objective committed in the course of the conflicts of the past during the said period; affording victims an opportunity to relate the violations they suffered; the taking of measures aimed at the granting of reparation to, and the rehabilitation and the restoration of the human and civil dignity of, victims of violations of human rights; reporting to the Nation about such violations and victims; the making of recommendations aimed at the prevention of the commission of gross violations of human rights; and for the said purposes to provide for the establishment of a Truth and Reconciliation Commission, comprising a Committee on Human Rights Violations, a Committee on Amnesty a Committee on Reparation and Rehabilitation; and to confer certain powers on, assign certain functions to and impose certain duties upon that Commission and those Committees; and to provide for matters connected there with” (ÁFRICA DO SUL. **Parlamento**. 1995, p. 2-3).

³⁹⁸ Ibidem, p. 4.

³⁹⁹ FERNANDES, 2012.

⁴⁰⁰ PAUMGARTTEN, 2012.

⁴⁰¹ Ibidem.

justiça de transição, promulgava-se a nova Carta Magna. Passava-se a garantir direitos socioeconômicos, sociais e, principalmente, Direitos Humanos básicos⁴⁰².

Em 1996, promulgava-se a nova constituição sul-africana, a qual tem como preâmbulo uma grande conquista:

Nós, o povo da África do Sul, reconhecemos as injustiças do nosso passado; honramos aqueles que sofreram pela justiça e pela liberdade em nossa terra; respeitamos aqueles que trabalharam para construir e desenvolver nosso país; e a acreditamos que a África do Sul pertence a todos que aqui moram, unidos em nossa diversidade. Nós, portanto, através dos nossos representantes eleitos livremente, adotamos esta Constituição como lei suprema da República de forma a: curar as divisões do passado e estabelecer uma sociedade baseada em valores democráticos, justiça social e direitos humanos fundamentais; lançar as bases para uma sociedade aberta e democrática na qual o governo é baseado no desejo do povo e todos os cidadãos são igualmente protegidos pela lei; melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos e libertar o potencial de cada pessoa; e construir uma África do Sul unida e democrática, capaz de tomar seu lugar de direito como Estado soberano na família das nações. Que Deus possa proteger o nosso povo⁴⁰³⁴⁰⁴.

⁴⁰² Ibidem.

⁴⁰³ REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 1996.

⁴⁰⁴ Texto original: "We, the people of South Africa, recognise the injustices of our past; honour those who suffered for justice and freedom in our land; respect those who have worked to build and develop our country; and believe that South Africa belongs to all who live in it, united in our diversity. We therefore, through our freely elected representatives, adopt this Constitution as the supreme law of the Republic so as to : heal the divisions of the past and establish a society based on democratic values, social justice and fundamental human rights; lay the foundations for a democratic and open society in which government is based on the will of the people and every citizen is equally protected by law; improve the quality of life of all citizens and free the potential of each person; and build a united and democratic South Africa able to take its rightful place as a sovereign state in the family of nations. May God protect our

Percebe-se que a novel Constituição reforça os objetivos desenvolvidos na Carta Interina e nas Comissões de Verdade, tendo por objetivo primordial a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, desprezando quaisquer traços segregacionistas do *apartheid* e das atrocidades cometidas durante a sua vigência⁴⁰⁵.

Ainda, com a promulgação da Constituinte, visava-se a integração da população, um desafio que seria enfrentado pela Comissão de Verdade e Reconciliação. De acordo com Devés Valdés:

O racismo branco e a exploração dos negros na África do Sul e em todo o continente (e assim deve ser entendida a tarefa para evitar a real independência dos países africanos) têm apenas uma só antítese: a sólida unidade negra. Somente dessa dialética poderia aparecer uma síntese viável. Na medida em que os negros continuarem se concebendo como apêndices da sociedade branca, não poderá haver verdadeira integração na sociedade (BIKO, 1998b, p. 362). Para superar essa condição de apêndice, os negros deveriam ser capazes de entender a si mesmos e não continuar aceitando uma educação e uma religião que os conduzam a uma falsa compreensão do que são⁴⁰⁶.

Ou seja, a CVR teria que enfrentar o desafio de unificar a história sul-africana permeada de dialéticas. Nessa senda, Achille Mbembe⁴⁰⁷ descreve que esse processo de alienação e inferiorização é histórico e possui reflexos na unificação populacional:

A escravidão, a colonização e o *apartheid* são considerados não só como tendo aprisionado o sujeito africano na humilhação, no desenraizamento e no sofrimento indizível, mas também em uma zona de não ser e de morte social caracterizada pela negação da dignidade, pelo profundo dano psíquico e pelos tormentos do exílio. Em todos os três casos, supõe-se que os elementos fundamentais da escravidão, da colonização e do *apartheid* são fatores que servem para unificar o desejo africano de se conhecer a si

people” (tradução nossa).

⁴⁰⁵ PAUMGARTTEN, 2012.

⁴⁰⁶ DEVÉS VALDÉS, 2008. p. 163.

⁴⁰⁷ MBEMBE, 2001.

mesmo, de reconquistar seu destino (soberania) e de pertencer a si mesmo no mundo (autonomia)⁴⁰⁸.

Em razão desses danos históricos e da falta de escolhas livres e autônomas de uma grande parcela da população sul-africana, houve uma dificuldade em se construir uma identidade comum, universal na África do Sul⁴⁰⁹. Era necessário consolidar uma “[...] experiência de convivência em uma sociedade civil”⁴¹⁰ segregada desde os primórdios.

Diante desses desafios e da singularidade da CVR da África do Sul, o próximo tópico abordará sua instauração e seu funcionamento mais detalhadamente.

2.4.3 A Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR)

Neste entremeio, de sair do *apartheid* para a democracia, instaurou-se o processo de justiça de transição sul-africano. Como mencionado anteriormente, esse processo adotaria o modelo restaurativo, tendo a CVR como principal instrumento transicional.

E mais: o contexto de transição ensejava a criação da Comissão de Verdade por facilitar a estratégia de reconciliação nacional, um dos objetivos primordiais da justiça de transição sul-africana. Diz-se isso porque as comissões servem para reconhecer e compreender o passado conflituoso permeado de violações sistemáticas de Direitos Humanos. Com isso, visava-se, criar um elo entre o pretérito e o futuro, uma memória coletiva e uma cultura, de debate e defesa dos Direitos Humanos, opondo-se a impunidade anteriormente existente⁴¹¹.

Em 1992, deu-se o primeiro passo para a instauração do processo de justiça de transição com a realização de um plebiscito com a população branca, que aprovou a revogação das leis raciais. Em 1994, realizou-se a primeira eleição multirracial para um governo de transição, na qual Nelson Mandela saiu vitorioso⁴¹².

Após as eleições, realizaram-se, então, duas conferências para debater como seria tratado o passado sul-africano: a primeira objetivava a discussão do dossiê *Dealing with the past: truth and reconciliations in South Africa*. Para essa conferência, especialistas do leste europeu e da América Latina compartilharam as experiências vivenciadas nestes

⁴⁰⁸ Ibidem, p. 174.

⁴⁰⁹ MBEMBE, 2001.

⁴¹⁰ Ibidem, p. 179.

⁴¹¹ FILIPE, 2004.

⁴¹² FERNANDES, 2012.

lugares. De acordo com Pinto, neste momento histórico “muitas organizações sul-africanas, dos dois lados do problema, opuseram-se à criação de uma Comissão de Verdade e não enviaram delegados”⁴¹³. O resultado desta conferência foi a confecção do dossiê *The healing of a nation*.

A segunda conferência ocorreu após a instauração dos inquéritos de investigação sobre os supostos abusos de Direitos Humanos cometidos pelo Congresso Nacional em alguns campos de exílios⁴¹⁴. Depois de intensos meses de trabalhos de preparações, o parlamento sul-africano aprovou o Ato de Promoção da Unidade e Reconciliação, estabelecendo, assim, que o meio oficial de apuração da verdade seria a Comissão de Verdade e Reconciliação⁴¹⁵.

A experiência sul-africana não utilizou mecanismos extremos, como foi o caso da Alemanha – que julgou e condenou os envolvidos no regime nazista – ou como o Chile – que concedeu ampla anistia para os perpetradores de graves violências aos Direitos Humanos –, mas houve uma ponderação dentre essas possibilidades, averiguando-se qual seria a melhor para o seu contexto⁴¹⁶.

Neste contexto, Desmond Tutu⁴¹⁷, um dos precursores da justiça de transição na África do Sul, preocupou-se em implementar uma justiça restaurativa e não retributiva para se reconhecer a verdade, adotando,

⁴¹³ PINTO, jul.-dez. 2007. p. 403.

⁴¹⁴ Os prisioneiros e detidos pelo Partido Nacional eram levados para campos de exílios localizados no sudeste da África (Angola, Tanzânia e Zâmbia). Durante o período de detenção, os prisioneiros eram torturados e sofriam abusos aos Direitos Humanos. E, devido a existências desses campos de exílios, criou-se, precedendo a própria CVR, uma Comissão de Inquérito sobre as reclamações feitas por antigos prisioneiros. Nelson Mandela, por um período de sua vida, ficou preso em um desses campos de exilados, o qual sofreu diversas violações, conforme indicado em sua biografia (PINTO, jul./dez. 2007).

⁴¹⁵ Ibidem.

⁴¹⁶ SIMPSON, Graeme. A Brief Evaluation of South Africa's Truth and Reconciliation Commission: Some lessons for societies in transition. In: **Centre for the Study of Violence and Reconciliation**, 1998.

⁴¹⁷ Desmond Tutu: arcebispo da Igreja Anglicana. Ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 1984 por sua luta contra o *apartheid*, foi o primeiro negro a ser nomeado deão da Catedral de Santa Maria, em Johannesburgo, posição esta que fazia sua voz ser ouvida. A proposta do seu bispado sempre foi de direitos civis iguais para todos, eliminando a limitação legislativa, educacional e social existente na África do Sul até 1994/1995. Foi o presidente da CVR, em razão dos seus conhecimentos e suas políticas de integração racial.

assim, as Comissões de Verdade para atingir esse objetivo. O modelo de justiça restaurativa foi escolhido, pois não se visava impor uma justiça de vencedores, já que não havia espaço para uma justiça nos moldes de Nuremberg. A preocupação tinha uma razão central: a convivência harmoniosa das oposições⁴¹⁸.

Sobre esse modelo de justiça, Filipe destaca as vantagens das Comissões de Verdade:

Uma das mais-valias destas comissões e da CVR, em particular, deve-se à sua capacidade de exposição das causas múltiplas e das condições que contribuíram para as violações de direitos humanos, distribuindo a responsabilidade por vários setores da sociedade, evitando que se acuse de ser “uma justiça dos vencedores”⁴¹⁹.

Percebe-se, assim, que se buscava enquadrar a justiça restaurativa, em especial a Comissão de Verdade, ao contexto particular sul-africano. Desta feita, incorporava-se a população neste processo e permeavam-se os meios de comunicação e opinião pública para enfatizar a relevância terapêutica de se saber a verdade em uma nação profundamente dividida⁴²⁰.

Eis a grande novidade sul-africana: um modelo que utilizava os pressupostos da justiça restaurativa para alcançar a verdade e a responsabilização dos envolvidos, enfatizando a reestruturação social e ficando em segundo plano as meras punições⁴²¹. Esse modelo foi criticado por ativistas ocidentais⁴²², especialmente porque eles acreditavam que um dos pressupostos estabelecidos seria a concessão de

⁴¹⁸ TUTU, Desmond. **No future without forgiveness**. New York: First Image Press, 2000.

⁴¹⁹ FILIPE, 2004, p. 9.

⁴²⁰ Ibidem.

⁴²¹ PINTO, jul.-dez. 2007.

⁴²² Em sua maioria, os ativistas ocidentais eram organizações não governamentais defensoras de Direitos Humanos. Também foram severamente criticados por grupos étnicos que não compartilhavam dos objetivos da CVR. Alguns autores que escreveram críticas ao modelo e à CVR foram: ODENDAAL, A. **For all Its Flaws: the TRC as a Peacebuilding Tool**. 1997. SHRIVER JR., D. W. *The Long Road to Reconciliation: Some Moral Stepping Stones*. In: Robert Rothstein (ed.). **After the Peace**. Resistance & Reconciliation. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1999. WILSON, S. *The Myth of Restorative Justice: Truth, Reconciliation and the Ethics of Amnesty*. In: **South African Journal of Human Rights**, v. 17, 2001.

anistia aos agentes de opressão sem a devida revelação das atrocidades⁴²³. Como será visto mais adiante, essa preocupação foi superada pelo comitê encarregado das concessões de anistia.

Esse modelo de justiça restaurativa foi adotado, pois, como leciona Filipe⁴²⁴:

A reconciliação é extremamente complexa e difícil em sociedades com grave polarização sobre o passado, quando o novo marco de convivência é dominado por antigos atores ou novas forças de exclusão ou, ainda, em que as comunidades existentes estão consolidadas em torno da sua própria verdade⁴²⁵.

Porém, a escolha pela Comissão de Verdade não foi poupada de severas críticas⁴²⁶. A mais importante é que “[...] as Comissões de Verdade são uma abordagem adotada [sic] por regimes que não têm a vontade ou meios de julgar os perpetradores”⁴²⁷ e, ao mesmo tempo, não poderiam adotar uma política de esquecimento total, sem qualquer reconhecimento, pois poderia causar um ressentimento dentro da própria sociedade, perpetuando as mazelas do antigo regime opressor⁴²⁸.

Foi exatamente esse justamente o contexto sul-africano: não se poderia simplesmente anistiar, sendo necessário se buscar a verdade. Somente assim era possível apaziguar o ressentimento da sociedade, isto é, investigando e reabilitando o passado, ao mesmo tempo em que se preveniam novas perpetrções de Direitos Humanos no futuro⁴²⁹.

Após 18 meses de intensos debates sobre o funcionamento, a CVR entrou em vigor em 1995 com a aprovação do parlamento sul-africano do Ato de Promoção da Unidade e Reconciliação Nacional⁴³⁰. As audiências tiveram início em 1996 e durante seu funcionamento

⁴²³ PINTO, op. cit.

⁴²⁴ FILIPE, 2004.

⁴²⁵ Ibidem, p. 4.

⁴²⁶ Dentre os autores críticos à CVR, como já elucidado na nota de rodapé número 189, elencam-se: ODENDAAL, 1997; SHRIVER JR., 1999; WILSON, 2001.

⁴²⁷ FILIPE, op. cit., p. 9.

⁴²⁸ Ibidem.

⁴²⁹ Ibidem.

⁴³⁰ VILLA-VICENCIO, Charles; VERWOERD, Wilhelm. **Looking back reaching forward: reflections on the truth and reconciliations commission of South Africa**. Cape Town: University of Cape Town Press, 2000.

foram ouvidas mais de 23 mil vítimas e testemunhas, sendo que, deste total, mais de duas mil foram em audiências públicas⁴³¹.

Desse modo, a CVR da África do Sul foi, tipicamente, instaurada durante uma transição política. Ela objetivou investigar as violações ocorridas em um lapso temporal definido, como se evidenciava no contexto sul-africano. Sua implementação foi incentivada por líderes políticos e por organizações não governamentais, porém somente o executivo pôde instaurá-la, por meio do Ato de Promoção⁴³².

Assim, em 1996, para implementar definitivamente o processo transicional, foi elaborada uma Constituição de Transição. Destaca-se que neste primeiro momento reforçou-se o equilíbrio de poder entre brancos e negros, procurando manter o compromisso realizado entre as partes, celebrando o acordo de paz nacional⁴³³.

Esse acordo de equilíbrio de forças foi primordial na formação do processo de reconciliação, já que se colocou a anistia como condição essencial e incontornável para o acordo de paz, proporcionando julgamentos em larga escala⁴³⁴.

O Ato de Promoção de Unidade Nacional e Reconciliação estabeleceu como principais objetivos da justiça de transição⁴³⁵:

Estabelecer uma imagem tão completa quanto possível das causas, da natureza e extensão das graves violações dos direitos humanos que ocorreram entre 01 março de 1960 e 10 de Maio de 1994; estabelecer o destino ou o paradeiro das vítimas de violações graves dos direitos humanos; ajudar a restaurar a dignidade das vítimas, proporcionando-lhes uma oportunidade de testemunhar sobre a violação de seus direitos ou a morte de seus entes queridos; recomendar um conjunto de medidas destinadas a proporcionar reparação e reabilitação das vítimas; conceder anistia a pessoas que fazem a divulgação completa sobre os crimes que cometeram; fazer um conjunto de recomendações para o presidente no

⁴³¹ TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION, South Africa, 1998.

⁴³² HAMBER; KIBBLE, fev. 1999.

⁴³³ PINTO, jul./dez. 2007.

⁴³⁴ HAMBER; KIBBLE, op. cit.

⁴³⁵ ZYL, Paul van. Dilemmas of transitional justice: the case of South Africa's truth and reconciliation commission. In: **Journal of Internacional Affairs**, Nova York, v. 52, n. 2, 1999, p. 8.

que respeita à criação de instituições propícias a uma sociedade estável e leal, bem como medidas institucionais, administrativas ou legislativas que devem ser tomadas para prevenir o futuro violação dos direitos humanos direitos; e escrever um relatório divulgação do trabalho e resultados do TRC⁴³⁶.

Para pôr em prática o compromisso assumido entre as partes (pelo exposto no Ato de Promoção) e para atingir a premissa de que, por meio da revelação da verdade sobre o passado, se alcançaria uma sociedade reconciliada, evidenciava-se ainda que, dentro dos modelos de justiça de transição restaurativas, a CVR seria a melhor alternativa para alcançar os objetivos desejados⁴³⁷.

A CVR investigou um lapso temporal pré-estabelecido no Ato de Promoção, levando-se em conta o primeiro grande ato de violência: o “Massacre de Shaperville”, cometido em 1960, e a instauração do processo de transição, em 1994. Somente as atrocidades cometidas durante este período foram analisadas⁴³⁸.

Destaca-se ainda que houve o reconhecimento, por parte do Mandela e do ANC, que em ambos os lados existiam vítimas e perpetradores, sendo promovida a reconciliação bilateral. Assim, os trabalhos da CVR puderam reintegrar as comunidades, proporcionando a reconciliação⁴³⁹.

A CVR tem por finalidade “promover a unidade nacional e a reconciliação em um espírito de entendimento que transcenda os

⁴³⁶ Texto original: “To establish as complete a picture as possible of the causes, nature and extent of gross violations of human rights that occurred between 1 March 1960 and 10 May 1994; To establish the fate or whereabouts of victims of gross violations of human rights; To assist in restoring the dignity of victims by affording them an opportunity to testify about the violation of their rights or the death of their loved ones; To recommend a set of measures designed to provide reparation and rehabilitation to victims; To grant amnesty to persons who make full disclosure about the crimes they have committed; To make a set of recommendations to the president with regard to the creation of institutions conducive to a stable and fair society and institutional, administrative or legislative measures that should be taken to prevent the future violation of human rights; and To write a report publicizing the work and findings of the TRC.” (tradução nossa).

⁴³⁷ FILIPE, 2004.

⁴³⁸ HAMBER; KIBBLE, fev. 1999.

⁴³⁹ FILIPE, op. cit.

conflitos e divisões do passado”⁴⁴⁰. Seus procedimentos foram todos baseados na ideia de justiça restaurativa, pois se visava o reconhecimento da verdade acima de tudo⁴⁴¹.

Desta forma, o objetivo da CVR, conforme se extrai do seu relatório final, era buscar a verdade, o perdão (por meio da anistia), o reconhecimento e a restauração para se promover a reconciliação⁴⁴².

Para atingir tais finalidades, a atuação da CVR foi dividida em três comitês ou subcomissões: o primeiro ficou responsável em apurar as violações dos Direitos Humanos, ouvindo as vítimas e os seus familiares; o segundo lidou com a concessão de anistia aos perpetradores; o terceiro era responsável em reparar e reabilitar as vítimas⁴⁴³. A Comissão ainda possuía uma unidade investigativa e um programa de proteção às vítimas⁴⁴⁴.

O Comitê de Violações de Direitos Humanos tinha como função primordial colher informações das vítimas sobre os possíveis abusos de Direitos Humanos cometidos, para poder traçar o panorama geral das violações⁴⁴⁵. Para tanto, instauraram audiências por todo o país, nas quais qualquer pessoa vítima de abuso poderia testemunhar sua experiência. O propósito era o reconhecimento oficial do sofrimento vivenciado pelos sobreviventes e as injustiças sofridas. O trabalho realizado por esse Comitê teria duplo viés: o primeiro era o terapêutico e o segundo era o de embasamento para as demais subcomissões⁴⁴⁶.

O segundo Comitê, e o que possuía um dos objetivos mais controversos do Ato de Instituição da CVR, foi o de anistia. Isso porque ele impunha alguns requisitos para conceder o total esclarecimento, *full disclosure*, dos fatos relevantes praticados, bem como de enquadramento no conceito, estabelecido em lei, de crime político. Assim, visou-se a busca pela verdade, mais do que a punição⁴⁴⁷.

Prestigiou-se a concessão individual da anistia, pois, de acordo com o relatório da CVR⁴⁴⁸,

⁴⁴⁰ ÁFRICA DO SUL, 1995. p. 5.

⁴⁴¹ PINTO, jul.-dez. 2007.

⁴⁴² Ibidem.

⁴⁴³ CINTRA, Antônio Octávio. **As comissões de verdade e reconciliação: O caso da África do Sul**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

⁴⁴⁴ ZYL, 1999.

⁴⁴⁵ Ibidem.

⁴⁴⁶ CINTRA, op. cit.

⁴⁴⁷ Ibidem.

⁴⁴⁸ TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION. South Africa, 1998.

Por todas estas razões, a nossa nação, pelos que negociaram a transição do *apartheid* para a democracia, escolheram a opção de anistia individual a concessão geral. E acreditavam que a anistia individual demonstrou o seu valor. Um dos critérios que devem ser satisfeitos antes da anistia ser concedida era a divulgação completa da verdade. A liberdade foi garantida em troca da verdade. Por esses meios, fomos capazes que descobrir muito do que aconteceu no passado [...].⁴⁴⁹⁴⁵⁰

A anistia foi assim concedida, pois era vital para as famílias das vítimas saberem o que efetivamente ocorreu durante o *apartheid*. Era necessário se revelar toda a verdade sobre o passado para poder haver a reconciliação almejada. Também era imprescindível para a adequada reparação e compensação pelo Comitê de Indenização⁴⁵¹.

A África do Sul, desta maneira, escolhia romper com a forma clássica de concessão de anistia, o perdão generalizado, por se temer a fragilização das vítimas ao negá-las saber os reais motivos das violações de Direitos Humanos vivenciadas durante o *apartheid*⁴⁵².

Outra razão que afastava a concessão generalizada da anistia era a necessidade de se enfrentar o decorrido, desvendá-lo e aceitá-lo, em vez de simplesmente negligenciá-lo. Dessa forma, as sábias palavras estampadas na entrada do antigo campo de concentração de Dachau já evidenciava que “aqueles que esquecem seus passados estão condenados a repeti-los”⁴⁵³.

O Comitê, conforme assente no Ato de Instituição, empreendia a justiça não como retributiva e punitiva, mas sim restaurativa, a qual não

⁴⁴⁹ Ibidem, p. 7.

⁴⁵⁰ Texto original: “For all these reasons, our nation, through those who negotiated the transition from *apartheid* to democracy, chose the option of individual and not blanket amnesty. And we believe that this individual amnesty has demonstrated its value. One of the criteria to be satisfied before amnesty could be granted was full disclosure of the truth. Freedom was granted in exchange for truth. We have, through these means, been able to uncover much of what happened in the past [...]” (tradução nossa).

⁴⁵¹ PINTO, jul.-dez. 2007.

⁴⁵² TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION, op. cit.

⁴⁵³ Ibidem, p. 7.

se preocupava tanto com a sanção, todavia visava a corrigir desequilíbrios, restaurar relacionamentos, harmonizar e reconciliar⁴⁵⁴.

Percebe-se, assim, a centralidade na experiência das vítimas e a importância da reparação, até mesmo para a outorga da anistia aos violadores. Diz-se isso, pois somente se concedia o perdão após a verificação do depoimento, do cruzamento de informações dos violadores e das vítimas, examinando caso a caso as violações relevadas⁴⁵⁵.

Eis a grande inovação sul-africana, nas palavras de Simpon e Van Zyl⁴⁵⁶: “[...] a comissão foi, de fato, pensada com um curso intermediário entre processar criminalmente os perpetradores dos abusos e anistiá-los automaticamente”⁴⁵⁷, representando, desta maneira, seu compromisso pragmático entre política e princípio⁴⁵⁸.

A função do terceiro Comitê, da Reparação e Reabilitação, como evidencia Cintra⁴⁵⁹, “[...] era preparar recomendações ao governo sobre como implementar uma política de reparações” aos sobreviventes ou, devido à morte desses, aos seus descendentes. Esse comitê era composto por médicos, psicólogos e outros profissionais da área da saúde, os quais averiguavam a necessidade de reparação ou reabilitação, de acordo com as políticas constitucionais de restaurar os nacionais e a dignidade civil das vítimas⁴⁶⁰.

Outro destaque da justiça de transição sul-africana foi a participação de agentes da sociedade civil, de organizações não governamentais e de igrejas no processo. Esse auxílio será mais bem detalhado no tópico subsequente.

2.4.4 Os agentes envolvidos no processo de transição

O processo de justiça de transição implementado na África do Sul contou com a participação de um amplo setor da sociedade civil nas

⁴⁵⁴ Ibidem.

⁴⁵⁵ CINTRA, 2001.

⁴⁵⁶ SIMPSON, Graeme; ZYL, Paul van. South Africa's Truth and Reconciliation Commission. **Les Temps Modernes**, Gallimard, n. 585, p. 394-407, 1995. p. 401.

⁴⁵⁷ Texto original: “It is argued here that the Truth Commission takes the “middle road” between the alternatives of prosecution or pardon”.

⁴⁵⁸ SIMPSON; ZYL, op. cit.

⁴⁵⁹ CINTRA, op. cit., p. 12.

⁴⁶⁰ ZYL, 1999.

décadas de 1980 e 1990. O principal propulsor desse engajamento foi a resistência governamental em enfrentar o *apartheid*, bem como o temor de uma forte repressão estatal⁴⁶¹.

Apesar do engajamento da sociedade civil ser consolidado nas décadas finais do *apartheid*, esse engajamento já era percebido na teologia africana. Foi o caso de Allan Boesak, que publicou um livro para demonstrar os mitos criados pelos colonizadores para subjugar os sul-africanos. Esses saberes serão utilizados, mais tarde, para consubstanciar a luta anti*apartheid* da sociedade civil⁴⁶².

Durante todo o processo de elaboração da nova constituinte, da escolha do modelo transicional e de sua implementação, a sociedade civil (mais especificamente ativistas de direitos humanos, organizações não governamentais, igrejas, acadêmicos, grupos feministas e líderes tradicionais) desempenharam um papel fundamental incentivando a mudança e enfrentando os grupos de oposição pró-*apartheid*⁴⁶³.

Esses setores da sociedade civil que, especialmente no final da década de 1980 e início dos anos 1990, reforçaram a ideia da necessidade da implementação do Estado democrático por meio da justiça transicional, enfatizaram as vozes da mudança. Por mais que o último governo pró-*apartheid* tentasse suprir as atividades desenvolvidas por esses setores, a sua expansão e pressão logo ganhou apoio de doadores internacionais, bem como o suporte da comunidade internacional⁴⁶⁴.

Porém, esse cenário logo transmutaria: as mudanças em 1994 efetivamente ocorreram com a primeira eleição democrática do país. Novos desafios e novas dificuldades surgiram para esses atores da sociedade civil⁴⁶⁵. Nas palavras de Hugo van der Merwe e Guy Lamb⁴⁶⁶,

⁴⁶¹ HAMBER, B.; MOFOKENG, T.; SIMPSON, G. Evaluating the Role and Function of Civil Society in a Changing South Africa: The Truth and Reconciliation Commission as a Case Study. Paper presented at **The Role of Southern Civil Organisations in the Promotion of Peace Seminar**, DHR Seminar. Hosted by the Catholic Institute for International Relations London, 10 November 1997.

⁴⁶² DEVÉS VALDÉS, 2008.

⁴⁶³ HAMBER; MOFOKENG; SIMPSON, G. 10 November 1997.

⁴⁶⁴ HAMBER; KIBBLE, fev. 1999.

⁴⁶⁵ HAMBER; MOFOKENG; SIMPSON, op. cit.

⁴⁶⁶ MERWE, Hugo van der; LAMB, Guy. **Transitional Justice and DDR: The Case of South Africa**. International Center for transitional Justice. Research Unit of the International Center for Transitional Justice. June 2009.

A sociedade civil desempenhou um papel muito importante, tanto no processo de paz como nas negociações constitucionais. Durante o processo de paz, numerosas ONGs, particularmente aquelas com experiência na resolução de conflitos, foram chamados para ajudar na implementação das estruturas do Acordo de Paz Nacional. Elas também desempenharam um papel vital de monitoramento, de chamar a atenção para incidentes de violência e abusos ao público e exerciam pressão sobre os partidos políticos, para que respeitassem o acordo de paz. Em termos de participação no processo constitucional, várias ONGs de direitos humanos fizeram contribuições para a elaboração da Constituição. Estas entradas foram feitas principalmente através do CNA, que procurou recomendações da sociedade civil para garantir que os direitos humanos foram efetivamente incorporados⁴⁶⁷.

No momento em que é colocado em prática, o processo de justiça de transição, as organizações não governamentais e outros setores da sociedade enfrentaram um choque ideológico, bem como uma crise de função social.

Interessante ressaltar que essa crise ideológica e social não foi vivenciada pelos atores englobados efetivamente no processo, seja auxiliando na estruturação do processo transicional, seja na elaboração das novas constituintes: a interina e a definitiva.

Essa parcela da sociedade civil, além dos dilemas supramencionados, ainda encontrava-se em uma posição fragilizada, pois a nova e democrática África do Sul findou com seus recursos financeiros. Diz-se isso porque muitas organizações não governamentais

⁴⁶⁷ Texto original: “Civil society played a very important role in both the peace process and the constitutional negotiations. During the peace process, numerous NGOs, particularly those with expertise in conflict resolution, were called on to assist in implementing the National Peace Accord structures. They also served a vital monitoring role in bringing incidents of violence and abuse to public attention and putting pressure on political parties to abide by the peace agreement. In terms of involvement in the constitutional process, various human rights NGOs made contributions to the drafting of the constitution. These inputs were made mainly via the ANC, which sought civil society recommendations to ensure that human rights were effectively incorporated” (tradução nossa).

angariavam recursos para a luta contra o *apartheid*, esgotando-se essas razões a partir da primeira eleição democrática no país⁴⁶⁸.

Ademais, muitos desses recursos foram redirecionados para o processo de justiça de transição *per se*, por ser um programa de iniciativa estatal o qual necessitava de incentivos.

Outro desafio enfrentado por diversos setores da sociedade civil durante este período de adaptação foi a falta de uma forte liderança, alguém que os coordenassem no momento delicado de transição. Além do mais, as poucas pessoas influentes existentes nas organizações não governamentais foram recrutadas, por possuírem um determinado grau de conhecimento e habilidades, para trabalharem diretamente na estruturação governamental e seus órgãos⁴⁶⁹.

A própria criação e estruturação da CVR adicionou dificuldades de interação entre o governo e a sociedade civil. Diz-se isso porque não somente eles enfrentariam o processo transicional, mas tiveram que desempenhar, em alguns aspectos, oposição política, filosófica e conceitual do que seria reconciliação para os sul-africanos. Foi essa parcela engajada da sociedade civil que apurou os termos da reconciliação, deixando um sistema mais estruturado e capaz de lidar com a real demanda, enfrentando o passado para se reconstruir o futuro⁴⁷⁰.

Após esse primeiro período de instabilidade entre a estruturação governamental e a sociedade civil, em especial as organizações não governamentais, é que se iniciou o processo de consulta e troca de experiência entre esses setores. Vários fóruns de consulta foram realizados em 1995, visando estabelecer como seria tratado o passado, de que forma a Comissão lidaria com as revelações feitas pela população e qual departamento estatal seria o encarregado pela condução dos trabalhos (mais tarde ficou definido que seria o Departamento de Justiça)⁴⁷¹.

Foi possibilitada, após muitas reuniões, a participação da sociedade civil como parte da CVR. Os cidadãos passaram a auxiliar na composição da Comissão e, em alguns casos, após serem fixados procedimentos a serem seguidos, as organizações não governamentais realizaram o trabalho da Comissão⁴⁷².

⁴⁶⁸ HAMBER; KIBBLE, fev. 1999.

⁴⁶⁹ HAMBER; MOFOKENG; SIMPSON, 10 november 1997.

⁴⁷⁰ ROSS, 2008.

⁴⁷¹ HAMBER; KIBBLE, fev. 1999.

⁴⁷² Ibidem.

No entanto, essa parceira teria uma curta duração. Diante do medo de serem acusados de parcialidade, os membros da Comissão de Verdade de Justiça resolveram afastar as colaborações da sociedade civil. Por mais que essa manobra diminuísse o alcance da própria Comissão, a sua fama de imparcial era mais preferível⁴⁷³.

Mas esse afastamento não impossibilitou a Comissão de utilizar as estruturas que a sociedade civil dispunha. A fruição, especialmente dos locais físicos das organizações não governamentais das igrejas e os próprios centros comunitários, aproximou a justiça de transição da população. Foi por meio dessa aproximação que a Comissão pôde desempenhar seu papel: o de colher material sobre o passado sul-africano⁴⁷⁴.

Diante do exposto neste capítulo e, complementando com o que foi discutido no capítulo anterior, passará a discussão dos aspectos teóricos aplicados à prática da justiça de transição na África do Sul, suas contribuições e distinções dos outros modelos aplicados por outros países.

⁴⁷³ HAMBER; MOFOKENG; SIMPSON, 10 nov. 1997.

⁴⁷⁴ MERWE; LAMB, jun. 2009.

3 JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, COLONIALIDADE DO PODER, DECOLONIZAÇÃO E DECOLONIALIDADE – A CONSTRUÇÃO DA VERDADE PELA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO DA ÁFRICA DO SUL

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A busca pela verdade é um dos objetivos do modelo restaurativo de justiça de transição pautado nas Comissões de Verdade. Neste capítulo, será abordada a construção da verdade pela justiça transicional sul-africana. O objetivo da Comissão de Verdade e Reconciliação era promover a reconciliação da nação por meio da unificação e consolidação de uma história única. Porém este trabalho iria requerer da Comissão demasiados esforços, pois se enfrentaria uma matriz colonial do poder enraizada na sociedade.

Para tanto, será feita a análise, em um primeiro momento, sobre a colonialidade do poder e posteriormente da decolonização na justiça de transição na África do Sul. O objetivo é compreender como a colonialidade do poder e a decolonização se relaciona com o processo transicional e, por consequência, com a construção da verdade pela Comissão de Verdade e Reconciliação sul-africana.

Na primeira parte, serão apresentadas delimitações básicas sobre a colonialidade do poder e a decolonização. Na segunda parte, será estudada a correlação entre a colonialidade do poder, a decolonialidade, a decolonização e a justiça de transição. Será utilizado o contexto sul-africano e o seu processo transicional e serão salientados o processo da Comissão de Verdade e Reconciliação e a necessidade de se resgatar a veracidade dos acontecimentos.

Por fim, serão levantadas algumas críticas ao modelo sul-africano de justiça de transição. Para tanto, será considerado o trabalho desempenhado pela Comissão de Verdade e Reconciliação, bem como os objetivos por ela traçados.

3.2 A PERSPECTIVA DESCOLONIAL: DA COLONIALIDADE DO PODER À DESCOLONIZAÇÃO

O *apartheid* começou a ruir na década de 1980, quando se esboçava uma mudança de paradigma. Com o colapso do regime, implementava-se a justiça de transição, objetivando romper com esse modelo para a instalação da democracia. Percebe-se, assim, que o

processo transicional não seria fácil devido ao enraizamento da ideologia metropolitana e a necessidade de quebrantá-lo.

Na perspectiva histórica, a colonialidade do poder surgia na Europa no século quinze, quando se construiu a visão de mundo moderno, mais conhecido como modernidade. Desde essa época os europeus visavam difundir sua superioridade em relação a outros povos, espalhando suas concepções sobre o mundo. Uma das formas de propagar essa superioridade foram criar raças de estratificação da população. Ainda há aspectos geográficos e de perpetuação do modelo colonialista⁴⁷⁵.

Destrinchando o acima descrito, a colonialidade do poder foi perceptível mais especificamente quanto à expansão marítima em 1492 e a consequente colonização do mundo. A primeira forma de imposição da dominação europeia foi a divisão do mundo entre espanhóis e portugueses pelo Tratado de Tordesilhas, que estabeleceu a divisão das Américas entre esses dois países e legitimou a exploração e a dizimação da população nessas localidades⁴⁷⁶.

Ainda houve a divisão dos países banhados pelos oceanos Atlântico e Índico, ou seja, o continente africano, pela Convenção de Berlim. Esses países experimentaram uma colonização mais intensificada, com disputas europeias pela posse de território. Também suportaram (e suportam até os dias atuais) a segregação por raça e etnia, bem como suas consequências⁴⁷⁷.

Devido à expansão marítima, os padrões estabelecidos pelos europeus foram tidos como universais e foram amplamente empregados no processo colonial. Deste momento histórico em diante “o colonial constitui o grau zero a partir do qual são construídas as modernas

⁴⁷⁵ BOFF, Ricardo Bruno. **IIRSA e a (de)colonialidade do poder**. 14 maio 2015. 184 f. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Socioeconômicas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Florianópolis, 14 maio 2015.

⁴⁷⁶ SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

⁴⁷⁷ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; Menezes, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

concepções de conhecimento e direito”⁴⁷⁸. Isto é, os padrões europeus passaram a ser considerados como absolutos e os demais desprezíveis.

Diante disso e devido ao processo de colonização, pode-se perceber o lado sombrio da colonialidade do poder: a supressão ou a destruição da cultura dos povos locais, impondo-lhes padrões europeus de conhecimento e cultura. Com isso, se impossibilitava qualquer forma de pensamento autônomo ou distinto dos colonizadores⁴⁷⁹.

De acordo com Aníbal Quijano, a colonialidade do poder é

Colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da idéia [sic] de “raça”. Essa idéia [sic] e a classificação social e baseada nela (ou “racista”) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder⁴⁸⁰.

A África, como dito no capítulo anterior, ainda suportou um período a mais de colonização devido aos interesses europeus. Enquanto as Américas conseguiam suas independências e adentravam no mundo capitalista europeu, os africanos experimentam a dominação até o final do século vinte porque seus habitantes eram considerados mercados consumidores por imposição e fornecedores de matérias-primas por excelência.

Justifica-se esse tipo de dominação pois “a negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal”⁴⁸¹. Desta

⁴⁷⁸ SANTOS, op. cit., p. 28.

⁴⁷⁹ QUIJANO, 2009.

⁴⁸⁰ Ibidem.

⁴⁸¹ SANTOS, 2009. p. 31.

forma, estabeleceu-se que o pensamento europeu era o universal e se excluiu qualquer forma distinta de pensamento.

Assim, o critério mais perverso utilizado pela colonialidade do poder foi a forma de dominação fundamentada na ideia de raça. A partir disso, as relações sociais organizavam-se de forma hierárquica, tendo por base o sistema-mundo capitalista. Desta forma, por utilizar esse sistema-mundo, a Europa assumiu uma posição central de superioridade⁴⁸².

Ou seja, foi a partir da colonialidade do poder que se passou a conviver com diversas formas de racismo e hierarquizações sociais baseados no eurocentrismo: passou-se a dividir a sociedade por idade, gênero, profissão, dentre outras formas, para consubstanciar o pensamento europeu de superioridade⁴⁸³.

Mais uma vez, o local para se aplicar a hierarquização e o eurocentrismo são as colônias. Isto era possível pois o universo de crenças e comportamentos dos colonizados foi tão incompreensível aos colonizadores que a melhor forma de lidar com isso foi a desconsideração. Negando tais práticas às pessoas que as praticavam, por excelência, não podem ser consideradas iguais, mas sim como selvagens ou sub-humanos⁴⁸⁴.

Essa forma de hierarquização utilizada na colonialidade do poder pautava-se no eurocentrismo e na relação metrópole/colônia. Com isso, possibilitou-se a classificação da população, em determinados casos, como brancos (europeus), pardos, amarelos e negros. Diante dessa distinção racial e hierarquização podia-se, dentro daquela sociedade, criar papéis sociais distintos para diferentes parcelas da população.

A hierarquização causava uma segregação da própria sociedade e estabelecia quem poderia ser considerado pertencente a esta. Nas Américas e na África apenas os brancos, com traços europeus, eram dignos do status de cidadão, sendo que os demais eram considerados inferiores. Essa separação da própria população em raças causou a propagação do colonialismo externo na esfera interna⁴⁸⁵.

Tem-se como exemplo dessa colonialidade do poder, baseada na raça, o caso da África do Sul. Desde a chegada dos seus primeiros

⁴⁸² BOFF, 2015.

⁴⁸³ MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento laminar**. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

⁴⁸⁴ SANTOS, 2009.

⁴⁸⁵ BOFF, 2015.

colonizadores, os holandeses, e posteriormente os ingleses, há a segregação da população sob o pretexto racial. Como visto no capítulo anterior, essa divisão tomou grandes proporções, passando a ser reconhecida como *apartheid*, que somente findou na década de 1990, ou seja, muitos séculos após a expansão marítima e a colonização.

Ademais, a colonialidade do poder tinha como base a hierarquização de raça e divisão do trabalho, associando-se e mantendo-se os alicerces estabelecidos durante todo o período colonial. De acordo com Bernardino-Costa, os “espanhóis e portugueses recebiam salários, enquanto o colonizado, partícipe da divisão do trabalho como escravo ou servo, não era digno de salário”⁴⁸⁶. Ou seja, a etnia/raça era um fator determinante na estrutura da sociedade, determinados cargos somente poderiam ser exercidos por europeus e estes recebiam remuneração, enquanto os empregos “inferiores” eram realizados por colonizados, os quais não faziam jus em receber salário pelas atividades realizadas.

Entretanto, concessões trabalhistas eram feitas a mestiços(as) e mulheres indígenas. Eles podiam exercer, via de regra, ofícios que não eram exclusividade do europeu nobre. Desta forma, a raça e o trabalho articularam-se de maneira que se apresentaram associadas simbioticamente⁴⁸⁷.

No que tange à colonialidade do poder empregada na espera trabalhista, Grosfoguel assim nos ensina:

A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais⁴⁸⁸.

⁴⁸⁶ BERNARDINO-COSTA, Joaze. Colonialidade do Poder e Subalternidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. In: **Revista Brasileira do Caribe**, Goiânia, v. VII, n. 14, p. 311-345, 2007. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Z2UWoe7H9zsJ:www.periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/download/2447/490+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 20 out. 2015. p. 315.

⁴⁸⁷ Ibidem.

⁴⁸⁸ GROSFOQUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e

Assim, a formação do “sistema-mundo moderno/colonial” referido por Grosfoguel⁴⁸⁹ se consolidou com a colonização europeia e perpetuou-se por anos. A hierarquização dos povos causou uma divisão de trabalho no mundo. Assim, determinados cargos somente eram dignos de ser ocupados por pessoas de raças consideradas superiores, enquanto outros tipos de empregos considerados inferiores eram destinados, por excelência, aos colonizados ou aos de raça distinta dos europeus.

Pode-se dizer que cargos que envolvem decisões políticas e econômicas eram designados para os considerados superiores. Assim, na maior parte dos Estados, como a África do Sul, por exemplo, a gestão estatal era desempenhada por pessoas que tivessem características europeias, como os descendentes dos primeiros colonizadores. E, devido ao fato de o Estado ser administrado por tais pessoas, as políticas públicas, por consequência, as protegiam e beneficiavam mais do que qualquer outra raça/etnia. Ao revés, cargos considerados inferiores, que não exigissem muita qualificação profissional, eram destinados às demais parcelas da população.

Salienta-se que essa estratificação trabalhista não permitia que pessoas mudassem de empregos, pois sua hierarquização étnica-racial não se alterava. Assim, sempre a mesma parcela da sociedade desempenhava determinadas funções.

Outra forma de colonialidade do poder foi pautada no modelo social, político e cultural. Nesta forma de dominação, o fim do colonialismo não repercutiu, necessariamente, na descolonização da sociedade: as práticas continuam sendo perpetuadas até os dias atuais, com as divisões de classes, a divisão do trabalho pautado no centro/periferia e as relações hierárquicas étnico-racial que privilegiam o homem europeu⁴⁹⁰.

Nessa perspectiva, a história sul-africana é um exemplo dessa forma de colonialidade do poder: mesmo após a independência da Inglaterra, a África do Sul continuou perpetuando as práticas dos colonizadores e a agravou. A hierarquização étnica-racial foi institucionalizada, sendo conhecida como *apartheid*. Por um lapso temporal, qualquer forma de miscigenação da população foi proibida e sancionada.

colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Souza; Menezes, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 55-56.

⁴⁸⁹ Ibidem.

⁴⁹⁰ GROSFOGUEL, 2009.

A política e a economia eram voltadas para privilegiar uma parcela pequena da população, excluindo os demais de qualquer forma de participação da gestão estatal.

A colonialidade do poder, diante do exposto, assumiu uma ampla dimensão, abrangendo diversas proporções em uma sociedade. Ela sempre esteve centrada no capitalismo/colonialismo mundial, ao qual se incorporam todos os povos e regiões em um sistema, porém de maneira inferiorizada, isto é, sempre se considera o conhecimento produzido pelo europeu como o mais nobre e os demais como inferiores, em maior ou menor grau⁴⁹¹.

Desta forma, essa centralidade do conhecimento europeu desencadeou um processo de colonização da memória, no qual os conhecimentos milenares de uma sociedade eram reduzidos a superstições, crendices, conhecimento popular, folclore⁴⁹². Assim, desacreditava-se a cultura local para se impor a europeia como a correta e a ser seguida.

Diante do exposto, pode-se, assim, elencar as principais características da colonialidade do poder de acordo com Quijano:

[...] 1) a colonialidade do poder, isto é, a idéia [sic] de “raça” como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social; 2) o capitalismo, como padrão universal de exploração social; 3) o Estado como forma central universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado-nação como sua variante hegemônica; 4) o eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade/ intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento⁴⁹³.

Ou seja, não se rompe com a dominação exercida pela metrópole, dando continuidade o modo de domínio mesmo após o processo de independência. É perceptível essa propagação quando as políticas coloniais são institucionalizadas nos novos Estados.

E, complementando esse pensamento de Quijano, Grosfoguel assevera que a colonialidade do poder impõe um padrão o qual orienta as perspectivas globais e nacionais. Associam-se, assim, múltiplas, complexas e heterogêneas hierarquias. E essas envolvem toda a

⁴⁹¹ BERNARDINO-COSTA, 2007.

⁴⁹² BERNARDINO-COSTA, 2007.

⁴⁹³ QUIJANO, 2009.

conjuntura raça/etnia, trabalho, gênero, produção do conhecimento de uma população⁴⁹⁴.

Essa colonialidade do poder ocorreu em diversas medidas nos atuais Estados modernos da América Latina, da Ásia e da África. A colonialidade foi exercida, nestes locais, pelas hegemonias coloniais, como Espanha, Portugal e, principalmente, Inglaterra⁴⁹⁵.

Mesmo com a independência das antigas colônias americanas e, em menor grau, africanas, a hierarquização imposta pela colonialidade do poder continuou a perseverar nos novos Estados. De acordo com Bernardino-Costa⁴⁹⁶:

Os diversos processos de independência, especialmente, dos países da América Latina durante o final do século XVIII e início do século XIX, não superaram o padrão de poder constituído durante o período colonial formal. Índios e negros, e com menor intensidade os mestiços, continuaram presos às hierarquizações coloniais.

Desta forma, criava-se uma situação paradoxal nesses novos Estados: eles eram independentes de suas colônias, porém ainda eram sociedades coloniais que perpetuavam as práticas e as hierarquizações impostas pelos ex-colonizadores, em especial a étnico/racial.

E, como dito, a colonialidade do poder perdurou até os dias atuais, de forma mais ou menos ativa, nos espaços concretos de dominação. Essa continuidade foi perceptível pela globalização a qual determinado padrão é difundido como universal, mesmo que característicos de uma nação, e outros são tidos como locais, quando somente aquele povo possui essa cultura e compete a eles mantê-la. Como exemplos disso têm-se a internacionalização do *fast food*, da língua inglesa e francesa, da música popular etc.⁴⁹⁷

Desta forma, a matriz colonial tem continuidade mesmo com a independência dos países, sendo que, de acordo com Grosfoguel⁴⁹⁸,

⁴⁹⁴ GROSFEGUEL, 2009.

⁴⁹⁵ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. In: **Novos Rumos**, São Paulo, ano 17, n. 37, 2002.

⁴⁹⁶ BERNARDINO-COSTA, op. cit., p. 317.

⁴⁹⁷ SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. In: **Revista Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 39, 1997, p. 105-201. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n39/a07n39.pdf>>.

⁴⁹⁸ GROSFOGUEL, Ramón. The Epistemic Decolonial Turn: Beyond Political-

Um dos mais poderosos mitos do século XX foi a noção de que a eliminação das administrações coloniais à descolonização do mundo. Isto levou ao mito de um mundo "pós-colonial". As estruturas globais múltiplas e heterogêneas no lugar durante um período de 450 anos, não se evaporaram com a descolonização jurídico-política da periferia ao longo dos últimos 50 anos. Continuamos a viver sob o mesmo "matriz colonial poder." Com a descolonização jurídico-política saímos de um período de "colonialismo global" para o actual período de "colonialidade global"⁴⁹⁹.

Assim, a colonialidade do poder dá continuidade a mentalidade colonial, sua psicologia e visão de mundo, mesmo que o mundo se encontre em uma era pós-colonial⁵⁰⁰. As relações sociais hierárquicas de exploração e dominação europeia nos africanos foram entendidas a níveis culturais, sociais e políticas na atualidade⁵⁰¹.

A forma de se romper com essa imposição globalizada da colonialidade do poder⁵⁰² foi por meio da decoloalidade ou a

Economy Paradigms. In: **Cultural Studies**, n. 21, March/May 2007, p. 203-246.

⁴⁹⁹ Texto original: "One of the most powerful myths of the twentieth century was the notion that the elimination of colonial administrations amounted to the decolonization of the world. This led to the myth of a 'postcolonial' world. The heterogeneous and multiple global structures put in place over a period of 450 years did not evaporate with the juridical-political decolonization of the periphery over the past 50 years. We continue to live under the same 'colonial power matrix.' With juridical- political decolonization we moved from a period of 'global colonialism' to the current period of 'global coloniality'" (p. 219).

⁵⁰⁰ QUIJANO, Aníbal. Coloniality and Modernity/Rationality. In: **Cultural Studies**, n. 21, March/May 2007, p. 168-178.

⁵⁰¹ GROSFOGUEL, 2007.

⁵⁰² A colonialidade do poder é um conceito desenvolvido originalmente por Aníbal Quijano, em 1989, e amplamente difundido no seu meio de pesquisa. Ele exprime as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não terminaram com o fim do colonialismo. O conceito denuncia "[...]a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial" (GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós -coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: **Revista**

descolonização do pensar. Alguns países, por meio de um processo de democratização e nacionalização, tentaram romper com essa prática por uma revolução social mais profunda. Porém, se não feita da maneira correta, essa mudança poderia agravar ou acentuar ainda mais a hierarquização existentes, desencadeando a xenofobia (fobia do estrangeiro).

Essa decolonização do poder significava um esforço epistemológico de formação de conhecimento que superasse as hierarquizações coloniais, sejam elas baseadas em critérios étnicos-raciais, sejam por questões geográficas, políticas, sociais ou culturais. Era necessário romper com as imposições eurocêntricas de conhecimento abrindo-se espaço para novos saberes.

Nessa toada, Luciana Ballestrin discorre sobre a descolonização como “[...] um diagnóstico e um prognóstico afastado e não reivindicado pelo *mainstream* do pós-colonialismo, envolvendo diversas dimensões relacionadas com a colonialidade do ser, saber e poder”⁵⁰³.

Mignolo⁵⁰⁴ ainda faz uma importante diferenciação entre o descolonial e o pós colonial:

O projeto descolonial difere também do projeto pós-colonial [...]. A teoria pós-colonial ou os estudos pós-coloniais estão entre a teoria crítica da Europa (Foucault, Lacan e Derrida), sobre cujo pensamento se construiu a teoria pós-colonial e/ou estudos pós-coloniais, e as experiências da elite intelectual nas ex-colônias inglesas na Ásia e África do Norte⁵⁰⁵.

Crítica de Ciências Sociais, n. 80, 2008, p. 115-147, p.126). Por outro, possui uma capacidade explicativa que atualiza e contemporiza processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade (BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, Brasília: maio/ago 2013, p. 89-117).

⁵⁰³ Ibidem, p. 108.

⁵⁰⁴ MIGNOLO, Walter D. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Argentina: Ediciones del signo, 2010, p. 19.

⁵⁰⁵ Texto original: “El proyecto des-colonial también difiere del proyecto post-colonial (...). La teoría poscolonial y los estudios postcoloniales se encuentran entre la teoría crítica de Europa (Foucault, Lacan y Derrida), en cuyo pensamiento se construyó la teoría poscolonial y / o estudios post-coloniales y las experiencias de la élite intelectual en las antiguas colonias británicas en Asia y África del Norte”.

Isto é, a decolonização visa ressignificar a modernidade a partir das histórias locais. O pensamento crítico deve desconstruir o imaginário eurocentrista e voltar-se para o local, ouvindo as vozes suprimidas por séculos de colonialidade do poder.

Assim, a descolonização do pensar envolve processos nacionais de equiparação da diferença ou de rompimento da hierarquia criados pelos colonizadores. É consolidar conceitos de raça/etnia, gênero, trabalho, conhecimento, religião adequados àquela sociedade⁵⁰⁶.

Para melhor compreender isso, primeiro é necessário entender a amplitude do que seja diferença colonial. De acordo com Bernardino-Costa⁵⁰⁷:

A diferença colonial começou a ser percebida, no mundo moderno, pelos movimentos de descolonização política e intelectual. A construção do mundo moderno ao lado da colonialidade do poder convive com as respostas da diferença colonial à coerção, opressão, desumanização etc. A diferença colonial é uma consequência natural do sistema mundo moderno/colonial. Ela é o produto do embate entre as histórias locais europeias que se apresentam como projetos globais e as respostas das diversas histórias locais. Em outros termos, o projeto de colonização do mundo não significou a eliminação por completo de outras memórias, linguagem, concepções de espaço e tempo. No embate entre os projetos globais europeus e as histórias locais produziram-se diferentes *loci* de enunciação de acordo com a diferença colonial. A diferença colonial não se reduz e não é entendida como diferença cultural, que compreende as diferenças sem levar em conta os aspectos de poder e dominação. A diferença colonial é um produto do “eu conquisto” (DUSSEL, 1994) que permitiu que as diferenças fossem valoradas e hierarquizadas, justificando e legitimando a exploração, a escravização, a dominação e o discurso colonial. O racismo é um produto da diferença colonial, assim como o sexismo, o patriarcalismo, a geopolítica do saber. A ideia de diferença cultural conduz ao

⁵⁰⁶ BERNARDINO-COSTA, 2007.

⁵⁰⁷ Ibidem, p. 318-319.

relativismo, enquanto a ideia de diferença colonial requer liberação de todas as formas de poder forçada pela colonialidade.

Portanto, o projeto de descolonização será o de liberar aqueles sujeitos que se encontram dominados, oprimidos e explorados pelo padrão de poder moderno/colonial e pela diferença colonial. Este projeto de descolonização consiste em ações internas a cada Estado-nação quanto em ações que envolvem o sistema interestatal de poder.

Ou seja, para haver a decolonização tem que se ter uma ressignificação das histórias locais por meio de mecanismos estatais. Tem-se como um desses meios as Comissões de Verdade, pelas quais os oprimidos podem contar a sua versão dos fatos, como será visto na sequência.

A proposta decolonial é um novo projeto histórico que consiste em superar o pensamento de modernidade eurocentrada, sobrepondo-o com o “pensamento subalterno de fronteira”⁵⁰⁸. Isto é, tem que ser incluído, na nova forma de pensar, o lado oprimido e explorado dos excluídos coloniais, valorizando-os. Desta forma, não se trata de uma volta ao passado, mas sim de um futuro pautado na ideia de igualdade e solidariedade social.

Havia, no lado oprimido e suprimido pelos colonizadores, diversas contribuições que são empregadas na construção do pensamento subalterno, quais sejam: valorização da participação da comunidade, do saber popular, da forma dividida de se produzir conhecimento, da pluralidade de vozes, dentre outros⁵⁰⁹. Neste sentido⁵¹⁰

A diversidade radical implicaria um divórcio efetivo e uma crítica das raízes que inibem o diálogo e a formulação de uma geopolítica do conhecimento descolonial e não racista. Parte do

⁵⁰⁸ GROSGOUEL, 2009.

⁵⁰⁹ LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: _____. (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

⁵¹⁰ MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina, 2009. p. 376.

desafio consiste em pensar mais seriamente em Fort-de-France, Quito, La Paz, Bagdá e Argel, e não apenas em Paris, Frankfurt, Roma ou Nova Iorque, como possíveis lugares de conhecimento.

Para tanto, é preciso romper com o pensamento eurocentrado, perceber as diferenças coloniais e possibilitar as vozes subalternas. Deve respaldar, contudo, a crítica, a cultura, porquanto nem toda manifestação deve ser considerada como válida, sob o risco de negar o avanço das sociedades. A proposta é articular as vozes existentes, ouvindo-se os locais e os colonizadores, para se produzir um pensamento próprio daquele povo. Parte-se, assim, de uma fragmentação do, até então, pensamento universal, para se ter um conhecimento local, coexistindo o diálogo entre os iguais e os desiguais, sem superioridades ou hierarquias. Esse modo de construção do pensamento diz-se “pensamento crítico de fronteira”, que, segundo Grosfoguel⁵¹¹

O pensamento crítico de fronteira é a resposta epistêmica do subalterno ao projeto eurocêntrico da modernidade. Ao invés de rejeitarem, as epistemologias de fronteira subsumam/redefinam a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação descolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada.

E o pensamento crítico de fronteira foi consubstanciado pelos movimentos populares, pelas culturas comunitárias, pela luta por Direitos Humanos, dentre outros. Esses fortalecem os pensamentos subalternos e encorajam eruditos, filósofos, reprimidos até então, para demonstrarem seus trabalhos e suas contribuições para com o novo modo de pensar – o modo decolonial.

Como mencionado anteriormente, uma das lutas, que merece especial atenção, é a pelos Direitos Humanos. Os ideais humanísticos, ao serem aplicados ao Estado, devem ser defendidos como universais não podem ser impostos de “cima para baixo”. Os Direitos Humanos têm que ser legitimados localmente para obter abrangência estatal e global. Tem que inserir como preceitos inerentes àquela sociedade,

⁵¹¹ GROSFOGUEL, Ramón. Desenvolvimentismo, Modernidade e Teoria da Dependência na América Latina. **REALIS – Revista de Estudos Antiutilitaristas e Póscoloniais**, v. 3, n. 2, 2013. p. 54.

adaptá-los às reais necessidades e, somente assim, eles serão observados⁵¹².

Para atuar mutuamente com o processo de decolonização os Direitos Humanos, nas palavras de Boaventura, “têm de ser reconceptualizados como multiculturais”⁵¹³. O multiculturalismo é a pré-condição para uma relação equilibrada entre a competência global e a legitimidade local, ou seja, adaptam-se princípios gerais à realidade local.

O grande cuidado é observar se os sistemas posteriores ao europeu têm que se atentar à cultura local, e não tentar replicá-lo. Ao atentar-se a isso, possibilita-se o processo de descolonização ou, no mínimo, inicia-se a ruptura com a colonialidade de poder e o eurocentrismo.

E essa necessidade de sistemas distintos de Direitos Humanos ainda é uma consequência do período colonial. O pensamento moderno ocidental ainda é voltado para padrões europeus de tal forma que a humanidade, para se desvincular disso, precisou rever os conceitos de práticas desumanas como aquelas somente consideradas pelos brancos, passando a elencar critérios culturais orientais e raciais como tal.

Essas proporcionam elementos para possibilitar a reunificação da população, bem como para desmitificar a história local. A partir dessa constatação, passa-se a analisar a interligação da colonidade do poder e da decolonialidade no processo de justiça de transição da África do Sul.

3.3 A COLONIALIDADE DO PODER E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

A modernidade imposta pelo eurocentrismo e a colonialidade do poder impõem a aplicação de determinados critérios que permitam o Estado canalizar e manipular os desejos, os interesses e as emoções de seus cidadãos para conseguir alcançar suas metas. Para isso o Estado, tido como moderno, detém o monopólio da força (violência) e o utiliza para guiar as atividades de seus cidadãos para atingir seus critérios⁵¹⁴.

⁵¹² SANTOS, 2009.

⁵¹³ Ibidem, p. 112.

⁵¹⁴ CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de

A África do Sul não fugiu a este preceito. Mesmo antes da institucionalização do *apartheid*, a União Sul-Africana (fundada sob o domínio do Império Britânico em 1910) promulgava leis visando garantir o poder da população branca sobre a negra. Com isso, houve uma segregação populacional condenando os excluídos (os negros) a viverem em bolsões de pobreza, a terem empregos subalternos, pouco acesso à educação e à saúde. Em contrapartida, os brancos, que detinham a governança estatal, gozavam de maior qualidade de vida. Assim, iniciava-se a colonialidade do poder sul-africano, isto é, o domínio do branco colonizador sobre o negro colonizado⁵¹⁵.

Diante deste paradigma, pode-se estruturar como matriz colonial do poder⁵¹⁶:

- 1) O controle da economia (que inclui a propriedade da terra e dos recursos naturais e da exploração do trabalho, a criação de organizações internacionais como o FMI);
- 2) Controle da autoridade (incluindo formas de governo - monarquia e da igreja durante os séculos XVI e XVII e o Estado Moderno na Europa e Estado moderno/colonial fora da Europa – militarismo, corrida armamentista, Direito e Relações Internacionais);
- 3) Controle de gênero e sexualidade (que inclui a invenção do conceito de "mulher" como Lugones e Tlostanova explicam em artigos apresentados; heterossexualidade como norma, o modelo de família cristã vitoriana como célula social);
- 4) Controle do conhecimento e subjetividade (que inclui não apenas as instituições e currículos de educação, mas também os meios para apoiar visões de mundo que contribuem para formar as subjetividades, como "consumidor", por exemplo,

Buenos Aires, Argentina, 2005.

⁵¹⁵ LUZ, Natalia. Os sul-africanos precisam de reconciliação na busca pela igualdade – diz antropólogo. In: **Por dentro da África**, abril 27, 2013. Disponível em <<http://www.pordentrodaafrica.com/ciencia/os-sul-africanos-precisam-se-reconciliar-em-busca-da-igualdade-diz-antropologo-na-comemoracao-do-dia-da-liberdade>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

⁵¹⁶ MIGNOLO, Walter D. ¿Cuáles son los temas de género y (des)colonialidad? In: _____. et al. **Género y descolonialidad**. 2 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014, p. 9.

hoje). O racismo regula as comunidades humanas com classificações baseadas no sangue e cor da pele⁵¹⁷.

A matriz colonial do poder foi construída durante o processo de colonização e perdura, em muitos lugares, até os dias atuais. Devido a isso, a resolução de problemas organizacionais e o controle político econômico foram dominados por aqueles que detinham o poder colonial, determinando padrões a serem seguidos e situações a serem sancionadas. E, majoritariamente, esses *standards* eram pautados na forma de vida, sociedade e economia europeia⁵¹⁸.

Esse domínio e imposição eurocentrada somente foi possível, pois atores sociais e instituições ajudaram a implementar o marco ideológico conceitual da colonialidade do poder. Também auxiliaram da propagação de princípios gestores das sociedades coloniais: o patriarcalismo e o racismo (o primeiro para manter os europeus do poder estatal e o segundo para legitimar a hierarquização étnica/racial)⁵¹⁹.

Nessa forma moderna de Estado, a aquisição de cidadania foi um funil para filtrar as pessoas que se enquadravam no perfil de sujeito da modernidade, ou seja, que possuíam características europeias. Os que não se enquadravam nesses critérios (que deveriam ser brancos, católicos/protestantes, proprietários, letrados e heterossexuais) eram excluídos da governância estatal e punidos por lei⁵²⁰.

Uma das alternativas para se romper com essa repetição do pensamento eurocentrado foi o localismo globalizado. De acordo com

⁵¹⁷ Texto original : “1) Control de la economía (que incluye apropiación de tierras y de recursos naturales y explotación del trabajo ; creación de organismos internacionales como el FMI).

2) Control de la autoridad (que incluye formas de gobierno – monarquía e iglesia durante los siglos xvi y xvii y estado moderno en Europa y estado moderno/colonial fuera de Europa–militarismo y carrera armamentista; derecho y relaciones internacionales). 3) Control del género y de la sexualidad (que incluye la invención del concepto de “mujer” –como lo explican Lugones y Tlostanova en los artículos que presentamos; la heterosexualidad como norma; el modelo de la familia Cristiana/victoriana como célula social). 4) Control del conocimiento y de la subjetividad (que incluye no solamente las instituciones y la currícula en la enseñanza , sino también los medios que apoyan concepciones del mundo y contribuyen a formar subjetividades, como la del “consumidor” por ejemplo, en nuestros días.

⁵¹⁸ MIGNOLO, 2014.

⁵¹⁹ Ibidem.

⁵²⁰ CASTRO-GÓMEZ. 2005.

Boaventura, isso “consiste no processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso”⁵²¹, ou seja, difundir a cultura local para o plano global.

Pode-se incluir como uma forma de localismo globalizado a implementação da justiça de transição em um país. Diz-se isso, pois, ao se executar o processo transicional, para este ter sucesso, era necessário adaptá-lo à realidade do Estado, porém sem esquecer os padrões internacionalmente impostos (consolidação do Estado Democrático, observação dos Direitos Humanos, revelação das atrocidades cometidas, dentre outros explanados no primeiro capítulo).

Assim como o termo justiça de transição evoluiu desde os primeiros estudos sobre o tema, novas abordagens foram necessárias para os recém-criados Estados, aqui incluindo a África do Sul. Ela teve que passar a considerar perspectivas para abordar e lidar com aqueles que cometiam abusos no passado. Com isso, uma gama de processos e mecanismos foram desenvolvidos à medida que os países foram implementando a justiça transicional, abarcando a Comissão de Verdade e Reconciliação sul-africana como um novo padrão possível de ser replicado por outros.

Porém, o objetivo maior desta nova onda transicional necessitava ser a garantia da prestação de contas. Tinha-se que visar a prática da justiça e de reconciliar as nações acima de outros procedimentos, como a percução judicial. Desta feita, mecanismos judiciais como extrajudiciais passaram a compor o escopo transicional⁵²².

Como todo processo transicional, o sul-africano possuía três objetivos: implementar a justiça de transição; realizar, dentro do possível, uma justiça distributiva de sanções, tanto penais como administrativas; trabalhar contando com a participação da população para se alcançar a paz. Embora todos esses conceitos tivessem uma esfera própria e precisassem de atenção individual, todos almejavam atingir o mesmo fim: o processo transicional, isto é, tratar o passado transformando conceitos entranhados socialmente na nação, e não, simplesmente, implementar a democracia desconsiderando a história societária⁵²³.

⁵²¹ SANTOS, 2009, p. 109.

⁵²² INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **Review Conference of the Rome Statute**. Kampala, Uganda, maio-jun. 2010. Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/ASP9/OR/RC-11-ENG.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

⁵²³ INTERNATIONAL CRIMINAL COURT, maio-jun. 2010.

Tanto é assim que a África do Sul, durante a justiça transicional, iniciava o processo de rompimento com a colonialidade do poder ao promover a primeira eleição democrática. Ou seja, ela iniciava o processo de rompimento com as políticas segregacionistas, alterando o gestor público⁵²⁴.

Desta forma, a justiça de transição da África do Sul teria que enfrentar sérios desafios, tais quais: a dominação masculina, a marginalização, os altos níveis de desemprego e o sentimento de traição e alienação. Essas contendas, reflexos diretos da colonialidade do poder, seriam abarcadas pelo mecanismo transicional escolhido para o contexto sul-africano, a Comissão de Verdade e Reconciliação, as quais utilizariam espaços públicos e privados para ressignificar o discurso social e político⁵²⁵.

Para se ressignificar a histórica e iniciar o processo de decolonização, seria necessário garantir direitos iguais a toda a população. A Constituição Transitória⁵²⁶ previu a igualdade entre os sul-africanos, a saber:

Artigo 8º - Igualdade.

Cada pessoa terá o direito à igualdade perante a lei e a igual proteção da lei.

(2) Nenhuma pessoa deve ser injustamente discriminada, direta ou indiretamente, e, sem prejudicar a generalidade desta disposição, em um ou mais dos seguintes motivos em particular: raça, sexo, origem étnica ou social, cor, orientação sexual, idade, deficiência, religião, consciência, crença, cultura ou língua⁵²⁷.

⁵²⁴ HARRIS, Bronwyn. Spaces of violence, places of fear: Urban conflict in post-apartheid South Africa. Paper presented on the **Conflicts and Urban Violence** panel, Foro Social Mundial Temático, Cartagena, Colombia, 16-20 June 2003. Disponível em: <<http://www.csvr.org.za/docs/urbansafety/englishspaces.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2015.

⁵²⁵ HARRIS, jun. 2003.

⁵²⁶ SOUTH AFRICA. **Constitution of the Republic of South Africa Act 200 of 1993**. N. 108, 118 December 1996. Disponível em: <<http://www.gov.za/documents/constitution/constitution-republic-south-africa-act-200-1993#Fundamental%20Rights>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

⁵²⁷ Texto original: “article 8 – equality. Every person shall have the right to equality before the law and to equal protection of the law. (2) No person shall be unfairly discriminated against, directly or indirectly, and, without derogating

Assim, o modelo transicional escolhido teria que assegurar o direito à igualdade para os cidadãos sul-africanos permitindo o amplo acesso aos Comitês, bem como a Comissão de Verdade e Reconciliação. Também teria que trabalhar com a discriminação histórica – fruto da colonialidade do poder.

Por meio da Constituinte Transitória, que estabelecia a primeira eleição democrática, também se designava que todos os sul-africanos, independentemente da sua raça/etnia, fossem considerados cidadãos do país. Ou seja, apenas em 1994 foi concedida a maior parte da população a cidadania da África do Sul, rompendo-se, assim, com a tradição colonialista de somente considerar brancos como nacionais. Com isso, desencadeava-se o sentimento de pertencimento ao país que os renegava⁵²⁸.

Porém, muitas das práticas perseveraram nesse novo Estado Democrático sul-africano. Dentre elas, destacavam-se a velada separação entre as etnias e as raças, as desigualdades de acesso aos serviços básicos, a pobreza e, principalmente, os obstáculos para ter provimento jurisdicional.

Corroborando com essa ideia, Bronwyn dispõe⁵²⁹:

É talvez um clichê sugerir que quanto mais as coisas mudam, mais elas permanecem as mesmas. Mas, nove anos após as primeiras eleições democráticas da África do Sul, ainda ouvimos de polarização racial e o ódio entre as comunidades. A desigualdade, a pobreza e o acesso à justiça permanecem obstáculos ao estabelecimento de uma cultura de direitos humanos. Altos níveis de violência continuam a marcar a sociedade; e desconfiança, suspeita e medo definem muitos relacionamentos interpessoais. Ao contrário da representação popular da África do Sul como uma nação "milagre", altos níveis de violência testemunham que a África do Sul pós-apartheid não é livre de conflitos⁵³⁰.

from the generality of this provision, on one or more of the following grounds in particular: race, gender, sex, ethnic or social origin, colour, sexual orientation, age, disability, religion, conscience, belief, culture or language”.

⁵²⁸ LUZ, 2013.

⁵²⁹ HARRIS, jun. 2003.

⁵³⁰ Texto original: “It is perhaps a cliché to suggest that the more things change, the more they stay the same. But, nine years after South Africa's first

Isto é, a eleição de um presidente negro, Nelson Mandela, não significava apenas a representação dos negros no poder, mas também o desencadeamento de políticas que findariam as injustiças cometidas a essa etnia. Porém, esse início de equalização da população não seria fácil, porque a maioria dos negros ainda vivia, e vive, em áreas precárias não condizentes com a realidade almejada. E mantém nesses resquícios do *apartheid* a violência, em todas as suas formas, em especial a segregacionista, que ainda persiste⁵³¹.

Assim, por mais que a justiça de transição promovesse a decolonização do pensamento, alterando o comportamento das pessoas de uma sociedade, habituadas com a perpetuação de padrões e pensamentos, isso não seria algo tão simples e rápido. Mesmo após a eleição de um líder negro, a desconfiança com o retorno dos antigos preceitos de exclusão ainda se perpetuaram, refletindo nos níveis de violência e no relacionamento dos cidadãos.

E essas desconfianças se justificam pela história sul-africana. A escravidão, a colonização e o *apartheid* enclausuraram o sujeito africano em uma zona de exclusão social, de negação da dignidade, desencadeando danos psíquicos não compreensíveis. Desta forma, ao se tentar descolonizar o pensamento, há a necessidade de lidar com essas demandas históricas, levando o africano a conhecer a si mesmo, de ter um Estado soberano que o respeite e que lhe conceda igual autonomia⁵³².

Essa realidade de pertencimento e exclusão é evidenciada por Luz, quando dispõe que:

A promessa de 1994 era de uma vida melhor com liberdade para todos da “nação do arco-íris”, apelido dado pelo Arcebispo da Igreja Anglicana e Nobel da Paz Desmond Tutu para definir a diversidade étnica. Parte da promessa foi

democratic elections, we still hear of racial polarization and hatred within communities. Inequality, poverty and access to justice remain key obstacles to establishing a human rights culture. High levels of violence continue to mark the society; and mistrust, suspicion and fear define many inter-personal relationships. Contrary to the popular representation of South Africa as a "miracle" nation, high levels of violence testify that a post-apartheid South Africa is not conflict-free”.

⁵³¹ LUZ, 2013.

⁵³² MBEMBE, Achille. As Formas Africanas de Auto -Inscrição. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 23, n. 1, 2001, p. 171-209.

cumprida oferecendo ao povo o gosto da democracia, mas ainda existe uma evidente falta de igualdade entre os negros e brancos e entre os negros ricos e pobres. Às gerações anteriores foram negadas muitas oportunidades; as mais novas, que crescem nos guetos, parecem viver o mesmo cenário⁵³³.

Desta forma, ainda persistem problemas históricos, como o racismo. Por mais que o racismo seja criminalizado, ou que se tenha uma Constituinte aceita internacionalmente, e ainda instituições e sistemas específicos de proteção aos Direitos Humanos, esses ainda não se encontram consubstanciados na população. Ainda há a propagação do ódio entre comunidades pelo estrangeiro, um judiciário de difícil acesso, a cultura de violações e o desrespeito aos Direitos Humanos ainda se perpetuam⁵³⁴.

Como exemplo de violação dos Direitos Humanos experimentados pelos cidadãos, tem-se a violência pautada em um *apartheid* velado, ainda de difícil controle pelas autoridades locais. Cita-se, ainda, as dificuldades sociais e econômicas para se ter acesso à moradia e aos serviços básicos, como saúde e educação⁵³⁵. Todas essas perseguições elencadas são uma pequena amostra da realidade vivenciada pelos sul-africanos.

Harris explica as razões sociais da violência⁵³⁶:

Explicações sociais, entendimentos e compromisso com questões de violência também mudaram com a transição da África do Sul. No passado, a violência foi amplamente enquadrada como "política", tanto por parte do apartheid estatal e através da resistência a ele. Por outro lado, hoje em dia a violência é normalmente taxada (e simplificada) como "criminosa". Tal mudança discursiva redefiniu não só a violência, mas questões de crime, legitimidade e justiça. Neste processo, foi criminalizado certas formas de violência, mas abriu simultaneamente um espaço

⁵³³ LUZ, 2013, p. 1.

⁵³⁴ HARRIS, jun. 2003.

⁵³⁵ SIMPSON, Graeme. Shock troops and bandits: youth, crime and politics. In: STEINBERG, J. (Ed.). **Crime Wave: The South African underworld and its foes**, 115-128. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 2001.

⁵³⁶ HARRIS, op. cit., p. 1.

para - e legitimou - novas ações violentas (por exemplo "combate ao crime")⁵³⁷.

Desta feita, a justiça de transição foi importante para legitimar e criminalizar determinadas violações de Direitos Humanos, sendo a mais importante a taxação do racismo. Porém, aflorou condutas acobertadas pela política do *apartheid* como a xenofobia.

Ademais, por ser a sucessão de um regime segregacionista, era necessário ter um processo de afirmação democrática no país. Isso porque o *apartheid* não fora derrotado ou derrubado por um movimento popular, logo os valores que o sustentou ainda eram aceitos como “razoáveis”. Por essa razão, a Comissão de Verdade e Reconciliação teria que romper com idealizações de memória que impediriam a reconciliação⁵³⁸.

Para se consubstanciar a democracia sul-africana e possibilitar que a Comissão de Verdade e Reconciliação trabalhasse com a memória, história e reconciliação da nação estabelecendo preceitos humanistas, também era necessário enfrentar as violências impregnadas na sociedade, bem como o racismo. Assim, teria que se implementar uma “[...] ideia de que, enquanto iguais, nos fazemos presentes em nossos semelhantes”⁵³⁹.

Esse breve panorama evidencia a frágil democracia sul-africana. Para se consolidar a nação, ainda era necessário delimitar e proteger os Direitos Humanos para desencorajar as violações⁵⁴⁰. A cultura da violência, propagada durante os anos do *apartheid*, precisava ser

⁵³⁷ Texto original: “Social explanations, understandings and engagement with issues of violence have also changed with South Africa's transition. In the past, violence was largely framed as "political", both on the part of the apartheid state and through resistance to it. By contrast, violence today is commonly (and simplistically) labelled "criminal" (cf. Simpson, 2001). Such a discursive shift has redefined not only violence but issues of crime, legitimacy and justice. In the process, it has criminalised certain forms of violence but has simultaneously opened a space for – and legitimised - new violent actions (for example "crime fighting")”.

⁵³⁸ ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. **Os direitos da transição e a democracia no Brasil**: estudos sobre justiça de transição e teoria da democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

⁵³⁹ Ibidem, p. 26.

⁵⁴⁰ SIMPSON, Graeme; MOKWENA, Steve; SEGAL, Lauren. Political violence: 1990. In: ROBINSON, M.; RYCROFT, A. (Ed.). **Human rights and labour law handbook**. 1991, n. 2, p. 193-219. Cape Town: Oxford University Press, 1992.

combatida, rompendo-se, assim, com a tradição de resolver os problemas na força⁵⁴¹.

essa cultura, em que a violência é apregoada como a 'solução' primária para problemas cotidianos e desafios exige a introdução de normas de identidade e de grupo individuais, bem como os fatores estruturais e materiais, em um entendimento de violência durante a transição política⁵⁴².

Ou seja, é imprescindível decolonizar o pensamento imposto pela colonialidade do poder. Assim, infere-se que uma forma encontrada pelos sul-africanos para se combater a colonialidade do poder e decolonizar o pensamento dos cidadãos foi a utilização de um mecanismo da justiça de transição: as Comissões de Verdade. E, por meio delas, buscou-se desvendar a verdade, as violências e as perpetrções praticadas para se consolidar uma história sem segregação ou valorização de etnias/raças.

Isso será objeto de análise do próximo tópico: a construção da verdade e a decolonização do pensamento. Desta feita, será analisado o trabalho da Comissão de Verdade e Reconciliação à luz da decolonialidade.

3.4 A CONSTRUÇÃO DA VERDADE SUL-AFRICANA E A DECOLONIALIDADE

O direito à verdade surgiu como um conceito jurídico nos planos nacionais, regionais e internacionais e se refere à obrigação dos Estados em proporcionar informações para as vítimas, seus familiares e para a sociedade sobre as circunstâncias de violações cometidas de Direitos Humanos⁵⁴³. Com isso, esse tópico visa explorar o trabalho realizado pela Comissão de Verdade e Reconciliação e a busca pela verdade.

Michel Foucault⁵⁴⁴ define verdade como:

⁵⁴¹ HAMBER, Brandon. Dr Jekyll & Mr Hyde: Violence and transition in South Africa. In: BORNMAN, E.; VAN EEDEN, R.; WENTZEL, M. (Ed.). **Violence in South Africa**. p. 349-370. Pretoria: Human Sciences Research Council, 1998.

⁵⁴² HARRIS, jun. 2003. p. 1

⁵⁴³ NAQVI, jun. 2006.

⁵⁴⁴ FOUCAULT, Michel. Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings 1972–1977, In: Colin Gordon (Ed.). **Harvester Wheatsheaf**, Londres,

A verdade não existe sem a falta de poder ou fora dele [...]. A verdade é uma coisa deste mundo: e se produz somente por múltiplas virtudes de coerção. Cada sociedade tem seu regime sobre a verdade, e geralmente é um regime político, ou seja, composto por tipos de discursos, os quais são aceitos e funcionam diante da veracidade generalizada; discursos aceitos os quais possuem função da verdade; mecanismos e instâncias que impossibilitam a distinção entre o testemunho verdade e o falacioso; as sanções as inveracidades; as técnicas e os procedimentos para se obter a verdade; e o status das pessoas que irão julgar o que é a verdade”⁵⁴⁵.

Ou seja, a verdade é uma construção política e econômica que tem por objetivo manter a sociedade sob seu domínio. Para tanto, cria-se uma série de procedimentos visando ordenar a produção, regulação distribuição, circulação e funcionamento da colheita das verdades⁵⁴⁶.

Saber a verdade sobre o passado, além de ser um Direito Humano, é o correto tanto para as vítimas e seus familiares quanto para a sociedade. O direito à verdade tem tanto uma dimensão individual como coletiva. A Anistia Internacional define esse direito como⁵⁴⁷:

O direito à verdade é um direito de caráter coletivo que permite a sociedade ter acesso à informação essencial para o desenvolvimento dos sistemas democráticos e, por sua vez, é um direito

1980. p. 114.

⁵⁴⁵ Texto original: “The important thing here, I believe, is that truth isn't outside power, or lacking in power [...]. Truth is a thing of this world: it is produced only by virtue of multiple forms of constraint. And it induces regular effects of power. Each society has its regime of truth, its 'general politics' of truth: that is, the types of discourse which it accepts and makes function as true; the mechanisms and instances which enable one to distinguish true and false statements, the means by which each is sanctioned; the techniques and procedures accorded value in the acquisition of truth; the status of those who are charged with saying what counts as true.

⁵⁴⁶ NAQVI, jun. 2006.

⁵⁴⁷ ANISTIA INTERNACIONAL. **Verdad, justicia y reparación**: Creación de una comisión de la verdad efectiva. Junho, 2007. Disponível em:

<<http://www.amnistia.org.ar/sites/default/files/comisionesdelaverdad.pdf>>.

Acesso em: 15 mar. 2015. p. 5.

particular para os familiares e as vítimas, que permite uma forma de reparação [...]”⁵⁴⁸.

Esse direito à verdade surge como um direito jurídico em diversas jurisdições e assume formas distintas. Sua origem remonta ao direito das famílias de vítimas de conflitos armados saberem o que efetivamente aconteceu com seus familiares e buscarem essa verdade. Essa noção de direito à verdade passou a ser albergada pelos artigos 32⁵⁴⁹ e 33⁵⁵⁰ do

⁵⁴⁸ Texto original: “El derecho a la verdad es un derecho de carácter colectivo que permite a la sociedad tener acceso a información esencial para el desarrollo de los sistemas democráticos y a la vez un derecho particular para lo s familiares de las víctimas, que permite una forma de reparación [...]”.

⁵⁴⁹ Artigo 32: “**Princípio geral** - Na aplicação da presente secção, a actividade das Altas Partes Contratantes, das Partes no conflito e das organizações humanitárias internacionais mencionadas nas Convenções e no presente Protocolo é motivada, em primeiro lugar, pelo direito que as famílias têm de conhecer o destino dos seus membros”.

⁵⁵⁰ Artigo 33: “**Pessoas desaparecidas:** 1 - Desde que as circunstâncias o permitam, e o mais tardar a partir do fim das hostilidades ativas, cada Parte no conflito deve procurar as pessoas cujo desaparecimento tiver sido assinalado por uma Parte adversa. A citada Parte adversa deve comunicar todas as informações úteis sobre essas pessoas, a fim de facilitar as buscas; 2 - A fim de facilitar a recolha das informações previstas no número precedente, cada Parte no conflito deve, relativamente às pessoas que não beneficiem dum regime mais favorável em virtude das Convenções ou do presente Protocolo: a) Registrar as informações previstas no artigo 138.º da Convenção IV sobre as pessoas que tiverem sido detidas, presas ou de qualquer outra forma mantidas em cativeiro durante mais de duas semanas devido às hostilidades ou à ocupação, ou que tenham morrido durante um período de detenção; b) Na medida do possível, facilitar e, se necessário, efetuar a procura e registo de informações sobre essas pessoas se tiverem morrido noutras circunstâncias devido a hostilidades ou ocupação. 3- As informações sobre as pessoas cujo desaparecimento foi assinalado em aplicação do n.º 1 e os pedidos relativos a essas informações serão transmitidos diretamente ou por intermédio da Potência protetora, da Agência Central de Pesquisas do Comité Internacional da Cruz Vermelha, ou das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Quando essas informações não forem transmitidas por intermédio do Comité Internacional da Cruz Vermelha e da sua Agência Central de Pesquisas, cada Parte no conflito procederá de maneira que elas também sejam fornecidas à Agência Central de Pesquisas. 4- As Partes no conflito esforçar-se-ão por acordar sobre as disposições que permitam às equipas procurar, identificar e retirar os mortos nas zonas dos campos de batalha; estas disposições podem prever, em caso de necessidade, que essas equipas sejam acompanhadas por pessoal da Parte adversa quando desempenharem a sua missão nas zonas que

Protocolo Adicional de Genebra de 1949 e de 1977. Posteriormente foi ampliado esse conceito para as pessoas desaparecidas por circunstâncias políticas ou por períodos extensos de violência massiva Estatal⁵⁵¹.

E essa busca pela verdade é um dos preceitos da justiça de transição restaurativa, principalmente no que tange a reconciliação nacional. Desta feita, ao iniciar o processo transicional e sancionar a Constituição Interina sul-africana previu⁵⁵²:

Esta Constituição estabelece uma ponte histórica entre o passado de uma sociedade profundamente dividida caracterizada por uma rivalidade, conflito, sofrimento e injustiça indizível, e um futuro fundada no reconhecimento dos direitos humanos, da democracia e coexistência pacífica e desenvolvimento de oportunidades para todos os sul-africanos, independentemente da cor, raça, classe, credo ou sexo. A busca da unidade nacional, o bem-estar de todos os cidadãos sul-africanos e paz exigem reconciliação entre o povo da África do Sul e a reconstrução da sociedade⁵⁵³.

Desta forma, a justiça de transição, neste contexto representada pelo mecanismo da Comissão de Verdade e Reconciliação, presidida por Desmond Tutu, possuía dimensão pública de diálogo e reconhecimento, sendo instrumento de transição necessário à passagem do apartheid à democracia.

Para atingir os objetivos estabelecidos na constituinte interina, era necessário se obter a verdade para possibilitar a reconciliação, perpassando pelo perdão implementado pelo Comitê de Anistia⁵⁵⁴.

estiverem sob controlo dessa Parte adversa. O pessoal dessas equipas deve ser respeitado e protegido quando se consagrar exclusivamente a tais missões.

⁵⁵¹ NAQVI, jun. 2006.

⁵⁵² SOUTH AFRICA, 1993.

⁵⁵³ Texto original: “This Constitution provides a historic bridge between the past of a deeply divided society characterised by strife, conflict, untold suffering and injustice, and a future founded on the recognition of human rights, democracy and peaceful co-existence and development opportunities for all South Africans, irrespective of colour, race, class, belief or sex. The pursuit of national unity, the well-being of all South African citizens and peace require reconciliation between the people of South Africa and the reconstruction of society”.

⁵⁵⁴ VERAS, Viviane. Verdade em tradução: um testemunho da dor das palavras. In: **Trab. Ling. Aplic., Campinas**, n. 50, v. 2, p. 459-476, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tla/v50n2/14.pdf>>. Acesso em 29 jan.

Nessa senda, Viviane Veras⁵⁵⁵ descreve:

Instituída na África do Sul em julho de 1995, e estendendo-se (as sessões públicas) até agosto de 1997, a *Comissão de Verdade e Reconciliação* propõe a criação de uma memória coletiva, de uma história que terá sido escrita, não a ferro e fogo, mas nas línguas e pelas línguas de todos aqueles que viveram, sofreram e também sustentaram o *apartheid*. A busca da verdade sobre os excessos do passado é considerada uma etapa necessária para um processo de reconciliação nacional que evite o banho de sangue, a vingança, e instaure a paz civil. Dizer a verdade, toda a verdade, a *full disclosure*, é o que se exige de cada um que pede a anistia, que só será dada em casos de graves violações dos direitos humanos durante determinado período do *apartheid* – de 21 de março de 1960 (massacre de Sharpeville) a 10 de maio de 1994, data da eleição de Mandela, o primeiro presidente democrático do país. Na *Comissão*, trata-se, portanto, de uma anistia que repudia a amnésia, o esquecimento; uma anistia particular, nem coletiva nem automática, e é preciso demandá-la de acordo com os critérios da Comissão. O risco da injustiça é real e de viés, e “a anistia foi um preço alto”, diz a comissária Yasmin Sooka (2004, p. 340). Com relação aos relatos das testemunhas que sobreviveram a perdas, prisões e torturas, reconhece a importância de conhecer todos os detalhes de suas histórias, e chega mesmo a afirmar que “aprendemos muito com as vítimas, tomadas uma a uma em suas dores” (p. 340). Com relação aos pedidos de anistia, contudo, a comissária sublinha que muitos dos políticos que colaboraram com o regime do *apartheid* tomavam a *Comissão* como uma caça às bruxas, e o que os levava ao Comitê da Anistia não era o remorso ou o desejo de reconciliação, mas o interesse pessoal.

2016.
⁵⁵⁵ Ibidem.

Ademais, a Comissão de Verdade e Reconciliação não buscava a simples verdade, mas sim a *full disclosure*, especialmente nos casos de concessão de anistia. Essa perseguição era considerada uma etapa crucial para o processo reconciliação nacional, pois objetivava relevar as violações de Direitos Humanos encobertas pelo *apartheid* e pela colonialidade do poder.

Assim, no contexto sul-africano reconciliar incluía lidar com o passado, os crimes e as atrocidades cometidas e, ao mesmo tempo, como seria concedido o perdão. Essa dualidade foi enfrentada pela Comissão de Verdade e Reconciliação, porém foi um árduo trabalho de sopesamento de valores. O intuito de balanceá-los era harmonizar o transcorrido com o futuro⁵⁵⁶.

E isso era esperado porquanto as consequências do *apartheid* foram profundas, diversas e colocou um fardo pesado sobre as vítimas. A reconciliação dependia, assim, de outro fator: o da capacidade de se perdoar os perpetradores de crimes hediondos e aceitar as verdades por eles noticiadas.

Ou seja, ao se analisar o conflito existente na África do Sul, era evidente que ele era muito mais complexo, envolvendo múltiplos fatores do que somente a reconciliação: envolvia uma série de diferentes tipos de violência dos quais teriam que ser abordados e dados o devido tratamento. Dentro das divergências podem-se citar, dentre muitos outros, a violência estrutural generalizada, tais quais a imposição Estatal de determinadas condutas imposta por lei e as restrições territoriais de acesso aos serviços públicos, pautadas da raça/etnia⁵⁵⁷.

Podem-se ainda citar como conflitos tratados pela Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul a opressão, os ataques terroristas, as divergências intercomunitárias, a resistência armada das forças de libertação, dentre outros. Essas contendas tiveram que ser consideradas na hora de se estabelecer o mandato da Comissão, bem como no processo de reconciliação e desmitificação da verdade. Nas palavras de Hamber⁵⁵⁸, “a violência na África do Sul, como na maioria dos países, era multidimensional e de natureza diversa”⁵⁵⁹.

E isso desencadearia outro desafio, o que concernia o uso ideológico do discurso de reconciliação: teve que se construir o

⁵⁵⁶ INTERNATIONAL CRIMINAL COURT, mai-jun. 2010.

⁵⁵⁷ HAMBER, 1998.

⁵⁵⁸ Ibidem.

⁵⁵⁹ Texto original: “The violence in South Africa, as in most countries, was multi-dimensional and diverse in nature”.

significado de reconciliar⁵⁶⁰. Para a África do Sul, teria que se harmonizar o passado, os conflitos violentos que eclodiram, as violações de Direitos Humanos ocorridas, com a perspectiva futura de término da segregação. Para tanto, não se pode simplesmente apagar os acontecimentos, mas contrabalanceá-los.

Por essas razões pragmáticas, o mandato da Comissão de Verdade e a reconciliação sul-africana tiveram que ser reduzidos ao que se ficaram determinadas como graves violações de Direitos Humanos. Ou seja, a Comissão somente analisou os crimes de tortura, tratamentos degradantes a saúde, assassinato, homicídio e a sua tentativa, rapto e desaparecimento. Também precisou ser estabelecido um lapso temporal para análise dos crimes, que ficou fixado como o período compreendido entre março de 1960 a maio de 1994⁵⁶¹.

Para tanto, foi promulgado o ato 34 de 1995 – Promoção da Unidade Nacional e Reconciliação⁵⁶², que foi a legislação sul-africana a qual tinha por objetivo buscar a verdade para aquela população e estabelecia os parâmetros básicos de crimes a serem analisados, conceitos básicos foram delimitados como violadores e vítimas. Ela assim dispunha seus objetivos, todos intrinsecamente conectados à veracidade:

- 1) Os objetivos da Comissão são promover a unidade e a reconciliação nacional, num espírito de compreensão que transcende os conflitos e as divisões do passado visando:
 - (a) estabelecer uma imagem tão completa quanto possível das causas, da natureza e extensão das graves violações dos direitos humanos que foram cometidas durante o período de 01 de março de 1960 até a data de corte, incluindo os antecedentes, circunstâncias, fatores e de contexto de tais violações, bem como as perspectivas das vítimas e os motivos e as perspectivas das

⁵⁶⁰ INTERNATIONAL CRIMINAL COURT, mai-jun. 2010.

⁵⁶¹ HAMBER, op. cit.

⁵⁶² SOUTH AFRICA. **Promotion Of National Unity And Reconciliation Act 34 Of 1995.** 1995. Disponível em: <<http://www.justice.gov.za/legislation/acts/1995-034.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2014, p. 5.

pessoas responsáveis pela prática de violações, por condução de investigações e audições;

(b) facilitar a concessão de anistia a pessoas que fazem a divulgação completa de todos os fatos relevantes relativos a atos associados a um objetivo político e respeitem os requisitos da presente Lei;

(c) estabelecer e dar a conhecer o destino ou o paradeiro das vítimas e de restabelecimento da dignidade civil das referidas vítimas humana e concedendo-lhes a oportunidade de relatar suas próprias contas das violações de que são vítimas, e recomendando medidas de reparação em relação às mesmas;

[...]

(2) As disposições da subsecção (1) não deveram ser interpretadas como limitando o poder da Comissão para investigar ou fazer recomendações relativas a quaisquer questões com o objetivo de promover ou alcançar a unidade nacional e a reconciliação dentro do contexto da presente lei [...].⁵⁶³

⁵⁶³ Texto original: “(1) The objectives of the Commission shall be to promote national unity and reconciliation in a spirit of understanding which transcends the conflicts and divisions of the past by-(a) establishing as complete a picture as possible of the causes, nature and extent of the gross violations of human rights which were committed during the period from 1 March 1960 to the cut-off date, including the antecedents, circumstances, factors and context of such violations, as well as the perspectives of the victims and the motives and perspectives of the persons responsible for the commission of the violations, by conducting investigations and holding hearings; (b) facilitating the granting of amnesty to persons who make full disclosure of all the relevant facts relating to acts associated with a political objective and comply with the requirements of this Act;(c) establishing and making known the fate or whereabouts of victims and by restoring the human and civil dignity of such victims by granting them an opportunity to relate their own accounts of the violations of which they are the victims, and by recommending reparation measures in respect of them; [...] (2) The provisions of subsection (1) shall not be interpreted as limiting the power of the Commission to investigate or make recommendations concerning

Em outras palavras, desvendar as atrocidades cometidas, de diferentes perspectivas, pode facilitar o processo de compreensão do passado dividido, ao mesmo tempo em que aclarava as injustiças praticadas, ajudava a restaurar a dignidade das vítimas e possibilitava, aos perpetradores, ficarem em paz com os seus passados⁵⁶⁴.

E esse objetivo especial de obtenção da verdade foi consubstanciado por determinações tanto no Direito Internacional dos Direitos Humanos quanto pelo Tribunal Penal Internacional, como a Resolução 2005/66 da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas⁵⁶⁵, o Protocolo Adicional de 1977 e a Convenção de Genebra de 1949. Estes visavam obter muito mais que uma mera determinação de culpabilidade proferida pelos julgamentos criminais de alguns indivíduos: tinham como propósito restabelecer e manter a paz e o processo de reconciliação nacional⁵⁶⁶.

Assim, a verdade se sobrepunha à impunidade, albergando a prevenção da perpetuação de futuras violações de Direitos Humanos, a necessidade de satisfação das vítimas em verem seus direitos respeitados, até o isolamento, ou, em alguns casos, o exílio de atores políticos perigosos para a restauração da paz⁵⁶⁷.

Assim, uma das contribuições dessas comissões⁵⁶⁸:

A contribuição única de uma Comissão de Verdade é que ela tem o potencial de, se devidamente concebida e se devidamente constituído, de dar voz aos sem voz e capacitando aqueles que durante anos têm sido perseguidos e se tornado invisível. Apropriação nacional e da participação dos cidadãos são cruciais se uma Comissão de Verdade é para ser visto como legítimo e deve ter um foco especial em mulheres,

any matter with a view to promoting or achieving national unity and reconciliation within the context of this Act. [...]”.

⁵⁶⁴ SIMPSON, Graeme. A Brief Evaluation of South Africa's Truth and Reconciliation Commission: Some lessons for societies in transition. Paper written prior to the publication of the **TRC's Final Report**, October 1998.

⁵⁶⁵ A Resolução 2005/66 reconhece a importância de respeitar e garantir o direito à verdade para contribuir e acabar com a impunidade, promovendo e protegendo os direitos humanos.

⁵⁶⁶ NAQVI, jun. 2006.

⁵⁶⁷ Ibidem.

⁵⁶⁸ INTERNATIONAL CRIMINAL COURT, mai.-jun. 2010.

crianças e crianças-soldados, bem como outros grupos marginalizados⁵⁶⁹.

Frisa-se que não se concorda em ser a única contribuição da Comissão a supramencionada. Essa é uma visão muito simplista deste complexo mecanismo transicional. A Comissão, além de ouvir os excluídos, objetivava reconciliar a nação por meio da verdade. Pode-se abstrair e mencionar, ainda, que se tinha o escopo de decolonizar o pensamento da população por meio do reconhecimento das histórias dos excluídos.

E, para se ter a busca pela verdade, muitas comissões precisaram delimitar o que seria considerado como vítima, violação e violador de Direitos Humanos. Nessa perspectiva, Yasmin Naqvi⁵⁷⁰ traça os primeiros delineamentos:

[...] Como o devido processo, o direito à verdade surge depois cometer a violação de outros direitos humanos, e, aparentemente, é violada quando as autoridades não fornecem informação direta sobre a violação inicial, quer pela divulgação oficial ou a aparência que a informação na sequência de um julgamento, quer através de outros mecanismos que visa esclarecer a verdade⁵⁷¹.

Isto é, faz-se necessário estabelecer alguns parâmetros, como os existentes no devido processo legal, para poder se alcançar a verdade almejada. Com a Comissão de Verdade e Reconciliação sul-africana não

⁵⁶⁹ Texto original: “The unique contribution of a Truth Commission is that it has the potential if properly conceived and if properly constituted, of giving a voice to the voiceless and empowering those who for years have been persecuted and made invisible. National ownership and the participation of citizens are crucial if a Truth Commission is to be seen as legitimate and should have a special focus on women, children and child soldiers as well as other marginalized groups”.

⁵⁷⁰ NAQVI, jun. 2006. p. 6.

⁵⁷¹ Texto original: “Por lo tanto, en términos generales, en su origen, el derecho a la verdad se relaciona estrechamente con el concepto de la víctima de una violación grave de los derechos humanos. Al igual que las garantías procesales, el derecho a la verdad surge después de cometerse la violación de otro derecho humano, y aparentemente, es violado cuando las autoridades no proporcionan información particular sobre la violación inicial, sea mediante la revelación oficial de información o la aparición de esa información a raíz de un juicio, sea a través de otros mecanismos cuyo objetivo es esclarecer la verdad”.

foi diferente. O ato 34/1995 estabeleceu critérios para delinear vítima, violação e perpetradores. O capítulo 1 estabeleceu como perpetradores de Direitos Humanos⁵⁷²:

[...] Violação grosseira de Direitos Humanos: a violação dos direitos humanos diz respeito: (a) o assassinato, rapto, tortura ou graves maus-tratos de qualquer pessoa; ou (b) qualquer tentativa, conspiração, incitamento, instigação, ou comando de incitação a cometer um ato referido no parágrafo (a), [...] ⁵⁷³

Assim, somente poderiam ser consideradas como vítimas, na observância deste capítulo⁵⁷⁴, as pessoas que direta ou indiretamente sofressem essas violações de Direitos Humanos. Porém, ter um conceito delimitado pode acarretar perda de versões da verdade. Diz-se isso pois nem toda a população se enquadrava nesta definição, mas todos, em menor ou maior grau, sofreram as repercussões do *apartheid*.

Assim, a obtenção da verdade terá efeito simbólico na população. Diz-se isso porque é uma alternativa para agregar uma sociedade dividida, pois investiga e atribui responsabilidade aos violadores, ainda que a responsabilização fosse apenas representativa. Com isso

⁵⁷² SOUTH AFRICA, 1996. p. 3.

⁵⁷³ Texto original: “[...]gross violation of human rights' means the violation of human rights through-(a) the killing, abduction, torture or severe ill-treatment of any person;

or(b) any attempt, conspiracy, incitement, instigation, command or procurement to commit an act referred to in paragraph (a) , [...]”.

⁵⁷⁴ O capítulo ainda define como vítima: a) a pessoas que, individualmente ou em conjunto com uma ou mais pessoas, sofreu um prejuízo sob a forma de dano físico ou mental, sofrimento emocional, perda pecuniária ou substancial impedimento dos nos direitos humanos: (i) como resultado de uma violação grosseira dos direitos humanos; ou (ii) como resultado de um ato associado a um objetivo político para o qual tenha sido concedida anistia; b) pessoas que, individualmente ou em conjunto com uma ou mais pessoas, sofreu um dano na forma de dano físico ou mental, sofrimento emocional, perda pecuniária ou substancial impedimento dos direitos humanos, como resultado de tal pessoa intervir a favor das pessoas contempladas no parágrafo (a) que estavam em perigo ou para prevenir a vitimização de tais pessoas; e tais parentes ou dependentes das vítimas que possam ser estabelecidas. (SOUTH AFRICA, 1996. p. 4).

possibilitava a reconstrução da identidade nacional baseada na interpretação dos acontecimentos passados⁵⁷⁵.

A verdade, pode-se dizer, é um fator facilitador da manutenção da paz, pois, ao expô-la, a sociedade é capaz de prevenir as violações pretéritas. Ela também auxilia no processo de reconciliação por ser um dos vetores fundamentais da reunificação⁵⁷⁶.

Um dos pontos primordiais da obtenção da verdade é a reconstrução da identidade nacional fomentando a unidade do país por meio de diálogos sobre a história em comum⁵⁷⁷. E isso valora o processo de decolonização, pois a unificação da nação pelo reconhecimento das histórias que o construíram é uma possibilidade de se romper com a colonialidade do poder e com a imposição eurocentrista.

Diferentes perspectivas de construção da verdade pela África do Sul foram alcançadas com os comitês distintos que compunham a Comissão de Verdade e Reconciliação. Desta forma, buscou-se atingir a verdade por diversas fontes e formas. E, para abarcar o maior número de pessoas possível, foram instalados escritórios, com os comitês, em várias localidades do país, sendo os principais nas cidades de Cape Town, Johannesburg, East London e Durban⁵⁷⁸.

Evidentemente que esse processo possuía limitações, sendo uma delas o lapso temporal que a Comissão possuía para trabalhar – de 1995 a 1998. Outra restrição impactava diretamente a nação: a reconciliação iniciada pela Comissão deveria ser continuada pela população por meio de microprocessos. As diretrizes básicas de uma metodologia macro, política e coletiva de reconciliação haviam sido estabelecidas, cabendo aos interessados perpetuá-las⁵⁷⁹. E essa continuidade era essencial para o efetivo processo de decolonização.

Essa inclusão possibilitou a interação e o relacionamento entre a Comissão de Verdade e o público, dando credibilidade ao trabalho em desenvolvimento. E, devido a isso, o acesso e a obtenção da verdade

⁵⁷⁵ NAQVI, jun. 2006.

⁵⁷⁶ Ibidem.

⁵⁷⁷ Ibidem.

⁵⁷⁸ TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION. 1998.

⁵⁷⁹ HAMBER, Brandon; MOFOKENG, Tlhoki; SIMPSON, Graeme. Evaluating the Role and Function of Civil Society in a Changing South Africa: The Truth and Reconciliation Commission as a Case Study. Paper presented at **The Role of Southern Civil Organisations in the Promotion of Peace Seminar, DHR Seminar**. Hosted by the Catholic Institute for International Relations, London, 10 November 1997.

foram facilitados, dentro das devidas ressalvas, como resistência de alguns grupos étnicos⁵⁸⁰.

Nessa toada, afastou-se o esquecimento por ele poder ocasionar mais problemas do que a revelação da verdade. A não se prolatar a veracidade, encobrendo-se o passado, corre-se o risco de se manipular os interesses políticos e sociais da atualidade. Sobre o assunto, Thelen⁵⁸¹ ensina que “a luta pela posse e interpretação de memória está enraizada entre o conflito e jogo de interesses e valores sociais, políticos e culturais no presente”⁵⁸².

E essa interpretação da memória e da verdade é essencial para a descolonização. Diz-se isso pois tem que haver uma ressignificação das histórias locais valorizando os excluídos coloniais. Somente desta forma, dando-se voz aos oprimidos do sistema, é possível desestruturar a colonialidade do poder.

No contexto sul-africano, ouviram-se as vozes reprimidas, na tentativa de se unificar a história segregada pela colonização. A Comissão de Verdade e Reconciliação, para alcançar seus objetivos, precisava de engajamento social e político. A partir do instante em que a sociedade civil auxilia neste processo, a construção da verdade individual e coletiva é possível.

A Comissão de Verdade e Reconciliação teve um papel importante de ouvir as vítimas e suas verdades: a reconciliação necessária entre passado e futuro⁵⁸³. Assim, o lado oprimido e suprimido pelo *apartheid* foi escutado, desconstruindo o pensamento subalterno. Ou seja, iniciaram-se a valorização da população segregada, do saber popular que ela detinha, e, principalmente, das vozes nela contidas.

E esse pensamento subalterno foi desconstruído utilizando como base os argumentos das vítimas e sobreviventes que compareceram perante a Comissão de Verdade e Reconciliação. Dentre essas, foram ouvidas pessoas não só pela causa de filiação política e atividades desempenhas, mas também as que sofreram repressões de direitos consubstanciais em circunstâncias estruturais, tais quais o sexo, a

⁵⁸⁰ Ibidem.

⁵⁸¹ THELEN, David. Memory and American History. In: **Journal of American History**. n. 75, 1989, p.1127.

⁵⁸² Texto original: “The struggle for possession and interpretation of memory is rooted among the conflict and interplay of social, political, and cultural interests and values in the presente”.

⁵⁸³ HAMBER, 1998.

pobreza, a raça e a marginalização social generalizada⁵⁸⁴. Essas causas de violações humanitárias são baseadas na estrutura imposta pela colonialidade do poder e, por essa razão, eram necessárias serem tolhidas para inicializar o processo de decolonização.

É importante ressaltar que a Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul somente entrou em funcionamento porque havia um equilíbrio de forças, por isso, no processo de obtenção e construção da verdade e da lembrança que veio na sequência, foi desempenhado um papel significativo de paridade entre colonizados e colonizadores⁵⁸⁵.

Porém, a Comissão de Verdade e Reconciliação enfrentaria um grande obstáculo: devido à natureza de seu acordo de funcionamento, seria impossível instaurar inúmeros processos, seguindo assim o exemplo do comitê o qual estabelecia os mutirões de audiências para o maior número de pessoas possível.

Desta feita, além de se ter este comitê específico para as audiências de colhimento de testemunhos, foi necessária a criação de um comitê específico para se analisar a concessão de anistia aos perpetradores de Direitos Humanos⁵⁸⁶.

No que tange ao processo de concessão de anistia, o exemplo sul-africano foi peculiar. A oposição da África do Sul não detinha poder para negociar ou exigir processos de investigações individuais para os violadores de Direitos Humanos. Eles tiveram que aceitar o estabelecido tanto na Constituição Transitória, como no ato 34/1995, no que tange aos critérios anistiadores⁵⁸⁷.

Desta forma, a anistia – sendo orientada por critérios pré-fixados – foi possível concedê-la de forma na qual a verdade, tão almejada, fosse obtida. Assim, o ato 34/1995 estabelece como passível de anistia os crimes de natureza política. Cumulativamente, os violadores teriam que esclarecer, detalhadamente, os transcorrer dos fatos. Em essência, a verdade foi negociada pela justiça formal⁵⁸⁸.

⁵⁸⁴ HAMBER, 1998

⁵⁸⁵ Ibidem.

⁵⁸⁶ TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION. **Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report** – volume 1. South Africa, 1998.

⁵⁸⁷ HAMBER, Brandon; NAGENG, Dineo; O'MALLEY, Gabriel. "Telling It Like It Is...": Understanding the Truth and Reconciliation Commission from the Perspective of Survivors. In: **Psychology in Society (PINS)**, v. 26, 2000.

⁵⁸⁸ Ibidem.

Cabe explicar o conteúdo do ato 34 de 1995⁵⁸⁹, artigo 20, para se compreender como ficaram definidos os casos de possíveis concessões de anistia:

(2) Na presente lei, a menos que o contexto indique o contrário, será considerado ato associado a um objetivo político, qualquer ato ou omissão que constitua uma infração ou delito que, de acordo com os critérios do parágrafo (3), está associado a um objetivo político, e que foi aconselhado, planejado, dirigido, comandado, encomendado ou cometido dentro ou fora da República durante o período de 01 de março de 1960 até a data de corte, por:
[...]⁵⁹⁰

Isto é, somente são levadas a conhecimento do comitê de anistia as pessoas que tivessem cometido atos com os objetivos descritos em lei ou, em razão de sua função, executassem ordens que constituíam infrações ou delitos a direitos alheios – na sua maioria violações de Direitos Humanos.

Esse foi o caso de concessão de anistia a Mosiwa Meshack Popane, indiciado pelo assassinato de Nzimeni Abednego Mazwi e por tentativa de homicídio de Charles Mhlabiso⁵⁹¹. Colhe-se da sentença anistiadora que o acusado cometeu os crimes por razões políticas: as vítimas eram desertoras do partido South African Youth Congress (SAYCO)⁵⁹². No seu testemunho extrai-se⁵⁹³:

⁵⁸⁹ SOUTH AFRICA, 1995. p. 14.

⁵⁹⁰ Texto original: “(2) In this Act, unless the context otherwise indicates, 'act associated with a political objective' means any act or omission which constitutes an offence or delict which, according to the criteria in subsection (3), is associated with a political objective, and which was advised, planned, directed, commanded, ordered or committed within or outside the Republic during the period 1 March 1960 to the cut-off date, by [...]”.

⁵⁹¹ Nzimeni Abednego Mazwi e Charles Mhlabiso faziam parte do partido South African Youth Congress (SAYCO). Durante o regime apartheid, era considerado desertor quem saísse do partido e colocasse em risco a confidencialidade dos crimes que eram cometidos. Desta forma, quem desertasse era punido com morte, muitas vezes não só sua, mas de toda a sua família.

⁵⁹² TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION. **Amnesty Committee** – decision AM 1288/96. South Africa, 1996. Disponível em:

[...] A maneira como elas estavam agindo me fez suspeitar que talvez o falecido estivesse dentro da casa. Elas estavam olhando assustado. A esposa do falecido tirou as roupas e, em seguida, ele disse que eu não devia falar, ela iria me dar. [...] Como membro disciplinado eu sabia que eu não deveria ter relações sexuais com ela. Fui direto para o guarda-roupa, em seguida, abri o guarda-roupa e depois puxei-o para fora. Seus olhos quando elas estavam falando comigo estavam me mostrando que havia algo no guarda-roupa, então eu fui diretamente para o guarda-roupa, então eu o puxei para fora do guarda-roupa. Eles tentaram argumentar comigo, a esposa exposta suas coxas, de modo que eu deveria apenas ficar em silêncio, porque os companheiros estão com raiva e eles podem matar seu marido. Então eu tomando-o pela mão e gritei, então eu gritei para os companheiros que a pessoa que estávamos procurando estava aqui, que ele é um mentiroso [...] Em seguida, eles o levaram para fora da casa, é então que ele começou a ser agredido por outros camaradas, alguns deles eram o companheiro Andrew Moloto, o camarada Rangamanju, o camarada Bulelane, o camarada Coloma, camarada Charlie, o camarada Albie Fasie. Quando ele saiu da casa, ele já havia sido agredido. [...]. Quando eles ainda estavam atacando ele, aqueles que já expliquei sobre, camarada Frans estava portando uma faca na mão e camarada Bulelane também estava com uma faca na mão. Eles o esfaquearam no pescoço. [...]. Depois que outras pessoas vieram com suas pedras bater nele⁵⁹⁴.

<http://www.justice.gov.za/trc/decisions/1997/970123_popane.htm>. Acesso em 29 jan. 2016.

⁵⁹³ Ibidem.

⁵⁹⁴ Texto original: “[...] The way they were acting they were acting suspicious to show me that maybe the deceased is inside the house. They were looking frightened. The wife of the deceased took off the clothes and then he said he should not talk, she will give me. She took off her clothes that I should tell other comrades. As a disciplined member I knew that I didn't come here to have sex with her. I went straight to the wardrobe then opened the wardrobe and then

Em razão da sua total revelação dos fatos, da verdade sobre a morte e a tentativa de homicídio das vítimas, Sr. Popene foi agraciado pela anistia, em atenção ao artigo 18 do ato 34 de 1995. Observa-se na transcrição do testemunho a riqueza de detalhes e a sequência de atos, violadores de Direitos Humanos, consubstanciando a unificação da história sul-africana.

Inúmeros foram os casos semelhantes de concessão, como são observadas as estatísticas publicadas no relatório da Comissão de Verdade e Reconciliação (Quadro 1):

Quadro 1 - Resumo das concessões de anistia até 01 de nov. 2000⁵⁹⁵.

STATUS	01.03.2000	01.07.2000	01.11.2000
Concedidas/recusadas	29	35	54
Sem status	26	24	NIL
Duplicada	32	32	37
Agendada	136	144	88
Desistências	167	210	248
Decisões	243	292	302
Câmara	263	194	142
Passíveis de serem ouvidas	284	94	NIL
Concedidas	643	766	849
Recusadas	5.289	5.321	5.392
Total	7.112	7.112	7.112

pick him out. Their eyes when they were talking with me, they were showing me that there is something in a wardrobe, then I went directly to the wardrobe, then I took him off the wardrobe. They tried to plead with me, the wife exposed her thighs, so that I should just keep silent, because the comrades are angry they may kill her husband. Then I took him by the hand then I shouted, then I shouted at the comrades that the person they are looking for, here is he, who is a liar. [...] Then they took him off outside the house, it is then that he started being assaulted, then other comrades came again, some of them were comrade Andrew Moloto, Comrade Rangamanju, Comrade Bulelane, Comrade Coloma, Comrade Charlie, Comrade Albie Fasie. When he went out of the house he was assaulted already. [...] When they were still assaulting him, those which I have already explained about, Comrade Frans was having a knife in his hand and Comrade Bulelane also was having a knife in his hand. They stabbed him on the neck. At the time he was powerless and then Comrade Bulelane were the ones who finished him off. After that other people came with their stones and hitting him”.

⁵⁹⁵ TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION. **Amnesty Hearings and decisions.** South Africa, 2000. Disponível em: <<http://www.justice.gov.za/trc/amntrans/index.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

O quadro anteriormente mencionado mostra que a anistia não foi amplamente concedida. Houve casos de recusa ao pedido, de desistência, de ações duplicadas e sem status. Do número total de solicitações, a porcentagem de concessão foi relativamente baixa: 9% (nove por cento) em março de 2000, 10,77% (dez vírgula setenta e sete por cento) em agosto de 2007 e 11,9% (onze vírgula nove por cento) em novembro de 2000.

Por esses números, percebe-se a importância da anistia para a construção histórica e para a reconciliação da África do Sul. Frisa-se o baixo número de concessões de anistia porquanto os testemunhos colhidos não eram suficiente detalhados ou não se enquadravam no ato 34 de 1995.

Era importante, para a construção da história da nação e para se deter a verdade rica em detalhes, o depoimento dos agressores de Direitos Humanos. A anistia foi o modo encontrado para essa colaboração. E sua essencialidade está pautada na ameaça de se obscurecer uma verdade maior de subjugação sistemática, dos motivos da escravidão, da opressão racial e da exploração secular⁵⁹⁶.

Outra importante contribuição do processo anistiador foi a atenção dada às violações cometidas em razão do gênero. Muitas mulheres suportaram durante os anos de *apartheid* opressão, remoções forçadas de seus familiares, prisões, atos de violências sistemáticas, abusos sexuais e foi possível, ainda que singelamente, dar desfecho a algumas dessas histórias.

A anistia ainda requeria a observância de outros critérios para ser concedida, sendo o mais importante a revelação sobre a verdade dos atos cometidos. Incentiva-se, assim, a mesma troca das vítimas: contar os fatos em sua veracidade para se consolidar uma história passível de ser unificada⁵⁹⁷.

Esse modo de gestão do passado, sem se encobrir os fatos praticados pelas antigas autoridades locais, pode ser considerada uma tentativa inicial de decolonialização da África do Sul. Porém esse experimento não conseguiu, de forma ampla, romper com a colonialidade do poder. Diz-se isso pois o ato 34 – de promoção da unidade nacional – restringiu demasiadamente a definição de vítima e de violador. Com isso, questões estruturais de vitimização não foram

⁵⁹⁶ HAMBER, 1998.

⁵⁹⁷ Ibidem.

abordadas, albergando um número insuficiente dos chamados beneficiários e vitimados do sistema *apartheid*⁵⁹⁸.

Com isso, uma expressiva parcela populacional continuou excluída das políticas públicas estatais. Para elas, as histórias contadas e reveladas não se enquadravam na realidade por elas vivenciadas. Também persistiam os problemas segregacionistas, de suprimir liberdades educacionais e de saúde. Para essas pessoas, a colonialidade do poder perseverava dentro do Estado Democrático.

Sobre a maior necessidade de integração populacional para atingir a satisfação das vítimas e sobre as estratégias utilizadas pela África do Sul, dispõe Brandon Hamber⁵⁹⁹:

Claramente, para revelar a verdade e fazer futuras recomendações sobre como corrigir o passado, e satisfazer as necessidades das vítimas, não é suficiente. Este processo tem de ser integrado em estratégias de mudança institucional. A verdade por amor da verdade pode ser inútil. Além disso, as iniciativas criativas são necessárias que crescem fora do contexto político em questão. Seria um erro para qualquer país para começar com o modelo sul-africano (como que é o mais contemporâneo) e estruturar o seu processo de recuperação da verdade em torno disso. Ao contrário, deve primeiro explorar métodos indígenas e contextuais, que podem ou não podem ser construídas sobre outras experiências. Métodos diferentes para lidar com o passado estão em um constante estado de fluxo e sob experimentação. Um método não deve ser anunciado como um ícone, embora isso não nega o fato de que importantes lições podem ser aprendidas através do estudo comparativo⁶⁰⁰.

⁵⁹⁸ Ibidem.

⁵⁹⁹ HAMBER, 1998.

⁶⁰⁰ Texto original: “Clearly, to reveal the truth and make future recommendations about how to redress the past, and meet the needs of victims, is not enough. This process has to be integrated into strategies for institutional change. Truth for truth’s sake can be pointless. In addition, creative initiatives are needed that grow out of the political context under consideration. It would be a mistake for any country to begin with the South African model (as that is the most contemporary) and structure their truth recovery process around that.

Era necessário, então, consolidar uma prática que possibilitasse a obtenção da verdade, ao mesmo tempo em que integrasse a construção da história sobre novas bases. Bases essas esquecidas ou suprimidas pelo tempo que, no contexto sul-africano, seriam os indígenas que ali viviam antes dos colonizadores e da população segregada.

O método instituído pelo ato 34/1995 não foi o melhor nem o mais abrangente, mas foi a alternativa encontrada na época para lidar com o passado da África do Sul.

Após a análise da construção da verdade pela Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul, a contribuição para se romper com a colonialidade do poder e o início do processo de decolonização serão feitos, no tópico subsequente, breves apontamentos das críticas feitas a esse modelo e os aprimoramentos que podem ser realizados por futuras Comissões de Verdade.

3.5 CRÍTICAS À COMISSÃO DE VERDADE E RECONCILIAÇÃO – UM PROCESSO DE DECOLONIZAÇÃO INACABADO

A busca pela verdade acarretou uma dupla responsabilidade à Comissão: proporcionar um espaço onde as vítimas pudessem compartilhar suas histórias e ao mesmo tempo garantir o devido processo legal aos supostos agressores⁶⁰¹. Esse cuidado com o tolhimento dos testemunhos de ambos os lados tomou um tempo exacerbado da Comissão, acarretando a restrição no número de pessoas a serem ouvidas.

Isso ainda foi agravado pelo tempo estabelecido por lei para o processo de investigação da verdade por meio da justiça de transição, mais especificamente pela Comissão de Verdade e Reconciliação. Esse conflito intrínseco durante o mandato (o lapso temporal estabelecido para se realizar os trabalhos e a vasta população que precisava ser ouvida) fez com que a desconfiança da população se perpetuasse: elas não seriam escutadas e suas histórias ficariam esquecidas.

Em determinados casos, a revelação das atrocidades cometidas exacerbou a segregação existente anteriormente, uma faceta que a

Rather, one should first explore indigenous and contextual methods, which may or may not be built on other experiences. Differing methods for dealing with the past are in a constant state of flux and under experimentation. One method should not be heralded as an icon, although this does not negate the fact that important lessons can be learned through comparative study”.

⁶⁰¹ TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION, 2000.

Comissão não havia previsto. Podem-se citar, por exemplo, integrantes pertencentes às forças estatais agraciados pela anistia e outros que tiveram seu pedido negado.

Na comunidade de Johannesburgo, ao se revelar quem era o delator de pessoas fugitivas para as autoridades governamentais, houve retaliação com a família do delator. Esses são alguns casos dentre muitos outros⁶⁰².

Outro fator complicador foi a definição dada para negro, bem como para africano. Sobre isso o relatório da Comissão⁶⁰³ assim elenca:

A partir do final dos anos 1960 e 1970, o Movimento da Consciência Negra inicia a campanha para o uso da palavra negro para descrever todos aqueles definidos como diferente do branco. No entanto, isso não era de forma universalmente aceita e muitos membros do chamado grupo negro ainda preferiam ser descrito como colorido, indiano e assim por diante. Outro debate surge em torno do termo africano. Será que isso pode referir-se apenas aos africanos negros? O debate não é realmente capaz de ser resolvido. Geralmente, neste relatório, os africanos negros são referidos como os africanos. Pessoas coloridas, pessoas de origem indiana ou asiática e pessoas brancas são referidas como tal. Sem desrespeito destina-se a qualquer grupo ou perspectiva política. É simplesmente impossível escrever uma história da África do Sul sem cometer qualquer erro de um lado ou de outro do argumento⁶⁰⁴.

⁶⁰² HAMBER; MOFOKENG; SIMPSON, 1997.

⁶⁰³ TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION, op. cit, p. 3.

⁶⁰⁴ Texto original: "From the late 1960s and 1970s, the Black Consciousness Movement campaigned for the use of the word black to describe all those defined as other than white. However, this was by no means universally accepted and many members of the so-called black group still prefer to be described as coloured, Indian and so on. Another debate arises around the term African. Does this or can this refer only to black Africans? The debate is not really capable of being resolved. Generally in this report, black Africans are referred to as Africans. Coloured people, people of Indian or Asian origin and white people are referred to as such. No disrespect is intended to any group or political perspective. It is simply impossible to write a history of South Africa

Diante disso, percebe-se que não só definir o nacional sul-africano era um problema, mas elucidar quem era africano e possuí tal sentimento era trabalhoso. E essa vicissitude era em decorrência da colonialidade do poder e a sua necessidade em valorizar o europeu. Ser enquadrado em outra categoria racial/étnica era ultrajante e causava essa desconexão entre a própria nação – de conseguir ser preciso com os termos branco ou negro, europeu ou africano.

Outra crítica elencada no relatório final da Comissão de Verdade e Reconciliação foi ao Comitê de Anistia, o qual deixou muito indivíduos severamente frustrados e confusos sobre o processo da Comissão de Verdade e Reconciliação. Isso se desencadeou devido à falha de comunicação entre as autoridades responsáveis e a população sobre o procedimento de concessão de anistia e seus meandros⁶⁰⁵. Para uma parcela populacional, os violadores deveriam ser julgados e punidos pelos crimes cometidos e a revelação da verdade era pouco diante das atrocidades do passado.

No próprio relatório publicado pela Comissão de Verdade há a admissão que o Comitê de Anistia não conseguiu completar as responsabilidades estatutárias que lhe foram impostas. Uma das razões para tanto foi o elevado número de pedidos de anistia e a dificuldade de investigação. Até o final do prazo estabelecido foram recebidos 7.127 pedidos de anistia. A limitação temporal estabelecida pelo ato 34/1995 causou este asoeramento, acarretando uma ementa legislativa de dilatação do prazo de apuração das anistias e confecção do relatório final⁶⁰⁶.

Ademais, as repercussões políticas do Comitê de Reparações e Reabilitação ficaram sem resolução, necessitando ser trabalhadas, atualmente, pelas organizações não governamentais, igrejas e grupos da sociedade civil. Diz-se isso pois foram amplos os questionamentos da população sobre os critérios não transparentes de concessão e as razões de determinadas pessoas receberem e outras não. Também se indagou o propósito da reabilitação individual e não coletiva, dentre outras perguntas⁶⁰⁷.

Outra crítica admitida por consultores de justiça transicional independente e pelos responsáveis pelo processo de justiça de transição foi a limitação para a elaboração do relatório final. Dentre elas,

without erring on one side or another of the argument”.

⁶⁰⁵ HAMBER; MOFOKENG; SIMPSON, 1997.

⁶⁰⁶ TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION, 2000.

⁶⁰⁷ HAMBER; MOFOKENG; SIMPSON, 1997.

destacam-se a extensão do mandado da Comissão e a quantidade de disposições legais que deveriam ser observadas⁶⁰⁸.

No tocante à confecção do relatório final da Comissão de Verdade e Reconciliação, a crítica diz respeito à forma em que foram agrupadas as informações colhidas: em vez de elaborar um relatório em conjunto, cada comissário (que já era responsável por um comitê) ficou encarregado de descrever as particularidades e os acontecimentos no âmbito do seu comitê. Em razão disso, houve discrepâncias de metodologia na escrita e na composição textual. Essas diferenças foram pontificadas e criticadas⁶⁰⁹.

Aqui, não se levou em consideração o empenho de cada comissário em ser fiel às informações colhidas e às responsabilidades por eles desempenhadas. O que se visava era um relatório no qual houvesse uma coerência textual metodológica, e não o que era importante, verdadeiramente, com o conteúdo ali descrito. Assim, afirma-se que não se almejava romper com a colonialidade do poder e iniciar o processo de decolonização, acalmando a população com um documento que, até certo ponto, contava as suas histórias.

Com isso, percebe-se que a transição sul-africana não foi perfeita. Também não atingiu todos os seus objetivos de reconciliar a nação e de pacificá-la. Porém serviu para iniciar um processo de decolonização do pensamento, de ruptura com a colonialidade do poder que se estenderá por alguns anos. E isso é um trabalho que deverá ser perseguido para, eventualmente, no futuro se alcançarem os objetivos estabelecidos pela Comissão.

Essa experiência sul-africana de tratamento da verdade, de reconciliação e pacificação deve ser tomada, apesar de suas críticas, como uma tentativa válida de justiça de transição, aprimoramento de seus mecanismos e decolonização diante do que foi exposto neste capítulo.

⁶⁰⁸ TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION, op. cit.

⁶⁰⁹ Ibidem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A justiça transicional é implementada pós-conflitos e violações sistemáticas de Direitos Humanos para alcançar a paz por meio de um processo de pacificação. Ela lida com as mudanças políticas por meio de mecanismos próprios, como tribunais e Comissões de Verdade, para obter uma resposta às violações sistemáticas e generalizadas de Direitos Humanos, salvaguardando as vítimas e promovendo a paz e a democracia. Ou seja, é uma justiça adaptada a sociedades em transformações: de segregacionistas para democráticas.

A África suportou um amplo período de colonização devido aos interesses europeus, ou seja, em razão da colonialidade do poder passou a conviver com diversas formas de racismo e hierarquizações sociais baseadas no eurocentrismo.

Essa hierarquização foi implementada nas colônias e isto foi possível porque o universo de crenças e comportamentos dos colonizados foi tão incompreensível aos colonizadores que houve uma negação da cultura local e a imposição de novos valores. E a negação das práticas, por excelência, causa da exclusão de seus praticantes.

A hierarquização ainda causa segregação na própria sociedade e estabelece critérios para compor a “casta”. Na África apenas os brancos, com traços europeus, eram dignos do status de cidadão, sendo que os demais eram considerados inferiores. Essa separação da própria população em raças causou a propagação do colonialismo externo na esfera interna.

O problema de pesquisa formulado para balizar este estudo foi: “a justiça de transição auxiliou o processo de ruptura com a colonialidade do poder e implementação da decolonialidade, por meio da construção da verdade pela Comissão de Verdade e Reconciliação, na África do Sul?”. Pela análise deste estudo, pode-se concluir que a transição sul-africana não foi perfeita. Também não atingiu todos os seus objetivos de reconciliar a nação e de pacificá-la. Porém serviu para iniciar um processo de decolonização do pensamento, de ruptura com a colonialidade do poder que ainda não está concluído. Este processo deve ser contínuo, até que em um futuro os objetivos estabelecidos pela comissão sejam alcançados.

A hipótese que direcionou este estudo foi: a justiça de transição sul-africana iniciou o processo de ruptura com a colonialidade de poder e iniciou a decolonização ao implementar a Comissão de Verdade e Reconciliação. Ao desvendar a verdade, possibilitou romper com práticas segregacionistas coloniais, porém não houve o esgotamento

deste processo de construção da verdade sobre o passado e de rompimento com os elos da colônia, ao contrário: em alguns casos, o conhecimento da veracidade sobre os fatos praticados separou, ainda mais, as comunidades.

E, nesse intercruzamento de pensares, da justiça de transição, decolonialidade, decolonização e colonialidade do poder, foi possível confirmar a hipótese norteadora desta pesquisa. Ressalva-se que não foram encontrados registros de utilização da decolonialidade neste tipo de análise, justificando o ineditismo desta pesquisa.

Ainda, se reforça a comprovação da hipótese nos seguintes argumentos: ao buscar a verdade pela Comissão sul-africana, iniciou-se o processo de ruptura com a colonialidade do poder, ou seja, promoveu-se a cessação da supressão e a destruição da cultura dos povos locais. Houve o incentivo de formas de pensamentos autônomos e distintos daqueles impostos pelos colonizadores.

A perversidade da colonialidade do poder, implementada na África, foi desestruturada com o início do processo de ruptura do *apartheid* e sua ideologia, que era pautada na superioridade racial.

Um dos objetivos da justiça de transição sul-africana foi pôr um fim na hierarquização étnico-racial, em uma tentativa de unificar a população.

A Comissão de Verdade e Reconciliação foi o mecanismo selecionado da justiça de transição implementado na África do Sul. Auxiliou o processo de ressignificar a modernidade, por construir uma nova história baseada no depoimento de todos os interessados. Foram escutados violadores de Direitos Humanos, militares, políticos, vítimas de abusos e outras pessoas afetadas pelo regime segregacionista.

Apesar dos esforços da comissão, o processo não foi completo. O conhecimento da verdade, em algumas situações específicas, provocou mais separação nas comunidades.

Ademais, essa realidade de ruptura e superação da hierarquização étnico-racial ainda não é totalmente vivenciada pelos sul-africanos. Notícias atuais, vinculadas nas mídias sul-africanas e mundiais, demonstram que a segregação racial subsiste, desencadeando conflitos internos.

A África do Sul ainda possui um longo trajeto a ser percorrido até se obter a decolonialidade por completo, a qual foi alavancada pela justiça de transição.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, P.; GENRO, T. **Os direitos da transição e a democracia no Brasil**: estudos sobre Justiça de Transição e Teoria da Democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ÁFRICA DO SUL. **Parlamento**. 1995, p. 2-3. Disponível em <<http://www.justice.gov.za/legislation/acts/1995-034.pdf>>. Acesso em 03 nov. 2015.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Verdad, justicia y reparación**: Creación de una comisión de la verdad efectiva. Junho, 2007. Disponível em: <<http://www.amnistia.org.ar/sites/default/files/comisionesdelaverdad.pdf>>n . Acesso em: 15 mar. 2015. p. 5.

ARTHUR, P. Como as “transições” reconfiguraram os direitos humanos: uma história conceitual da justiça de transição. In: REÁTEGUI, F. **Justiça de Transição**: manual para a América Latina. Brasília; Nova York: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

BASTOS, L. E. A. F. As reparações por violações de direitos humanos em regimes de transição. In: **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Brasília: Ministério da Justiça, n. 1, jan./jun. 2009, p. 228-249.

BAPTISTA, A. F. **Guia do Mundo 2000-2001**. Lisboa: Trinova, 2001.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, Brasília: maio/ago 2013, p. 89-117.

BERNARDINO-COSTA, J. Colonialidade do Poder e Subalternidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. In: **Revista Brasileira do Caribe**, Goiânia, v. VII, n. 14, p. 311-345, 2007. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Z2UWoe7H9zsJ:www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/download/2447/490+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 20 out. 2015. p. 315.

BOAHEN, A. A. A África diante do desafio colonial. In: _____. (ed). **História Geral da África VII**: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 8. ed., 2. v. Brasília: UNB, 1985.

BOFF, R. B. **IIRSA e a (de)colonialidade do poder**. 14 maio 2015. 184 f. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Socioeconômicas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Florianópolis, 14 maio 2015.

BRAGA, P. de R. S. **A rede de ativismo transnacional contra o *apartheid* na África do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 4.388**, de 25 de setembro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm>. Acesso em 15 set. 2015.

BRITO, A. B. de. Justiça transicional e a política da memória: uma visão global. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Brasília: Ministério da Justiça, n.1, jan./jun. 2009, p. 56-83. Disponível em: <<http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/2009RevistaAnistia01.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2015.

BRUNSCHWIG, H. **A patilha da África negra**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CANÊDO, L. B. **A descolonização da Ásia e da África**: processo de ocupação colonial, transformações sociais nas colônias, os movimentos de libertação. São Paulo: Atual, 1985. p. 13-14.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. 7. reimp. Coimbra: Almedina, 2000.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

CINTRA, A. O. **As comissões de verdade e reconciliação**: O caso da África do Sul. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

CORRÊA, M. D. C. **Memória e justiça de transição**: um estudo à luz da filosofia de Henri Bergson. 2013, 288p. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-07022014-074905/pt-br.php>>. Acesso em 15 nov. 2014.

CRONJÉ, G. The mind of *apartheid*. In: **Social Dynamics Journal**, v. 17, issue 1, june 1991. Disponível em: <<http://www.freepaperdownload.us/1506/Article1319023.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

CUYA, E. Justiça de transição. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, jan./jun. 2011, p. 37-78. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/37>>. Acesso em: 22 out. 2014.

DEVÉS VALDÉS, E. **O pensamento africano Sul-Saariano**. Conexões e paralelos com o pensamento Latino-Americano e o Asiático (um esquema). São Paulo: CLASCO – EDUCAM, 2008.

DIARRA, S. Geografia Histórica: aspectos físicos. In: KI-JERBO, J. **História Geral da África I: metodologia e pré-história da África**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

ELSTER, J. **Closing the books**: transitional justice in historical perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. **Rendición de cuentas**: la justicia transicional en perspectiva histórica. Tradução de Ezequiel Zaidenweg. Buenos Aires: Katz, 2006.

FERNANDES, C. V. **Justiça de Transição e as Comissões de Verdade: uma análise das experiências Sul-Africana e Brasileira**. In: EILBAUM, Lucia; LEAL, Rogério Gesta; MEYER, Samantha Ribeiro. **Justiça de Transição: verdade, memória e justiça**. Florianópolis: FUNJAB, 2012, p. 188. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/publicacao/uff.php>>. Acesso em: 10/11/2014.

FILIPPE, A. M. O Processo de Reconciliação na África do Sul. In: **Publicação do Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais – CIARI**, 2004. Disponível em: <http://www.ciari.org/investigacao/processo_reconciliacao_africa_sul.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2014.

FOUCAULT, M. **Power/Knowledge: Selected Interviews and Other**

Writings 1972–1977. In: Colin Gordon (Ed.). **Harvester Wheatsheaf**, Londres, 1980. p. 114.

GROSFOGUEL, R. Desenvolvimentismo, Modernidade e Teoria da Dependência na América Latina. **REALIS – Revista de Estudos Antiutilitaristas e Póscoloniais**, v. 3, n. 2, 2013. p. 54.

_____. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Souza; Menezes, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 55-56.

_____. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, 2008, p. 115-147, p.126.

_____. The Epistemic Decolonial Turn: Beyond Political-Economy Paradigms. In: **Cultural Studies**, n. 21, March/May 2007, p. 203-246.

_____. **Descolonizando Los Universalismos Occidentales: El Pluri-Versalismo Transmoderno Decolonial Desde Aimé Césaire Hasta Los Zapatistas**. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (Ed.). El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. 21. ed. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 63-78.

HAMBER, B. Dr Jekyll & Mr Hyde: Violence and transition in South Africa. In: BORNMAN, E.; VAN EEDEN, R.; WENTZEL, M. (Ed.). **Violence in South Africa**. p. 349-370. Pretoria: Human Sciences Research Council, 1998.

HAMBER, B.; KIBBLE, S. From Truth to Transformation: The Truth and Reconciliation Commission in South Africa. In: **Catholic Institute for International Relations Report**, February 1999. Disponível em: <<http://www.csvr.org.za/archive/index.php/component/content/article/1714-from-truth-to-transformation-the-truth-and-reconciliation-commission-in-south-africa.html>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

HAMBER, B.; NAGENG, D.; O'MALLEY, G. "Telling It Like It Is...": Understanding the Truth and Reconciliation Commission from the Perspective of Survivors. In: **Psychology in Society (PINS)**, v. 26, 2000.

HAMBER, B.; MOFOKENG, T.; SIMPSON, G. Evaluating the Role and Function of Civil Society in a Changing South Africa: The Truth and Reconciliation Commission as a Case Study. Paper presented at **The Role of Southern Civil Organisations in the Promotion of Peace Seminar**, DHR Seminar. Hosted by the Catholic Institute for International Relations London, 10 November. Disponível em: <<http://www.csvr.org.za/archive/index.php/component/content/article...f-rica-the-truth-and-reconciliation-commission-as-a-case-study.html>>. Acesso em: 10 nov 2014.

HARRIS, B. **Spaces of violence, places of fear: Urban conflict in post-apartheid South Africa**. Paper presented on the *Conflicts and Urban Violence* panel, Foro Social Mundial Temático, Cartagena, Colombia, 16-20 June 2003. Disponível em: <<http://www.csvr.org.za/docs/urbansafety/englishspaces.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2015.

HAYNER, P. B. Fifteen truth comission – 1974 to 1994: a comparative study. **Quartely Human Rights**, v. 16, n. 4, 1994, p. 597-655. Disponível em: <<http://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/hurq16&div=36&id=&page=>>>. Acesso em 30 jun. 2015.

_____. Comisiones de la verdad: resumen esquemático. **International Review of the Red Cross**, n. 862, jun. 2006. Disponível em: <http://www.icrc.org/spa/assets/files/other/irrc_862_hayner.pdf>. Acesso em 7 set. 2015.

HAZAN, P. Medir el impacto de las políticas de castigo y de perdón: en favor de una evaluación de la justicia de transición. **International Review of the Red Cross**, n. 861, mar. 2006, p. 1-30. Disponível em: <https://www.icrc.org/spa/assets/files/other/irrc_861_hazan.pdf>. Acesso em 15 mar. 2015.

HERNANDES, L. L. **A África na sala de aula**. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Summus, 2008.

HUNTINGTON, S. P. Democracy`s third wave. **Journal of Democracy**, Washington, volume 2, n. 2, p. 12-34, spring 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Mapa África do Sul**. Disponível em: <<https://zoomafrica.files.wordpress.com/2011/06/mapa1.png>>. Acesso em: 5 out. 2015.

INTERNATIONAL CENTER FOR TRANSITIONAL JUSTICE. **What is Transitional Justice?** Disponível em <<http://ictj.org/sites/default/files/ICTJ-Global-Transitional-Justice-2009-English.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **Review Conference of the Rome Statute.** Kampala, Uganda, maio-jun. 2010. Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/ASP9/OR/RC-11-ENG.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

JONGE, K. de. **África do Sul, *apartheid* e resistência.** São Paulo: Cortez, 1991.

JUNIOR, L. M. P. B.; CAMPOS, T. Y. G. Entre a justiça retributiva e restaurativa: fragmentos em torno do debate da justiça de transição. In: **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, Ministério da Justiça, n. 2, jul./dez. 2009, p. 292-320.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: _____. (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LENTZ, R. A justiça transicional entre o institucionalismo dos direitos humanos e a cultura política: uma comparação do Brasil com o Chile e a Argentina (1995-2006). In: SILVA FILHO, J. C. da. **Justiça de Transição no Brasil: violência, justiça e segurança.** Porto Alegre: PUC-RS, 2012. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0225-1.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

LUZ, N. Os sul-africanos precisam de reconciliação na busca pela igualdade – diz antropólogo. In: **Por dentro da África**, abril 27, 2013. Disponível em <<http://www.pordentrodaafrica.com/ciencia/os-sul-africanos-precisam-se-reconciliar-em-busca-da-igualdade-diz-antropologo-na-comemoracao-do-dia-da-liberdade>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

M'BOKOLO, E. **África negra: história e civilizações.** São Paulo: UFBA; Casa das Áfricas, 2009.

MATUMONA, Muanamosi. **A ideia de nação em África: etnia ou estado moderno?** Disponível em: <<http://estudosculturais.com/congressos/europe-nations/pdf/0088.pdf>> Acesso em 15 jan. 2016.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 376.

MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (ed.). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 133.

MBEMBE, A. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 23, n. 1, 2001.

_____. **Decolonizing knowledge and the question of the archive**. Disponível em: <<http://wiser.wits.ac.za/system/files/Achille%20Mbembe%20Decolonizing%20Knowledge%20and%20the%20Question%20of%20the%20Archive.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

_____. As Formas Africanas de Auto-Inscrição. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 23, n. 1, 2001, p. 171-209.

MERWE, H. V. D.; LAMB, G. **Transitional Justice and DDR: The Case of South Africa**. International Center for transitional Justice. Research Unit of the International Center for Transitional Justice. June 2009. Disponível em: <<https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-DDR-South-Africa-CaseStudy-2009-English.pdf>>. Acesso em 13 out. 2014.

MESGRAVIS, L. **A colonização da África e da Ásia: a expansão do imperialismo europeu no século XIX**. 4. ed. São Paulo: Atual, 1994.

MIGNOLO, W. D. ¿Cuáles son los temas de género y (des)colonialidad? In: _____. et al. **Género y descolonialidad**. 2. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014, p. 9.

_____. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Argentina: Ediciones del signo, 2010, p. 19.

_____. El Pensamiento Decolonial: Desprendimiento y Apertura – un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Ed.). **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. 21. ed. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 25-46.

_____. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento laminar**. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MWEWA, M. **África e suas diásporas: olhares interdisciplinares**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2008.

NAQVI, Y. El derecho a la verdad en el derecho internacional: ¿realidad o ficción? In: **International Review of the Red Cross**, n. 862, jun. 2006. p. 161-193. Disponível em <http://www.cicr.org/spa/assets/files/other/irrc_862_naqvi.pdf>. Acesso em 7 set. 2015.

ODENDAAL, A. **For all Its Flaws: the TRC as a Peacebuilding Tool**. 1997. Disponível em: <http://ccrweb.ccr.uct.ac.za/two/6_34/p04_flaws.html>.

OLIVER, R. **A experiência Africana**. Da Pré-História aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ONWUZURIKE, C. A. Black People and Apartheid. In: **Journal of Black Studies**, v. 18, n. 2, dec. 1987, p. 215-216.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Basic Principles and Guidelines on the Right to a Remedy and Reparation for Victims of Gross Violations of International Human Rights Law and Serious Violations of International Humanitarian Law**. Resolução 60/147. Nova York, 16 de dez. 2005. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_6/IIIPAG3_6_29.htm>. Acesso em 2 ago. 2015.

_____. O Estado de Direito e a justiça de transição em sociedades em conflito ou pós-conflito. Relatório do Secretário Geral. In: **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília: Ministério da Justiça, n. 1, jan/jun 2009, Ministério da Justiça, Brasília, p. 320-351.

PAUMGARTTEN, M. P. Constitucionalismo transformador: o caso sul-africano. In: **Rev. SJRJ**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 34, ago. 2012, p. 147-161. Disponível em: <http://www4.jfrj.jus.br/seer/index.php/revista_sjrj/article/viewFile/334/290>. Acesso em: 02 out 2014.

PEREIRA, A. D. A África do Sul independente: segregação, *apartheid* e transição pactuada (1910-1994). In: VISENTINI, Paulo G. Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dário Ferreira; PEREIRA, Analúcia Danilevich (org.). **África do Sul: história, Estado e sociedades**. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010. p. 35-36.

PEREIRA, F. J. *Apartheid*: o horror branco na África do Sul. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PINTO, S. M. R. Justiça Transicional na África do Sul : Restaurando o Passado, Construindo o Futuro. In: **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, jul.-dez. 2007. p. 393-421.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. In: **Novos Rumos**, São Paulo, ano 17, n. 37, 2002.

_____. Colonialidad del poder e clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (ed.). **El giro decolonial**: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. 21. ed. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-126.

_____. Coloniality and Modernity/Rationality. In: *Cultural Studies*, n. 21, March/May 2007, p. 168-178.

_____. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

REPUBLIC OF SOUTH AFRICA. **Constitution of the Republic of South Africa**, 1996. Disponível em:

<<http://www.gov.za/documents/constitution-republic-south-africa-1996>>. Acesso em: 9 nov. 2015.

RIBEIRO, F. R. A construção da nação (pós-) colonial: África do Sul e Suriname. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 24, n. 3, 2002, p. 483-512.

RIBEIRO, L. D. T. Da Conquista Europeia à Descolonização. In: VISENTINI, Paulo G. Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dário Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz (org.). **Breve História da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

RIBEIRO, L. D. T.; VISENTINI, G. P. F. O sul da África: das origens à “descolonização branca” (até 1910). In: VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz (org.). **África do Sul**: história, Estado e sociedades. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010.

RODRIGUES, N. C.; VÉRAS NETO, F. Q. Justiça de transição: um breve relato sobre a experiência brasileira. In: SILVA FILHO, J. C. da. **Justiça de Transição no Brasil**: violência, justiça e segurança. Porto Alegre: PUC-RS, 2012. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0225-1.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

ROSS, R. **A concise history of South Africa**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

RUBILAR, R. A. G. F. Los derechos de la víctima como límite a las medidas adoptadas en el marco de la Justicia Transicional: en especial el caso de la amnistía chilena. In: SILVA FILHO, J. C. da. **Justiça de Transição no Brasil: violência, justiça e segurança**. Porto Alegre: PUC-RS, 2012. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0225-1.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

SALMÓN, E. G. Algunas reflexiones sobre DIH y justicia transicional: lecciones de la experiencia latino-americana. In: **International Review of the Red Cross**, n. 862, jun. 2006. p. 213-241. Disponível em: <http://www.icrc.org/spa/assets/files/other/ricr_862_salmon.pdf>. Acesso em 7 set. 2015.

SANTOS, B. de S. Uma concepção multicultural de direitos humanos. In: **Revista Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 39, 1997, p. 105-201. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n39/a07n39.pdf>>.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: _____; MENEZES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

_____. **Refundación del Estado en América Latina – Perspectivas desde una epistemología del Sur**. 2010a.

_____. **A gramática do tempo para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010b.

SHRIVER JR., D. W. The Long Road to Reconciliation: Some Moral Stepping Stones. In: Robert Rothstein (ed.). **After the Peace**. Resistance & Reconciliation. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1999.

SIMPSON, G.; MOKWENA, S.; SEGAL, L. Political violence: 1990. In: ROBINSON, M.; RYCROFT, A. (Ed.). **Human rights and labour law handbook**. 1991, n. 2, p. 193-219. Cape Town: Oxford University Press, 1992.

SIMPSON, G.; VAN ZYL, P. South Africa's Truth and Reconciliation Commission. **Les Temps Modernes**, Gallimard, n. 585, p. 394-407, 1995. p. 401.

SIMPSON, G. A Brief Evaluation of South Africa's Truth and

Reconciliation Commission: Some lessons for societies in transition. Paper written prior to the publication of the **TRC's Final Report**, October 1998.

_____. A Brief Evaluation of South Africa's Truth and Reconciliation Commission: Some lessons for societies in transition. In: **Centre for the Study of Violence and Reconciliation**, 1998. Disponível em: <http://www.csvr.org.za/index.php?option=com_content&view=article&id=1724:a-brief-evaluation-of-south-africas-truth-and-reconciliation-commission-some-lessons-for-societies-intransition&catid=138:publications&Itemid=2>. Acesso em: 23 nov. 2014.

_____. Shock troops and bandits: youth, crime and politics. In: STEINBERG, J. (Ed.). **Crime Wave: The South African underworld and its foes**, 115-128. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 2001.

SOUTH AFRICA. **Constitution of the Republic of South Africa Act 200 of 1993**, n. 108, 118, December 1996. Disponível em: <<http://www.gov.za/documents/constitution/constitution-republic-south-africa-act-200-1993#Fundamental%20Rights>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

_____. **Promotion Of National Unity And Reconciliation Act 34 Of 1995**. 1995. Disponível em: <<http://www.justice.gov.za/legislation/acts/1995-034.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2014, p. 5.

TEITEL, R. G. **Transitional Justice**. Oxford University Press: Nova York, 2000.

_____. The Law and the Politics of Contemporary Transitional Justice. In: **Cornell International Law Journal**, Nova York, v. 38, 2005. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/Data_Integrity_Notice.cfm?abid=943069>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. Fazer justiça e pensar medidas de justiça num contexto de mudança política é olhar para o passado, mas também para o futuro: Ruti G. Teitel responde. In: **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília: Ministério da Justiça, n. 3, jan./jun. 2010, p. 30.

_____. Genealogia da justiça transicional. In: REÁTEGUI, F. **Justiça de Transição: manual para a América Latina**. Brasília; Nova York: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011, p. 135-170.

_____. Human Rights in Transition: transitional Justice Genealogy. In: _____. **Globalizin Transitional Justice**: contemporary essays. Nova York: Oxford University Press, 2014, p. 49-79.

TELES, E. L. de A. **Brasil e África do Sul**: os paradoxos da democracia: memória política em democracias com heranças autoritárias. 2007, 153 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-10102007-150946/pt-br.php>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

THELEN, D. Memory and American History. In: **Journal of American History**. n. 75, 1989, p. 1127.

THORNTON, J. K. **A África e os africanos**: na formação do mundo Atlântico, 1400-1800. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TORELLY, M. **Justiça de Transição e Estado Constitucional de Direito**: Perspectiva Teórico-Comparativa e Análise do Caso Brasileiro. São Paulo: Fórum, 2012.

TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION. **Amnesty Committee** – decision AM 1288/96. South Africa, 1996. Disponível em: <http://www.justice.gov.za/trc/decisions/1997/970123_popane.htm>. Acesso em 29 jan. 2016.

_____. **Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report** – volume 1. South Africa, 1998.

_____. Volume One – **Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report**. South Africa, 1998. Disponível em: <<http://www.justice.gov.za/trc/report/finalreport/Volume%201.pdf>>.

TUTU, D. **No future without forgiveness**. New York: First Image Press, 2000.

VASCONCELOS, D. M. Justiça de transição e direito internacional: o direito à verdade e o dever do estado de processar e punir graves violações aos direitos humanos. In: **Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH**. Belo Horizonte, v. VI, n. 2, dez. 2013. Disponível em: <www.unibh.br/revistas/ecivitas>. Acesso em: 12 dez. 2014.

VERAS, V. Verdade em tradução: um testemunho da dor das palavras. In: **Trab. Ling. Aplic., Campinas**, n. 50, v. 2, p. 459-476, jul./dez.

2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tla/v50n2/14.pdf>>. Acesso em 29 jan. 2016.

VIEGAS, C. A. T. **Justiça de transição da Guiné-Bissau** – o papel das operações de manutenção da paz. 2013. 145 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/.../TESE_MESTRADO_CLAUDINA_VIEGAS.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2014.

VILLA-VICENCIO, C.; VERWOERD, W. **Looking back reaching forward: reflections on the truth and reconciliations commission of South Africa**. Cape Town: University of Cape Town Press, 2000.

VILLA-VICENCIO, C. Transitional justice and human rights in Africa. In: BOSL, A.; DIESCHO, J. **Human rights in Africa**: legal perspectives on their protection and promotion. Namibia, 2009. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/kas_16347-1522-2-30.pdf?090512114557>. Acesso em: 04 jun. 2015.

VILLEN, P. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 133.

_____. Cultura, resistência e transformação na teoria de Amílcar Cabral. In: **Capoeira Revista de Humanidades e Letras**, v. 1, n. 1, 2014. p. 30-44.

VISENTINI, P. G. F.; PEREIRA, A. D. (org.). **África do Sul**: história, Estado e sociedades. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010.

WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgências política-epistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa**. Bogotá, Colômbia, n. 9, jul.-dic. 2008. p. 131-152.

WEICHERT, M. A. **A Comissão Nacional da Verdade**. 2012. Disponível em: <<http://www.nucleomemoria.org.br/imagens/banco/files/Comissao%20Nacional%20da%20Verdade.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

WILSON, S. The Myth of Restorative Justice: Truth, Reconciliation and the Ethics of Amnesty. In: **South African Journal of Human Rights**, v. 17, 2001.

WHITAKER, D. **Conflict and reconciliation in the contemporary world**. London: Routledge (Making of the Contemporary World), 1999.

ZYL, P. V. Dilemmas of Transitional Justice: the case of South Africa's Truth and Reconciliation Commission. In: **Journal of International Affairs**, 52, n. 2. Columbia University Press: Nova York, 1999.

Disponível em:

<<http://center.theparentscircle.org/images/d96de38c44bc4080be6d8ffe2a172ccc.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito.

In: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n. 1, jan/jun. 2009. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

Disponível em: <<http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/2009RevistaAnistia01.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

_____. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito.

In: REÁTEGUI, F. **Justiça de Transição**: manual para a América Latina. Brasília; Nova York: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011, p. 47-71.